



N.º 6 do Séc. XXI – Dezembro 2025

FUNDADA EM 1861 | 06 | SOCIEDADE HISTÓRICA DA
INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

independência

Director: José Ribeiro e Castro

Revista Semestral e Gratuita



Índice

- _003** - Editorial
- _004** - Estatuto Editorial & Ficha Técnica
- _006** - Liberalismo versus Sociedade Tradicional em Portugal, *Pedro Velez*
- _013** - O General Baptista Pereira e o Dever de Memória, Lourenço Henrique Henriques-Mateus
- _016** - Ourique, *Carlos Maria Pereira dos Santos*
- _022** - Portugal: um povo de povos, *Ana Lúcia Ferreira*
- _025** - Um herói de dois mundos: D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal, *Paulo Drumond Braga*
- _028** - Filinto Elísio: pátria, saudade e língua, *Fernando Torres Moreira*
- _031** - 9 séculos depois... Portugal num capriccio, *Annabela Rita*
- _035** - Nuno Álvares Pereira. Uma reflexão, *Luís Adão da Fonseca*
- _045** - A Restauração e o Brasil, *Herlander Machado*
- _055** - Foi assim em 1886 – 100 anos do monumento dos Restauradores, *Luísa Almeida e Sousa e Mário Gouveia*

Editorial



Estatuto Editorial & Ficha Técnica

Estatuto Editorial

- Publicação que visa fundamentalmente ser uma unidade de intervenção e veículo de comunicação da SHIP com os seus associados e com a sociedade civil;
- A exigência de rigor e credibilidade são imperativos e responsabilidades da direcção;
- Propõe-se publicar quaisquer trabalhos conducentes aos objectivos da SHIP, expressos estatutariamente;
- À redacção compete qualquer eventual informação, deixando à responsabilidade dos respectivos autores todos os trabalhos de análise, estudo, ensaio, comentário, artigo de opinião, etc., devidamente assinados com o nome próprio. Não são aceites pseudónimos ou iniciais;
- A reprodução total ou parcial do material publicado carece de autorização prévia do autor respectivo e da direcção da revista;
- A direcção reserva-se o direito de sugerir quaisquer alterações aos trabalhos, por razões de paginação ou outras, bem como de proceder à revisão literária e ortográfica dos mesmos;
- A auto-sustentabilidade não só na elaboração como no financiamento é um objectivo, pelo que a revista poderá inserir publicidade ou informação dirigida, desde que se enquadre nos objectivos da SHIP.

Isenção de Responsabilidade

Os conteúdos publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. As opiniões, posições e interpretações expressas em cada artigo, estudo ou ensaio vinculam apenas os respectivos autores e não traduzem necessariamente a opinião dos demais autores da revista INDEPENDÊNCIA, nem da sua proprietária e da Direcção.

Ficha técnica

Nome: Independência
Director: José Ribeiro e Castro
Subdirector: Ana Maria Proserpio
Editor e Proprietário: Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Palácio da Independência. Largo de São Domingos, n.º 11 1150-320 LISBOA
Conselho Editorial: Annabela Rita, Isabel Drumond Braga, José Pinho Neno, Michel Roncon Santos, Paulo Drumond Braga, Renato Epifânio.
Membros da Direcção: José Ribeiro e Castro. Gustavo Mesquita Guimarães. Margarida Silva-Gonçalves Neto. Jorge Paiva e Pona. António Mexia de Almeida.
Sede da Redacção: Palácio da Independência. Largo de

São Domingos, n.º 11 1150-320 LISBOA
Design e Estrutura: PDF e Layout da Página Web, baseados respetivamente nos Plugins Nopea Media e no Tema Hive.
N.º de registo na ERC: 127961
N.º de Registo de Pessoa Colectiva: 500875294
Correio electrónico: geral@revistaindependencia.pt
Site: <https://revistaindependencia.pt>
Legenda da capa: Réplica da espada de D. Afonso Henriques na Catedral de Zamora
Créditos fotográficos: Florentino Bernardes Franco, José Ribeiro e Castro e Jorge Campos.



Liberalismo versus Sociedade Tradicional em Portugal *

Pedro Velez **

No que segue, procurar-se-á ilustrar as seguintes teses:

- i) Em Portugal, o Liberalismo transportou consigo um novo horizonte de “revelação axiológica” para existência social e política de Portugal, tendo manifestado uma dimensão militante e totalizante.
- ii) O Credo Liberal não parece, porém, ter sido declinado de forma exaustiva ou integral; a um nível “pragmático”, afirmou-se um registo de “compromisso” com a ordem tradicional da sociedade portuguesa.

I.

I.1 Na sequência das invasões francesas e da consequente desarticulação do Antigo Regime, chegaria a Portugal, como produto exógeno (José Miguel Sardica), a nova forma de ordem afirmada no espaço ocidental com as grandes revoluções inglesa, americana e francesa[1].

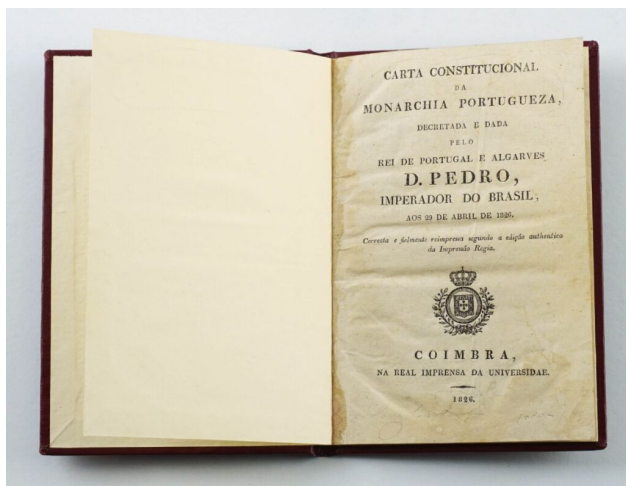
Estava em causa, certamente, um novo modo de organização político-institucional (declaração de direitos, a constituição formal, separação de poderes, governo representativo). Esse novo modo de organização político-institucional, porém, emergia de/estava intrinsecamente associado a uma nova “revelação de valor” centrada em torno da ideia de igual liberdade individual (em última análise, compreendida como “liberdade negativa”, no sentido de uma liberdade autotélica).

Uma tal ideia fundamental achou-se claramente vertida na primeira constituição escrita Portuguesa, a Constituição de 1822, na linha da constituição espanhola de Cádiz e da constituição francesa de 1791. No art. 1.º da Constituição de 1822, identificava-se logo o *telos* da nova ordem: «A Constituição política da Nação Portuguesa tem por objecto manter a liberdade, segurança, e propriedade de todos os Portugueses». Dos artigos subsequentes transparecia a substância de «liberdade negativa» inerente ao mesmo: no artigo 2.º dizia-se – «A liberdade consiste em não serem obrigados a fazer o que a lei não manda, nem a deixar de fazer o que ela não proíbe. A conservação desta liberdade depende da exacta observância das leis»; o que art. 3.º complementava: «A segurança pessoal consiste na protecção, que o Governo deve dar a todos, para poderem conservar os seus direitos pessoais»[2]. Um idêntico campo axiológico é também reconhecível na lei fundamental ao abrigo da qual o regime liberal se viria a estabilizar, na segunda metade do século XIX. Na norma protetora de direitos individuais que a Carta Constitucional de 1826, a final, continha (art. 145.º), proclamava-se que «a inviolabilidade dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Portugueses tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade»; o carácter “negativo” do § 1.º da norma – imediatamente subsequente à referida proclamação – era/é também eloquente: «Nenhum Cidadão pode ser obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da Lei». No artigo 1.º da Carta, «O Reino de Portugal» aparecia, aliás, já definido, a partir da unidade de conta indivíduo-cidadão, como «a Associação política de todos os Cidadãos Portugueses». Genericamente escrita de forma elegante e contida, não por isso deixou a Constituição de 1838 de transcrever o mesmo conceito

de liberdade negativa. No «capítulo único», intitulado «dos direitos e garantias dos portugueses», ficou assinalado (artigo 9.º): «Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer senão o que a Lei ordena ou proíbe» (o artigo 10.º, completava o programa: «A Lei é igual para todos»).



A realização de uma “comunidade” de indivíduos soberanos («comunidade livre de homens cidadãos livres») constituiria sempre pressuposto básico partilhado pelas várias declinações do Liberalismo: do liberalismo progressista e radical que queria atuar em pleno um princípio de soberania nacional (linha refletida na Constituição de 1822 e no período do chamado Setembrismo – de 1836 a 37-38); do liberalismo conservador-compromissório (como as estruturas do Portugal Antigo) e ou autoritário-“monárquico”-“doutrinário” (linhas estas presentes, por exemplo, na doação da Carta Constitucional em 1826, bem como na governação de Costa Cabral, que reporia em vigor a dita Carta em 1842); do liberalismo “ordeiro” e ou centrista que queria realizar um consenso constitucional de máximo alcance (com reflexos na efémera Constituição de 1838 e, mais tarde, a partir de 1851, no espírito da experiência da Regeneração)[3]. Certas estruturas mais ou menos “discretas” constituíram, aliás, meios de socialização e organização das elites governativas em torno da trindade imanente «liberdade, igualdade, fraternidade».



• • • •

I.II. O Liberalismo não deixou de revelar uma dimensão militante e totalizante. Daí também certos momentos de visível conflito entre o político-secular e o “religioso-tradicional”. Daí igualmente que o regime liberal não tivesse tido dificuldade em fazer sua e tivesse acentuado uma linha regalista que de longe vinha. De acordo com a Carta Constitucional, por exemplo, cabia ao poder executivo: «Nomear Bispos e prover os Benefícios Eclesiásticos» (§ 2.º do art. 75.º); «Conceder ou negar o Beneplácito aos Decretos dos Concílios e Letras Apostólicas e quaisquer outras Constituições Eclesiásticas, que se não opuserem à Constituição; e precedendo aprovação das Cortes, se contiverem disposição geral» (§ 14.º desse mesmo art. 75.º)[4].

O paradigma liberal-constitucional foi imposto de cima para baixo, de modo inorgânico, a partir do Estado, por parte de um segmento da elite “burocrática”, como, nos nossos dias, tem sido salientado numa certa historiografia “liberal” (Vasco Pulido Valente)[5].

Também no referido campo historiográfico, assinalou-se recentemente (Rui Ramos) a dinâmica de “autoridade e totalidade” do primeiro liberalismo português (1820-1823), destacando-se, por exemplo, o funcionamento de um «Tribunal Especial de Protecção da Liberdade de Imprensa»[6] ao serviço da ortodoxia liberal, bem como a elaboração de um plano de «Estado Policial» (da autoria de José da Silva Carvalho)[7].

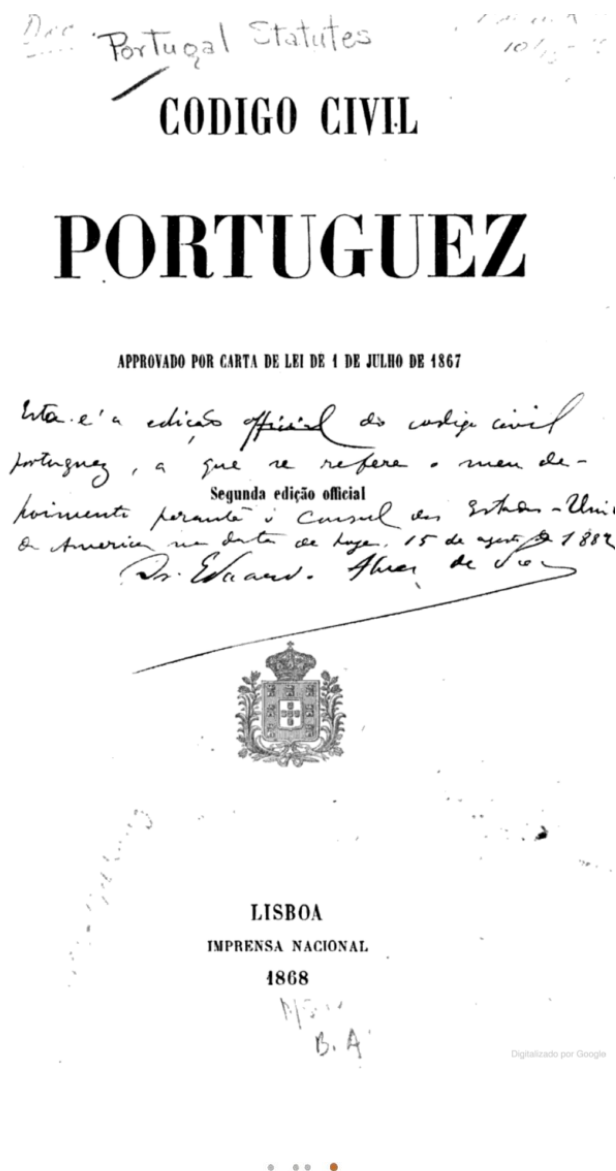
II.

II.I. O Credo Liberal não parece, porém, ter sido atuado de forma integral e omnicompreensiva. A sua substância

Mais tarde, o Liberalismo revelar-se-ia disposto a penetrar militantemente (ou a penetrar mais intensamente) na sociedade realmente existente, tendo em vista a instauração de uma sociedade de indivíduos livres e independentes (a “elevação” dos indivíduos “empíricos” a indivíduos livres e independentes). Temos em mente, primordialmente, a recriação legislativa da sociedade portuguesa que possibilitou a implementação mesma do Estado Liberal, em boa parte ocorrida ainda em período de guerra civil. Referimo-nos às “reformas” (à revolução legislativa) de Mouzinho da Silveira, ministro da Fazenda e da Justiça entre 1832-34: reorganização do Estado via operacionalização do dogma da separação de poderes, incluindo o esboço de uma Administração Pública de tipo francês[8]; abolição dos forais e revogação das doações de bens da Coroa; abolição da dízima (paga ao clero) e das sisas sobre transações (a fonte de receita municipal); extinção de uma parte dos morgadios; ensaio de “libertação” da esfera económica, do comércio interno e externo, designadamente via eliminação de monopólios, bem como de portagens e encargos incidindo sobre a circulação de mercadorias[9]. A centralidade do reformismo de Mouzinho na implementação do Estado Liberal não deixou, por exemplo, de ser reconhecida por um Alexandre Herculano, um dos vultos maiores da intelectualidade portuguesa (autor da «História de Portugal» em modo profano, um cultor de Tocqueville). Temos também em mente a intervenção complementar de Joaquim António de Aguiar, extinguindo (decreto de 30 de maio de 1834) «todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios, e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares», incorporando os bens destes na «Fazenda Nacional»; daí a passagem à história de Aguiar como o *Mata-Frades*[10]. As bases sociais e de poder do “Portugal Velho” e da sua constituição histórica (Concelhos; elemento senhorial laico; ordens religiosas) seriam destruídas, assim se possibilitando, por uma via que em termos marxistas se poderia denominar de «acumulação primitiva de capital», ocorrida com a chamada venda dos bens nacionais, a constituição de um suporte material para uma nova elite dirigente[11].

Sobretudo a partir de 1870, e durante a temporalidade de crise da monarquia constitucional em Portugal, os liberalismos “radicais”, a caminho ou transmutados em republicanismo(s), foram de forma cada vez mais visível sustentando a ideia de separação entre o Estado e Igreja, apontando para uma sociedade pós-religiosa (ou pós-religião tradicional)[12].

económico. Vivia-se ainda no interior de um certo contexto de sentido moral cristão. A virtualidade abrangente do Liberalismo em Portugal e, ao mesmo tempo, os limites que este pôde encontrar, manifestaram-se de forma eminente, por exemplo, aquando da “reescrita” do direito civil à luz do novo “espírito das instituições” públicas:



Durante o processo de gestação do que viria a ser o Código Civil de 1867 (também conhecido como Código de Seabra), registou-se «uma intensa discussão» sobre a adoção, pelo ordenamento português, da figura casamento civil[13]. Abrir-se-ia um «conflito entre visões da sociedade conjugal», traduzindo «um prolongamento do conflito entre duas concepções de sociedade: a primeira dominada pela relevância conferida ao catolicismo na consubstanciação da sociedade política liberal; a segunda caracterizada pela assunção plena dos princípios de fundo secularizador (mais tarde

laicizadores) na delimitação entre as esferas do poder civil e religioso.» «Na sua fase mais terminal, o conflito tende a extremar-se, materializando-se no confronto entre duas concepções do mundo diametralmente opostas, a religiosa-eclesiástica e a laicizadora, ambas perseguindo propósitos hegemónicos»[14].

O artigo 1056.º do novo Código Civil de 1867 chegaria a introduzir no direito português «uma definição profana de casamento» (Menezes Cordeiro), é certo, mas não em termos de uma “desnaturalização” da figura, sendo o casamento recortado como «(...) um contrato perpetuo feito entre duas pessoas de sexo diferente, com o fim de constituírem legitimamente a família». Segundo a doutrina coeva, a referida definição só se aplicaria, aliás, ao casamento entre não católicos, dada a natureza sacramental do matrimónio para os católicos. Não deixou de ficar consagrado um casamento puramente civil, destinado aos não católicos; e não se estabeleceu um processo especial permitindo averiguar a religião dos nubentes[15].

II.11. Como novo horizonte axiológico (“axiofânico”) da sociedade portuguesa, o Liberalismo não podia deixar de estar sempre já em tensão com o tradicional horizonte religioso, ou, talvez melhor, “religio-político” que a enformava[16]. A um nível “pragmático”, um registo de “compromisso” entre a nova política liberal e a sociedade de substância “religiosa-cristã” não deixou – não podia deixar – de ser procurado. Contra um tal pano de fundo se entende as ocorrências da figura da *Invocatio Dei* e a normalidade do modelo do Estado confessional, bem como a natureza não dogmática (mas político-sociológica) da fórmula confessional. Mostremo-lo, para finalizar este escrito:

A Constituição de 1822 operacionalizaria, como nenhuma outra constituição portuguesa do século XIX, um conceito de soberania nacional: nos emblemáticos termos do seu art. 26.º – «A soberania reside essencialmente em a Nação. Não pode porém ser exercitada senão pelos seus representantes legalmente eleitos. Nenhum indivíduo ou corporação exerce autoridade pública, que se não derive da mesma Nação». A Constituição havia já sido, aliás, decretada pelas «Cortes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa», embora não sem que os pais-fundadores da nova ordem a tivessem justificado como restabelecimento adaptativo das antigas «leis fundamentais da Monarquia».[17] A nova lei fundamental do Estado seria mesmo emanada «em nome da santíssima e indivisível Trindade», tendo-se assim entrado num terreno de proclamação teológico-dogmática, com a invocação do Deus uno e trino. No artigo 25.º, ficaria consagrado um paradigma de Estado

Confessional, em termos de unidade religiosa: «A Religião da Nação Portuguesa é a Católica Apostólica Romana. Permite-se contudo aos estrangeiros o exercício particular dos seus respectivos cultos». Em tema de deveres constitucionais dos portugueses – e a adoção de um discurso de deveres fundamentais era já também um sinal de disposição compromissória –, concedeu-se mesmo uma certa primazia a um dever de venerar a religião – segundo o art. 19.º da Constituição «Todo o Português deve ser justo. Os seus principais deveres são venerar a Religião; amar a pátria; defendê-la com as armas, quando for chamado pela lei; obedecer à Constituição e às leis; respeitar as Autoridades públicas; e contribuir para as despesas do Estado». Estabeleceu-se ainda (art. 8.º) que em tema de abuso da liberdade de imprensa, «(...) em matérias religiosas, fica salva aos Bispos a censura dos escritos publicados sobre dogma e moral, e o Governo auxiliará os mesmos Bispos, para serem punidos os culpados».[18]

Mais tarde, D. Pedro (Imperador do Brasil desde 1822; reconhecido como Rei de Portugal pela regência em 1826) decretaria soberanamente a Carta Constitucional de 1826 – e com isso a “transfiguração” das «três ordens do Estado», com a sua passagem a uma nova dimensão liberal-constitucional –, não deixando de invocar a sua qualidade de Rei «por Graça de Deus»[19]. No artigo 6.º da Carta, afirmava-se: «A Religião Católica Apostólica

Romana continuará a ser a Religião do Reino. Todas as outras Religiões serão permitidas aos Estrangeiros com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo». No «§ 4.º do art. 145.º, ademais, a religião do Estado era posta como limite (juntamente com a moral pública) ao que se esboçava como um direito(-imunidade) a não ser perseguido por motivos de religião: «Ninguém pode ser perseguido por motivos de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não ofenda a Moral Pública».

Quanto à efêmera Constituição de 1838, esta foi aceite e jurada por uma Rainha simultaneamente «por graça de Deus» e «pela Constituição da Monarquia»[20]. Nela se repetia outrossim o paradigma do Estado confessional – no seu artigo 3.º podia ler-se: «A Religião do Estado é a Católica Apostólica Romana». Neste documento constitucional, que, aliás, consubstanciava um desenvolvimento do discurso dos direitos individuais (em tema de admissibilidade de um direito de associação e reunião, por ex.), reiterava-se, no seu art. 11.º, que «Ninguém pode ser perseguido por motivos de Religião, contanto que respeite a do Estado».

Não obstante o que precede, o que primeiro se assinalou sugere, suficientemente, que, em Portugal como noutros contextos, o projeto Liberal se inscreveu num terreno de religião ou religiosidade políticas[21].

[1] Na sequência de mudanças civilizacionais profundas que afetaram a cosmologia católica num sentido imanentista-subjetivista-individualista e no termo do estertor da cristandade latina. André de Mural, *L'unité de la philosophie politique. De Scot, Occam et Suárez au libéralisme contemporain*, Vrin, Paris, 2002; Leo Strauss, *Natural Right and History*, The University of Chicago Press, Chicago/London, 1953; Paperback edition 1965. Para uma visão geral da forma política liberal (como forma de religiosidade imanente) no quadro de um mapa da política moderna, ver Pedro Velez, *On the modern-secular religious City: a theologico-political mapping and prospective*, em *Negócios Estrangeiros*, n.º 18, 2010, pp. 217-238.

[2] Na primeira constituição escrita portuguesa, a propriedade aparecia – art. 6.º – como «(...) *um direito sagrado e inviolável*, que tem qualquer Português, de dispor *sua vontade* de todos os seus bens, segundo as leis. (...)» [sublinhado nosso]; e «A livre comunicação dos pensamentos», por sua vez – art. 7.º –, como «um dos *mais preciosos direitos do homem*» [sublinhado nosso]. Daí que, de seguida, se estabelecesse: «Todo o Português pode consequentemente, *sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria*, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos, e pela forma que a lei determinar» [sublinhado nosso].

[3] Sobre o regime liberal em Portugal, ver, na literatura mais recente, por todos: Maria de Fátima Bonifácio, *A monarquia constitucional, 1807-1910*, 3.ª ed., Texto editores, Alfragide, 2010, e, da mesma autora, *O Século XIX português*, ICS, Lisboa, 2.ª ed., 2005; Rui Ramos, *Ruptura Constitucional e Guerra Civil (1820-1834)*, *A Revolução liberal (1834-1851)*, *A Regeneração e o Fontismo (1851-1890)* e *O Fracasso do Reformismo Liberal (1890-1910)*, em Rui Ramos (coord.), *História de Portugal*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2009, III parte, capítulos II, III, IV e V, respectivamente; José Miguel Sardica, *Terminar a Revolução*, Temas e Debates, Lisboa, 2016. Cfr. também António Manuel Hespanha, *O constitucionalismo monárquico português. Breve síntese*, em *Historia Constitucional*, n.º 13, 2012, pp. 477-526 (artigo disponível online).

[4] Sobre a temática Igreja e Estado na época do Liberalismo, ver, por exemplo: Pe Miguel de Oliveira, *História*

Eclesiástica de Portugal, Edição Revista e Atualizada, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1994, pp. 228 e ss.; Manuel Braga da Cruz, *Igreja e Estado/Época Contemporânea*, em Carlos Moreira Azevedo (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, C-I, Círculo de Leitores, 2000, pp. 401 e ss.

[5] Vasco Pulido Valente, *O Liberalismo Português*, em Vasco Pulido Valente, *Portugal - Ensaio de História e de Política*, Alêtheia Editores, Lisboa, 2009, pp. 7-46.

[6] Ver nota 17.

[7] E ainda a circunstância de as Cortes, em março de 1821, terem decidido que todo o cidadão que recusasse jurar a Constituição perderia a Nacionalidade, devendo ser expulso do Reino. Ver Rui Ramos, *Ruptura Constitucional e Guerra Civil (1820-1834)*, cit.

[8] À semelhança do esquema francês, também o território português seria dividido em províncias comarcas e concelhos.

[9] Ver Diogo Freitas do Amaral, *Do Absolutismo ao Liberalismo: as Reformas de Mouzinho da Silveira*, Edições Tenacitas, Lisboa, 2008. Veja-se também Maria de Fátima Brandão e Rui Graça Feijó, *O discurso reformador de Mouzinho da Silveira*, em *Análise Social*, vol. XVI, n.ºs 61-62, 1980-1º-2.º, pp. 237-258 (disponível online)

[10] Em 1833 seria aprovado um Código Comercial (Ferreira Borges) e, no ano seguinte, as corporações de ofícios mecânicos seriam abolidas (foi esse o destino da célebre casa dos 24).

[11] Ver Vasco Pulido Valente, *Os «Devoristas», A Revolução Liberal, 1834-1836*, Quetzal Editores, Lisboa, 1993. Sobre a venda dos bens nacionais, pode ver-se ainda: Luís Espinha da Silveira, *A venda dos bens nacionais (1834-43): uma primeira abordagem*, em *Análise Social*, vol. XVI, n.ºs 61-62, 1980-1º-2.º, pp. 87-110 (disponível online).

[12] Cfr., sobre esta temática, Maria de Fátima Bonifácio, *A Republicanização da Monarquia - Perceber o século XIX Português - 1807-1880*, Tribuna da História, Carnaxide, 2022.

[13] Ver Maria de Fátima da Cunha de Moura Ferreira, *O casamento civil e o divórcio 1865-1910, Debates e representações*, Universidade do Minho, 1993 (disponível online).

[14] Maria de Fátima da Cunha de Moura Ferreira, *O casamento civil e o divórcio...*, pp. 2 e 3.

[15] Segundo o Professor Menezes Cordeiro, teve ainda o Código como grande novidade, nesta sede, o ter estabelecido «um processo especial para a separação de pessoas e para a simples separação judicial de bens; anteriormente, a separação *quoad thorum et cohabitationem* era admitida pelo Direito canónico apenas havendo adultério da mulher e no caso de sevícias» («Antigamente, também se admitia por heresia»). Ver António Menezes Cordeiro, *Divórcio e casamento na I República: questões fraturantes como arma de conquista e de manutenção do poder pessoal?*, em *Revista da Ordem dos Advogados - ROA*, Ano 72, nº 1, 2012, pp. 86 a 88 (o escrito encontra-se disponível online).

[16] Sobre conflito geral entre o político- secular e o religioso na Europa do século XIX, ver Christopher Clark, Wolfram Kaiser, *Culture Wars, Secular-Catholic Conflict in Nineteenth-Century Europe*, Cambridge University Press, Cambridge, 2003.

[17] «As Cortes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, intimamente convencidas de que as desgraças públicas, que tanto a têm oprimido e ainda oprimem, tiveram sua origem no desprezo dos direitos do cidadão, e no esquecimento das leis fundamentais da Monarquia; e havendo outrossim considerado que somente pelo restabelecimento destas leis, ampliadas e reformadas, pode conseguir-se a prosperidade da mesma Nação e precaver-se que ela não torne a cair no abismo, de que a salvou a heróica virtude de seus filhos; decretam a seguinte Constituição Política, a fim de segurar os direitos de cada um, e o bem geral de todos os Portugueses».

[18] Eis o texto completo do mencionado artigo 8.º - «As Cortes nomearão um Tribunal Especial, para proteger a liberdade da imprensa, e coibir os delitos resultantes do seu abuso, conforme a disposição dos art. 177 e 189. Quanto porém ao abuso, que se pode fazer desta liberdade em matérias religiosas, fica salva aos Bispos a censura dos escritos publicados sobre dogma e moral, e o Governo auxiliará os mesmos Bispos, para serem punidos os culpados».

[19] «DOM PEDRO POR GRAÇA DE DEUS, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Faço Saber a todos os Meus Súbditos Portugueses, que Sou Servido Decretar Dar e Mandar jurar imediatamente pelas Três Ordens do Estado a Carta Constitucional abaixo transcrita, a qual de ora em diante regerá esses Meus Reinos e Domínios, e que é do teor seguinte:».

[20] Eis a fórmula, ambivalente e ambígua, que precedia o texto constitucional de 1838: «DONA MARIA, por Graça de Deus, e pela Constituição da Monarquia, Rainha de Portugal, e dos Algarves, d'aquém e d'além Mar, em África Senhora de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, e da Índia, etc. Faço saber a Todos os Meus Súbditos, que as Cortes Gerais, Extraordinárias, e Constituintes Decretaram, e Eu Aceitei, e Jurei a seguinte: CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DA MONARQUIA PORTUGUESA».

[21] Como recentemente reconheceu Rui Ramos – ver *O liberalismo português como problema religioso*, em Manuel Clemente, *O Catolicismo, Portugal e a Europa, Uma relação criativa*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2022, posfácio. Sobre a problemática do Liberalismo como credo potencialmente integral e respetivo desenvolvimento, ver, em geral, Patrick J. Deneen, *Porque Está a Falhar o Liberalismo?*, Gradiva, Lisboa, 2019.

* O presente texto corresponde, no essencial, a comunicação apresentada no *Colóquio O Marquês de Marialva no contexto político constitucional coevo* [4.ª sessão da evocação história de D. Pedro Vito de Menezes (1775-1823), por ocasião do II centenário da sua morte], o qual teve lugar no salão nobre da SHIP (Sociedade Histórica da Independência de Portugal), dia 11 de dezembro de 2023, pelas 17 horas. Retoma-se anteriores trabalhos do autor: *Liberalismo e sociedade católica em Portugal: enfrentamento de fundo e algumas tensões explícitas*, em *Fuego y Raya*, Año 8, Nº. 15, 2018, pp. 179-191; *Constituição e Religião na fundação do Estado Liberal português: tópicos para uma problematização em tempos comemorativos*, em Remedios Moran Martin (ed.), *Trienio liberal vintismo rivoluzione: 1820-1823. España Portugal e Italia*, Thomson Reuters/Aranzadi, Cizur Menor, 2021, pp. 541 a 551.

** Universidade Europeia



Instituto Bartolomeu de Gusmão

SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

O General Baptista Pereira e o Dever de Memória

Lourenço Henrique Henriques-Mateus *

Se a memória não me traiço, comecei a encontrar-me assiduamente com o general Baptista Pereira aí por volta de 2006 ou 2007, nas vésperas do XI Congresso Ibero-Americano de História Aeronáutica e Espacial, quando a Força Aérea Portuguesa tomou a seu cargo organizar entre nós este bem conhecido simpósio de historiadores aeronáuticos latino-americanos, o qual teve lugar em Lisboa (Alfragide), no auditório do Estado-Maior da FAP, entre 6 e 10 de Outubro de 2008 e que contou com a participação de congressistas designados pelos institutos de História Aeronáutica e Espacial de nove países: Argentina, Brasil, Chile, Espanha, México, Perú, Uruguai, Venezuela e Portugal.

Explicando-se a circunstância de tal organização ter acontecido entre nós nesse momento com o facto de em 2009 ocorrer, simultaneamente, o 3.º centenário da ascensão pública da *máquina de andar pelo ar* do padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão e o centenário do primeiro voo de um aeroplano em Portugal. Tendo então sido assinado por todos os chefes de delegação um manifesto de intenções intitulado “Declaração de Lisboa”, onde cada qual se propunha *promover um salutar e profícuo intercâmbio entre as entidades pertencentes à FIDHAE* (Federación Internacional De Entidades De Estudios Históricos Aeronáuticos Y Espaciales), *no sentido de consolidar a importância que a História da Aviação representa no contexto dos países integrantes da Federação.*

Por esses dias, eu já assinara muitos artigos sobre temas da história aeronáutica portuguesa nas páginas do

Público, tanto de aviação como de aerostação, nomeadamente no suplemento de domingo daquele jornal. E somava mais de uma década de colaborações esporádicas com o Museu do Ar, cuja biblioteca comecei a frequentar, ainda em Alverca, no início da década de 1980, quando o coronel Tello Pacheco dirigia aquele Museu. Estas colaborações, que logo se tornaram cada vez mais frequentes, contaram depois disso com a estima e cumplicidade dos coronéis Albano Fernandes e Henrique Rodrigues, que o sucederam na direcção daquele museu.

Afortunadamente, para mim, um dos leitores assíduos das minhas crónicas domingueiras no jornal Público era o general Brochado de Miranda. E foi através do Museu do Ar que este vulto da Força Aérea me abordou para ser um dos conferencistas do importante congresso internacional que esta Instituição estava a preparar, atribuindo-me então a Força Aérea o papel de a representar com um tema de aerostação (o de Bartolomeu de Gusmão); pois o tema de aviação seria representado pelo então conservador do Museu do Ar Dr. Mário Mota Correia, investigador que por esses dias já era meu amigo e muito me orientou em vários temas da História da Aviação, sem de mim esperar outra recompensa que a de me ver praticar na imprensa escrita o *Dever de Memória* que hoje serve de lema àquele Museu.



Dois nomes gratos da Força Aérea Portuguesa os Generais Baptista Pereira e Brochado de Miranda à conversa com o autor destas linhas.

• • • •

Na sequência deste congresso os meus encontros com o general Baptista Pereira tornaram-se cada vez mais frequentes, tanto mais que este oficial general dirigia então a revista «Mais Alto». O mesmo acontecendo com o general Brochado de Miranda, que por esses dias andava empenhadíssimo na tarefa de dar corpo e expressão ao arquivo histórico da FAP, passando eu, por isso, a frequentar amiudadamente tanto aquele arquivo como redacção da revista.

E bem vistas as coisas, foi graças ao interesse destes dois generais pela preservação e divulgação do património histórico da aeronáutica portuguesa (não só do militar, mas, muito especialmente do civil) que começou a germinar então a ideia de se fazer, a partir da Instituição e com os seus limitados recursos para esta tarefa, qualquer coisa que divulgasse amplamente este nosso segmento histórico, onde a aviação e a aerostação teriam igual importância patrimonial como partes do todo que compõe a mal conhecida História da Aeronáutica Portuguesa. Coisa essa, que teria que extravasar o âmbito restrito do Arquivo Histórico e dos leitores da revista «Mais Alto»; ou seja, que deveria lançar-se para além da «gente da Casa» — como então um destes generais denominou todos aqueles que integram a Força Aérea — militares que, devido à cultura institucional ali existente, há muito que estavam bem servidos de conhecimentos históricos da aviação portuguesa com os riquíssimos artigos que a revista «Mais Alto» publica regularmente desde a sua fundação.

E é aqui que a lucidez do general Baptista Pereira identificou um possível rumo para concretizar esta ideia, que teria como propósito devolver à cidadania um património que lhe pertence. Este possível rumo ainda era, nesse momento, muito vago, mas passaria pela

criação de um organismo permanente, uma entidade ou um instituto, onde se debatessem regularmente os temas aeronáuticos. Para isso, havia que encontrar soluções e superar obstáculos burocráticos e logísticos, era preciso juntar ainda um grupo de gente com conhecimentos e capaz de se empenhar no esforço de pôr esta ideia em prática por simples paixão — por amor à camisola — como se costuma dizer —, sem outra compensação que a de prestar tributo a quantos construíram e consolidaram os alicerces da nossa aeronáutica.



Fotografia de grupo dos participantes no XI congresso Ibero-Americano de História Aeronáutica e Espacial, note-se a presença do general Baptista Pereira, 2.ª fila a contar de cima.

• • • •

Mas, como em tudo na vida, uma coisa é pensar e a outra realizar. E foi por isso que o tempo se escoou ao longo dos anos seguintes, indiferente a sonhos e vontades. E um dia até, não sei já dizer quando, cheguei mesmo a acompanhar o general Baptista Pereira numa entrevista que teve com o professor Joaquim Veríssimo Serrão na Academia Portuguesa de História, então sediada no Largo da Rosa, mas desse simpático encontro nada se adiantou de concreto, pois milagres é o Céu que os faz e uma frigideira, por melhor que seja, só por si não faz um pastelão, há que lhe deitar ovos dentro... e assim sendo, tudo ficou como estava.

Contudo, e apesar de a ideia parecer irremediavelmente estagnada no lago das impossibilidades, a vontade de encontrar a via que lhe desse solução não esmorecera, porque volta e meia falava-se deste assunto. E tal como a água que brota de uma rocha busca o caminho, nem sempre fácil, para alcançar a plenitude do mar, também o general Baptista Pereira buscou soluções que lhe permitissem levar adiante o seu intento. Propósito que neste momento já não era só dele, pois, entretanto aglutinaram-se em seu redor ao seu alguns camaradas de outros tempos. E um dia telefonou-me, a marcar

encontro na Sociedade Histórica da Independência de Portugal, radiante e convicto de ter encontrado nesta Sociedade o melhor organismo cultural para semear a sua almejada ideia, tão longamente maturada. Lutador e tenaz, mas tão sereno como paciente, o general Baptista Pereira sabia bem que o melhor atributo de um chefe é saber formar um grupo coeso, que integre harmonicamente as diferentes aptidões de cada um por forma a levar por diante o contributo de todos. É foi a isto que se deveu o sucesso inicial do que viria mais tarde a ser o Instituto Bartolomeu de Gusmão da SHIP, instituto que deve o nome a uma sugestão então apresentada pelo tenente-coronel Brandão Ferreira. Volvido algum tempo, realizou-se a primeira conferência do Instituto, que tinha como tema o padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão. E a audiência presente nesse dia abarrotou o salão nobre do Palácio da Independência. Depois, outras a seguiram, mas o nosso horizonte era curto, com pouco mais de meia-dúzia de conferencistas agendados até ao final da temporada, ficando a pairar entre nós a dúvida do que aconteceria a seguir. Entretanto, e já lá vão dez anos e cerca de uma centena de conferências proferidas, o Instituto singrou indiferente a maus ventos e marés contrárias, sobrevivendo à tragédia da pandemia e às demoradas obras de recuperação do Palácio da Independência. Sempre com o apoio da Presidência da SHIP — tanto do dr. Alarcão Troni como do dr. Ribeiro e Castro— com a colaboração generosa e empenhada do seu pessoal e adesão espontânea de alguns sócios dedicados a outras áreas do conhecimento. Por vezes, até, com a solidariedade e cumplicidade de outras instituições, como a Academia de Marinha, a Sociedade de Geografia, o Centro Nacional de Cultura e algumas mais. Durante todo este tempo o general Baptista Pereira manteve-se na direcção do Instituto Bartolomeu de Gusmão, estendendo o seu mandato muito para além do que devia sem disso ter culpa e ultimamente até, um pouco, contra sua vontade, posto que já não se sentia capaz de cumprir as funções que lhe são inerentes, mas

que mesmo assim satisfizesse, praticamente até às vésperas do seu desaparecimento, altura em que o engenheiro Luís Barbosa o sucedeu na presidência e a mim me foi atribuída a vice-presidência, cargo que fora desempenhado pelo ten.cor. pil-av. Brandão Ferreira desde a fundação do Instituto Bartolomeu de Gusmão.

Entretanto alguns dos signatários da constituição do Instituto já não estão entre nós, mas os restantes fundadores prosseguem a obra iniciada pelo general Baptista Pereira. E é graças ao trabalho do ten. Cor. Pil-av. João Brandão Ferreira, do coronel-engenheiro FAP Eduardo Brito Coelho, do engenheiro (ex-major FAP) Luís Barbosa e do major-general Avelar de Sousa que aqui estamos hoje, na SHIP, conjuntamente com os que entretanto se nos agregaram, a dar continuidade ao seu trabalho em prol da História da Aeronáutica Portuguesa e a tributar-lhe, com isso, a sua terna memória.



Visita à Base Aérea n.º 1 e ao Museu do Ar Os congressistas do XI Congresso Ibero-Americano de História Aeronáutica e Espacial frente ao monumento dos mártires da aviação portuguesa.

• • • •

* Historiador Aeronáutico. Consultor da Direcção Histórico-Cultural da Força Aérea. Investigador Integrado do CITCEM da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.



Ourique *

Carlos Maria Pereira dos Santos

Longe e bem longe de mim estava a ideia, ainda há alguns dias, de me achar neste lugar, investido na honrosa, mas para mim difícil missão de pronunciar algumas palavras alusivas ao acto soleníssimo que aqui se realiza, para inaugurar o padrão comemorativo da batalha de Ourique.

Sem alarde de falsa modéstia, nem pelos dotes de erudição ou de palavra, nem pelas minhas inclinações literárias, nem sequer pela natureza do cargo oficial que desempenho, estava eu naturalmente acreditado para ser feliz arauto de tão singular feito de armas e, ainda menos, o do nosso esforço militar através da história, que hoje se exalta.

Quis, porém, S. Ex.^a o Sr. Sub-Secretário de Estado da Guerra, conferir-me a distinção de me nomear para o desempenho desta tão árdua tarefa. Como militar que não desobedece - nem deserta do seu posto de combate - que como tal considero o local em que me encontro - e ante, ainda, o dever de cortesia para com S. Ex.^a, que não admitia recusa nem sequer desculpa, aqui me encontro perante V. Exas. para proclamar os fastos da nossa actividade guerreira, e para encarecer o feito que se celebra, traduzindo na linguagem chã mas sincera do soldado, a significação para a nossa alma de portugueses, da cerimónia que está decorrendo.

Somente uma explicação se apresenta ao meu espírito, para justificação da escolha feita, e que particularmente me desvanece: Sua Ex.^a, Infante como eu, orgulhoso da Arma a que tão felizmente pertencemos ambos, ao nomear o Director da Arma de Infantaria para a missão que tão imerecidamente lhe confiou, quis por certo vincar bem, nesta festa militar das Comemorações Centenárias, o facto incontroverso de que a Infantaria portuguesa nasceu com a independência da Pátria e é, portanto, sua irmã gémea.

Perdoem V. Ex.^{as} se comecei falando de mim. Era, porém, indispensável ao meu conforto moral nesta

emergência, ganhar, rogando-o, o favor da vossa benevolência para a pobreza dos conceitos desta minha despretensiosa alocução, de homem que sempre foi de poucas falas.

Há 800 anos, andavam revoltos os tempos ao máximo, pela encarniçada luta que entre cristãos e infiéis se travava na nossa Península, para a sua reconquista, a bem da fé, às hostes mouras que, aí por 3 séculos antes, a haviam invadido às ordens de Tarik e Musa, dominando-a fulminantemente no curto prazo de dois anos. Foi no meio desta formidável conflagração de povos, de raças e civilizações diferentes, que se iniciou, desenvolveu e consolidou, por um milagre de coragem, de valor, de indómita firmeza e de misticismo religioso, a independência de Portugal.

Contudo, sem querer fazer história - que para tal não é o ensejo - cometeria, no meu sentir, grave injustiça e ingratidão, se não recordasse ao menos, na hora que passa, a primeira tentativa histórica da nossa autonomia, levada a efeito pelo esforçado e audaz chefe lusitano, Viriato, precursor famoso das lutas que, 11 séculos mais tarde, tiveram como feliz desfecho a ambicionada independência da Pátria portuguesa.

Foi ele, de facto, quem, 150 anos antes da era de Cristo, levantou pendão contra o domínio de Roma e o manteve em chefe formal durante cerca de 10 anos.

Vilmente assassinado pela torpe traição de lugar-tenentes seus, como sabeis, tão vivo permaneceu, apesar disso, o espírito de independência dos lusitanos, que, embora a luta prosseguisse sob a direcção de chefes estrangeiros mas valorosos, só se apagou a sua resistência ao invasor largos anos mais tarde, esmagada pelo poderio imenso de fortes legiões romanas, chefiadas pelo próprio Júlio César.

Assim eram já, naquela época, os valorosos soldados da nossa terra, antepassados indómitos daqueles que, já

estruturalmente portugueses, haviam de fazer empalidecer em tempos modernos a estrela, até então de vitória, do grande Napoleão Bonaparte!

Decorrem os séculos sobre os séculos, e com esse transcorrer dos tempos, a nossa Península sofre, sobre a invasão romana, sucessivamente as dos bárbaros e as dos árabes. No revolver das lutas furiosas a que ambas deram lugar, nenhum Estado cristão ou mouro logra cristalizar em forma estável e, pelo que respeita à actividade dos lusitanos, ela dilui-se, sem personalidade própria, na actividade geral dos povos peninsulares.

Somente aí pelo ano 715, um émulo de Viriato - Pelayo ou Pelágio - rodeado por um fraco núcleo de companheiros fiéis e decididos - logrou renovar, então com mais feliz êxito, as façanhas do chefe lusitano Viriato nas penedias dos Hermínios, mantendo livre nas alcantiladas, agrestes e inacessíveis serranias das Penhas da Europa, o minúsculo reino das Astúrias.



• • • • •

Fortes de próprio valor, da audácia dos seus preclaros chefes militares e do arrojo e espírito combativo dos seus vassallos; hábeis no aproveitamento das discórdias intestinas que breve estalaram entre os dominadores árabes; os godos das Astúrias, descendo do seu ninho de águias, iniciaram, através do tempo e do espaço, a série de acontecimentos militares e políticos que constituíram o que na história se ficou designando por: Reconquista.

Aludo a estes factos, porque a formação do Estado português é um episódio dessa formidável e vitoriosa reacção cristã, então desencadeada contra os sarracenos invasores.

Com o alargamento e feliz êxito da Reconquista, novos estados cristãos se foram formando, em constante afluxo e refluxo de fronteiras, mercê da sorte vária das batalhas travadas com o inimigo comum e das consequências políticas das dissidências que, a molde do que sucedera e sucedia entre os mouros, estalaram entre os chefes cristãos, quando não mesmo, entre eles e os seus próprios vassallos.

A insofrida cobiça e a ânsia de poderio de uns e a torva avidez, as cabalas e, não poucas vezes, a traição dos outros, mantinham em estado quase endémico estas lutas fratricidas, que só amainavam quando a intensidade da pressão inimiga obrigava à união contra o perigo comum.

A natureza, a importância e a frequência destes sucessos; o constante choque de interesses; a mistura por vezes inextrincável entre mouros e cristãos que não hesitavam em renegar as próprias crenças, quando os interesses particulares e a ânsia de domínio se sobrepunha ao seu fervor religioso, dão um carácter de marcada e complexa confusão à fisionomia geral, política e militar, da Península, ao despontar o período histórico em que se manifestam os primeiros sintomas da revivescência das aspirações autonomistas dos primitivos portugueses. Foi, pois, neste quase caótico ambiente, que o futuro reino de Portugal se foi formando e desenvolvendo, lenta, mas seguramente, por uma série de manifestações de actividade militar, política e nacionalista, apenas comparáveis, na sua forma e evolução, aos fenómenos da natureza tectónica que, nos domínios da geologia, se desenrolam durante a constituição cósmica dos mundos novos, até à sua cristalização em formas definitivas. Tais fenómenos, que nos outros Estados peninsulares se haviam caracterizado como elementos de desagregação e ruína, foram, pelo contrário, para o novo reino em formação, agentes de condensação e coesão progressivas. É que uma força superior, poderosa, inteligente e decisiva, os orientava e canalizava em um sentido intensamente construtivo.

Essa força foi o talento militar e o tacto político daquele que, mais tarde, foi o primeiro rei de Portugal: D. Afonso Henriques, o Conquistador.

Herdara o jovem Conde de Portugal, essas qualidades, de seus pais: o talento militar, de D. Henrique de Borgonha; o sentido político de D. Teresa. - Dotes intrínsecos de alto valor que o distinguiram fundamentalmente dos seus progenitores, se conjugavam, porém, com esses predados hereditários: o valor indomável e a audácia ilimitada, temperada por oportuna prudência, no campo militar; o bom senso, a recta visão e arguta previdência no campo político.

Como chefe militar, D. Afonso Henriques soube

aproveitar-se da situação privilegiada em que se encontrava, para dar às operações contra os seus adversários, momentaneamente mais ameaçadores, a feição que na estratégia moderna se designa por manobras por linhas interiores: - assim conseguiu fazer frente a uns e outros, com os meios relativamente escassos de que então dispunha.

No campo político, - aproveitando oportunidades, ganhando adeptos, desagregando o inimigo pela intriga, - fazendo e desfazendo tratados em harmonia com a razão de Estado, isto é, fazendo o que hoje se chama diplomacia, logrou servir maravilhosamente os objectivos militares à custa dos quais ia, principalmente, construindo pedra por pedra, o edifício do novo reino. A solidez da cimentação progressiva da independência portuguesa deve-se, porém, a um predicado especial - que nenhum dos seus mencionados ascendentes possuía, nem podia possuir: - o amor pátrio!

Como se sabe, D. Henrique de Borgonha era de origem francesa e D. Teresa oriunda de Castela; ambos, pois, estrangeiros em terra portuguesa. A sua actividade militar ou política era accionada, portanto, mais por ambição de poderio de que propriamente por sentimento de patriotismo - com D. Afonso Henriques as circunstâncias eram diferentes. Nado e criado em terra portuguesa, e educado, desde a mais tenra infância, em contacto com o sentir do povo e pelo bom português Egas Moniz que foi seu aio, o seu apego à terra que o havia visto nascer entrou em grande quantia, nas suas concepções político-militares e deu-lhe alma para as levar a bom termo.

D. Teresa, sua mãe, quis talvez ser simplesmente Rainha; D. Afonso Henriques quis ser mais alguma coisa: - Rei de Portugal! o que - no meu conceito - constitui duas modalidades de exercício de soberania totalmente distintas, sob o ponto de vista da sua influência na consolidação das liberdades portuguesas.

Pode-se dizer, portanto, que, na formação do novo reino, influíram tanto as elevadas qualidades militares e políticas de D. Afonso Henriques, como o seu profundo sentimento nacionalista, integrados todos estes factores na intensa fé religiosa que era característica dominante daqueles tempos de intensa luta contra os infiéis.

Seria interessante, - para bem enquadrar e localizar Ourique na evolução dos primeiros alvares da independência portuguesa, analisar - passo a passo - a actividade militar e política do seu fundador, desde que aos 15 anos de idade se armou cavaleiro - a si próprio - na catedral de Zamora, até que, nos campos de Ourique desbaratou as hostes do chefe mouro Esmar.

Levar-me-ia, porém, muito longe tal intento e não interessam fundamentalmente, tais acontecimentos, ao significado do acto a que estamos assistindo. Além disso, eu não quero abusar demasiado da generosa atenção com que se dignam escutar-me, repetindo factos por demais conhecidos, mesmo dos elementarmente versados em

assuntos de história pátria.

Anda a jornada de Ourique, primeiro padrão formal do esforço militar português através da história, envolta no mistério e na lenda.

A escassez de documentos da época não permite determinar, com precisão suficiente, nem o local da batalha, nem os efectivos em presença, nem os pormenores da luta. Discutem ainda os eruditos todas estas circunstâncias, aduzindo cópia de argumentos contra ou a favor das teses propostas.

Discussão evidentemente interessante sob o ponto de vista particular da verdade histórica, mas de plano secundário para o fim que neste lugar nos congrega. Deixai, pois, pairar a lenda sobre este belo feito de armas e poetizá-lo com as suas ingénuas invenções ou exageros! A poesia e a lenda são mais acessíveis à alma simples e crente do Povo e melhor nela gravam a significação simbólica dos factos. A própria e igualmente discutida aparição, ao chefe português, de Cristo crucificado, verdadeira ou não, materializa, com o seu cândido sabor místico, o fervor religioso que foi, indiscutivelmente, um dos factores da vitória alcançada. Pouco importa agora, portanto, que a peleja fosse travada, nestes campos ou algures; que a grandeza dos efectivos em presença a distinga como batalha formal ou simples *fossado*, que a proporção entre os combatentes mouros e cristãos fosse de 1 para 100 ou qualquer outra; ou que, finalmente, os chefes mouros fossem vários ou um apenas. O positivo, o que tem verdadeiro sentido neste momento é que, como diz Cristóvam Ayres, «Afonso Henriques venceu com uma pequena hoste, um poder maior de sarracenos sob o comando de Esmar em um sítio chamado Ourique». E é incontroverso, também, que foi depois dessa vitória que, pela primeira vez, se adereçou com o título de Rei.

Ourique, milagre de valor militar exaltado pela fé, deve para nós ser mais do que um facto material; pelas circunstâncias que o rodeiam e adornam, eleva-se à categoria de símbolo formosíssimo das virtudes militares da nossa raça nascente, que este padrão materializa com as suas linhas sóbrias e harmónicas, em terra portuguesa tantas vezes regada pelo sangue generoso e nobre dos nossos soldados.

Assinala aqui, como se estivesse algures, não um episódio isolado, mas o alvorecer de Portugal como terra livre e, como seu primeiro marco miliário, o despontar do esplendor das glórias militares em que a nossa história é pródiga.

Esse deve ser o seu verdadeiro significado e isso basta para que o gravemos nos nossos corações de portugueses, como imagem sagrada, das muitas que, mais ou menos, fastosas e rendilhadas em arquitectura, assinalam por terras de Portugal e do seu Império o esplendor da nossa história militar e marítima. Este, como os outros, atestará através de todos os tempos, à geração presente e às vindouras que, como

muito bem disse em Guimarães S. Ex.^a o Sr. Presidente do Conselho e Ministro da Guerra: «A Pátria portuguesa não foi feita de ajustes políticos, criação artificial no tempo pela acção de interesses rivais. Foi feita na dureza das batalhas, na febre esgotante das descobertas e conquistas, com a força do braço e do génio».



Como tal, meus senhores, a nossa Pátria é e será imperecível.

Na manhã do dia que se sucedeu à jornada de Ourique, Portugal existia já! Esse sol que há tantos milhares de anos aquece e fecunda terras, agora já portuguesas, ao erguer-se mais uma vez no horizonte e ao beijar com os seus raios nascentes a bem-dita terra ganha com tamanho esforço e galhardia, para a nova grei, deveria ter como que anunciado a toda a cristandade, por seu maior esplendor e brilho, a aurora de Portugal, tão radiosa como a sua.

Pelo menos, aos portugueses de então, assim deve ter parecido!

Contudo o esforço que havia de firmar a nossa grandeza em alicerces inabaláveis, não havia senão começado. Tarefa imensa, de labor quase sobre-humano, ia desenrolar-se através da história, desde a jornada heroica de Ourique até aos nossos dias.

Nela, meus senhores, a milícia e os marinheiros de Portugal iam ter um papel de destaque.

A evolução do nosso esforço guerreiro levaria muito tempo a contar, mesmo em breve síntese, tão dilatado foi, no tempo e no espaço, o nosso trabalhar, e tão numerosas são as afamadas proezas que o ilustram. No tempo, dura há oito séculos; no espaço, alargou-se ao Mundo inteiro; nas proezas, é de tamanha grandiosidade e de tão intenso fulgor que, ao celebrá-las, diz o épico cantor dos nossos feitos:

«Que excedem as sonhadas, fabulosas.
«Que excedem Rodamonte e o vão Rugeiro
«E Orlando, ainda que fosse verdadeiro

Mas, como esta solenidade das Comemorações Centenárias é particularmente destinada a exaltar o valor do soldado português, ficaria incompleta a minha alocução, se desse esforço nada mais dissesse, depois de definir Ourique, ainda que seja para lhe marcar, apenas, as mais salientes das suas pedras angulares. Para ser, porém, breve, tomarei por guia o significado das bandeiras que, arvoradas no alto destes mastros, como outrora e no presente, nas pontas de lanças e topes de baixéis, tremulam triunfalmente ao vento, atestando como egrégios símbolos das nossas grandezas, as épocas heroicas da nossa história.

Vencidas as hostes sarracenas em Ourique, D. Afonso Henriques não se deixa adormecer sobre os louros colhidos. A sua acção militar prossegue com denodo e, depois de Arcos de Valdevez e Trancoso, logra ver definitivamente reconhecida a autonomia portuguesa, pela paz de Zamora, em 1143.

Com o decorrer da primeira dinastia, de que foi o fundador, prossegue ininterrupto o esforço militar português, manifestado sob o duplo aspecto da consolidação da independência adquirida e da ampliação territorial da monarquia nascente.

Reorganizadas as nossas forças militares em moldes novas, a luta prossegue. E, umas vezes sós, outras de parceria com auxiliares estranhos, o infiel adversário comum ou os irmãos de crença connosco desavindos vão sendo dominados por teimosa acção de guerra, entremeada de êxitos e reveses.

O mouro vai recuando! Santarém, Lisboa, e Alcácer, primeiro, o Alentejo, depois, e o Algarve mais tarde, caem em nosso poder, e, breve, as fronteiras de Portugal pelo Sul atingem também o Oceano. Para dar solidez a estas vitórias ganhas em território nosso, a cooperação

de forças portuguesas nos exércitos cristãos da Reconquista, ajuda a esmagar o adversário comum, nos campos de Navas de Tolosa e Salado. Quase dois séculos de lutas, é o preço dessa consolidação política e ampliação territorial. Um punhado de portugueses, combatendo, sem tréguas, adversários que o assediam por todos os lados, logrou, enfim, realizar o doirado sonho dos seus antepassados. Não foi, porém, duradoira a pausa feita no batalhar dos portugueses, depois de atingido o seu primeiro objectivo. As consequências políticas da morte de D. Fernando I iam pôr de novo em causa a liberdade adquirida à custa de tanto esforço.

De facto, em 1384, vieram de novo às mãos os reinos cristãos, desavindos por dissensões políticas; mas a decisão do Mestre de Aviz e o talento militar de D. Nuno Álvares Pereira salvam, uma vez mais, a independência da nossa Terra em Atoleiros e Aljubarrota.

De vitória em vitória, a autonomia de Portugal é novamente argamassada com o sangue derramado e a valentia prodigalizada pelos seus soldados, durante um quarto de século mais.

Ergue-se, altaneira, no tope do quarto mastro, a bandeira esquartelada pela Cruz de Cristo, proclamando aos quatro ventos, de mãos dadas com a de D. Manuel, a formosíssima epopeia dos descobrimentos e conquistas de Além-Mar, maravilhosa e épica corrida dos heroicos soldados e marinheiros portugueses, através do mundo inteiro.

Três ordens de feitos notáveis ilustram, durante 163 anos, o período de fabulosas façanhas que decorre desde a conquista de Ceuta até Alcácer-Quibir: a conquista de Marrocos, os descobrimentos, e as formidáveis e épicas lutas que acompanharam a formação do nosso Grande Império da Índia.

Ceuta, Tanger, Arzila, Azamor, nas conquistas em Marrocos; as primeiras proezas dos nossos navegadores impulsionados por Sagres, a passagem do Cabo das Tormentas, a abertura da rota da Índia e a revelação das Terras de Santa Cruz nos descobrimentos; Cananor, Cochim, Ormuz, Diu, Goa, Malaca e Ceilão, nas conquistas do Oriente: são desses feitos pedras angulares daquelas cuja definição me propus fazer. A estes episódios famosos, se ligam os nomes imortais dos Infantes D. Duarte e D. Henrique e os de esforçados Capitães, como: D. Duarte de Menezes, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Afonso de Albuquerque, D. Francisco de Almeida e D. João de Castro: e proclamo só estes, porque todos não posso mencionar aqui!

Tão grandiosa é esta epopeia de lutas com os homens e os elementos, que, para ser possível, como o foi, era necessário que cada português valesse por cem. E assim era de facto!

Em Cochim, por exemplo 144 portugueses apenas, assistidos somente de escassos auxiliares, desbarataram

os 50.000 naires do pérfido Samorim!!

Há que fazer aqui um interregno, para saudar, a propósito das façanhas antes contadas, a Grande Nação Brasileira que, por intermédio da sua Embaixada Extraordinária, quis associar-se à consagração de glórias que são também suas, porque irmãos somos de sangue e raça.

Com o desaparecimento de D. Sebastião, inicia-se um sombrio período de provações para Portugal; são trevas de meio século, na nossa história. Mas a alma portuguesa não tinha morrido! E logo em 1640 - precisamente há 3 séculos - desperta em desabrochar magnífico, para, em 27 anos de guerra, nos dar de novo independência, com Montijo, Linhas de Elvas, Ameixial, Castelo Rodrigo e Montes Claros. Portugal, qual nova *Foenix*, ressurgia das próprias cinzas.



Entramos, depois destes sucessos, em uma fase de relativa calma, em que apenas se recorta a alta figura do Marquês das Minas, para, entre 1807 e 1811, na famosa Guerra Peninsular travada contra os veteranos do grande chefe militar que foi Napoleão Bonaparte, assistirmos dentro de Portugal e com o forte auxílio dos nossos seculares aliados, já outrora prestado na conquista de Lisboa, às acções de Vimieiro, Redinha, Foz de Arouce e, acima delas todas, à do Bussaco, que são pontos culminantes dos vários feitos de armas, de que os invasores longínquos saíram escarmentados, e não mais voltaram! É que, os grãos de areia que durante o reconhecimento de 16 de Outubro de 1810 salpicaram Massena, em frente das linhas de Torres Vedras, haviam ferido de morte, lenta, mas segura; as águias imperiais, a que a quase Europa inteira se havia submetido. Não deveria Napoleão ter-se surpreendido, porém, do seu fracasso! Pela amostra dos 9.000 portugueses que Junot lhe enviara, formando a famosa Legião sob o comando do Marquês de Alorna, poderia bem ter visto, em Saragoça, Wagram e Smolensko de que têmpera eram estes adversários seus, da extrema Europa Ocidental! Corramos um véu discreto sobre a actividade militar das

lutas políticas internas que vão de 1820 a 1852, não porque nelas faltem acções de relevo e brilho, mas simplesmente porque não é necessário ir buscar, às lutas entre irmãos, argumentos para exaltar, nem a reputação do soldado português nem a grandeza do nosso esforço militar.

Abordamos as últimas fases da nossa já larga epopeia militar: as campanhas de ocupação colonial e da nossa participação na Grande Guerra. São factos dos nossos dias.

As campanhas de Africa, - feitas de episódios muito deles ignorados de nós próprios, - constituem, no conjunto, uma das mais belas páginas da nossa história militar.

Que rosário de sofrimentos, sacrifícios e dedicações elas encerram, e que inigualáveis actos de estoica ou audaz bravura e acrisolado patriotismo as esmaltam!

Marracuene, Coolela, Chaimite, Gaza, Baroé, Bailundo, Cuamato, Dembos, Guiné, Cuanhama e M'Kula, com Caldas Xavier, Galhardo, Mouzinho de Albuquerque, Aires de Ornelas, Paiva Couceiro, Azevedo Coutinho, Massano de Amorim, Roçadas, João de Almeida, Teixeira Pinto, Pereira de Eça e tantos outros companheiros de armas seus, são das melhores pérolas finas que se engastam na nossa refulgente coroa de glórias militares.



• • • • •

Na Grande Guerra, a nossa acção nos campos brumosos da Flandres, em cavalheiroso cumprimento de obrigações daquela mesma velha aliança já cimentada pelo sangue vertido na Guerra Peninsular, não desmerece, pelo seu valor, das nossas imperecíveis tradições. La Lys tem, nestes fastos, lugar merecido.

Chego, meus Senhores, ao termo da missão que aqui me trouxe.

Faltaria, porém, a inesquecível dever e sincero sentir se, antes de proferir as palavras finais de exortação ao brio, à coragem ao valor e ao patriotismo do soldado português, que tão defeituosamente tentei esboçar, eu não oferecesse o preito da minha muito admiração e respeito, às grandes virtudes cívicas e militares do mais preclaro de todos os soldados de hoje: Sua Ex.^a o Sr. Presidente da República, Chefe Venerando do Estado Portugêes.

Soldados de Portugal!

Ao soltar este brado, eu dirijo-me a todos vós que me escutais porque, se lá fora foi necessária a concepção da Guerra total para fazer soldados todos os cidadãos, aqui, em Portugal, a Guerra foi perpetuamente total, pois ao arrancar do inimigo sempre se opuseram, durante os séculos de história que recordei, os peitos de todos os portugueses dignos desse nome, sem distinção de condição, mester ou credo.

Soldados de Portugal! Sentido!

Levantai, orgulhosos, a vossa cabeça de gigantes, que o sois da história, e rectificai ante o altar sacrossanto da Pátria, personificado, aqui, pelo singelo Padrão de Ourique, o juramento solene que fizestes de a defender até à última gota do vosso sangue, com as armas enquanto as puderdes empunhar; com as unhas e com os dentes, se elas das mãos vos caírem, renovando, se preciso for, de ponta a ponta do Império Português, as trágicas epopeias de Sagunto e Numância.

* Alocução proferida no acto da inauguração do Padrão de Ourique, em Castro Verde.



Portugal: um povo de povos

Ana Lúcia Ferreira

Um hibridismo cultural permanente está na base do fundamento de uma cultura portuguesa assente na heterogeneidade e inclusão

Portugal, um dos países mais antigos do mundo, concede-nos um legado histórico inestimável, sendo motivo de orgulho da nossa formação coletiva. A História, enquanto património da vida dos povos e civilizações, permite ao ser humano enraizamento e vínculo, traduzidos na tomada de consciência da historicidade que o compõe. Esta longa história de Portugal, abarca, ainda, um legado pré-nacional, integrando constantes interpenetrações étnicas e culturais, de povos ancestrais, que estão na origem da Nação e da Língua portuguesas, constituindo, assim, a «paleta identitária» da gesta lusitana.

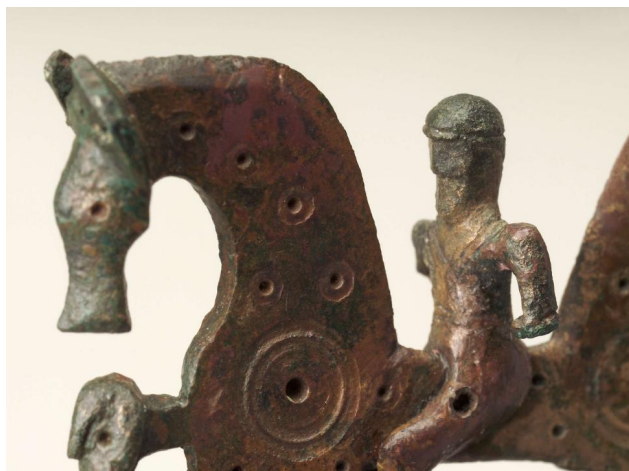
A paleta identitária

O território correspondente ao nosso país, situado no extremo ocidental da Península Ibérica, apresentando uma situação geográfica peculiar, mantendo um vínculo estreito com o oceano Atlântico, reúne vestígios de diversos povos e civilizações, que o marcaram em épocas antigas, traduzindo-se na idiossincrasia do povo português. Desde tempos pré-históricos, foi habitado pelos Iberos, tribos originárias da região que lhe deram o nome. Por volta do século X a.C., os povos Celtas, originários do centro da Europa, chegaram à Península e miscigenaram-se com a população local, dando origem aos Celtiberos que se dedicavam à agricultura, à caça, ao pastoreio, ao artesanato, trabalhando o ferro, e, no que diz respeito à edificação, usavam lugares fortificados, quer em modo de povoado permanente, quer apenas como refúgios temporários, em caso de perigo de ataque, designados de Castros ou Citânias. O grupo mais relevante de entre os Celtiberos foram os Lusitanos, habitando a região entre o Rio Douro e o Rio Tejo, a denominada Lusitânia pelos autores greco-latinos, que detêm um papel crucial na gesta fundadora do imaginário luso, na oposição épica ao Império Romano. Este povo constitui a base do povoamento ibérico, muito embora lhe tenha sucedido uma

multiplicidade de outros povos que deram contributos significativos, do ponto de vista civilizacional, muito em particular os povos da orla do Mediterrâneo, tais como os Fenícios, que introduziram as primeiras formas de escrita – o alfabeto fenício; os Gregos, que contribuíram para cimentar o conceito de moeda; os Cartagineses que, além de terem trazido novas técnicas e costumes, através do comércio ou da conquista, revolucionaram a alimentação, ao partilharem as suas técnicas de conservação de alimentos em sal, entre muitos outros contributos de grande importância e impacto no quotidiano das várias populações.

A romanização, por sua vez, permitiu lançar as bases de uma nova ordem económica social e cultural, sob a forma de um novo modelo de sociedade, complexo, de matriz urbana, tendo perdurado os seus reflexos, de forma significativa, na nossa língua, nas leis e na arquitetura. Aos romanos devemos a numeração com o mesmo nome, o latim, a religião cristã, estradas e pontes, e inúmeras técnicas e práticas agrícolas, como o pousio, a fertilização e a rotação de culturas, sistemas de irrigação, ainda hoje em uso, o que por si só demonstra as suas habilidades e avançados conhecimentos de engenharia.

Os chamados “bárbaros”, em particular os Suevos e os Visigodos, apesar de conquistadores, deixaram-se aculturar pelos conquistados, convertendo-se à religião cristã e adotando o latim como língua.



A presença romana na Península Ibérica só foi ultrapassada pelos mouros que com ela ombreiam na influência cultural por nós herdada, em particular na língua, na literatura, na arte, na gastronomia e na ciência, especialmente na medicina. Estes trouxeram consigo a arte cerâmica (azulejos), as árvores de fruto, nomeadamente a laranjeira, as técnicas de rega, das quais se destaca a utilização da nora, a astronomia, através do astrolábio e da bússola, e, no que diz respeito à língua, imensos nomes que ainda hoje perduram, sendo os

Um povo exceção

Hodiernamente, os movimentos migratórios mais significativos, em termos de imigração, deram-se nas últimas três décadas do século XX até ao presente, com a relevante exceção da entrada de grupos ciganos, ainda no século XV. Após 1974, o país tornou-se um recebedor considerável de populações migrantes, como resultado da descolonização das possessões africanas, até aí detidas por Portugal.

Portugal, desde sempre um país aberto ao mundo, tem vindo a receber um número crescente de populações migrantes, oriundas do Brasil, das ex-colónias de África, da Ucrânia e, em geral, de países do leste europeu, além de uma menos relevante diversidade demográfica de outras origens, de entre elas a chinesa, a paquistanesa, a bengalesa, e a indiana, expondo-se à universalidade, enriquecendo a sua matriz identitária. Efetivamente, decorrente dos vários processos de aculturação, veri-

começados por “al” os mais numerosos, designadamente Algarve, Alvaro e Alburitel. De igual forma, muita da toponímia evidencia origem árabe, particularmente no Algarve e nas regiões de Lisboa e Beja, fruto de uma colonização árabe e berbere mais acentuada.

De facto, a romanização, as invasões germânicas, o domínio islâmico mouro, a presença judaica, e as invasões francesas foram a forja que moldou o país que somos hoje. Transportamos, em nós, o ADN de iberos, celtas, suevos, visigodos, vândalos, alanos, fenícios, cartagineses, gregos, romanos, mouros, franceses, bizantinos, judeus, africanos, indianos, e tantos outros que connosco se cruzaram ao longo dos séculos. Todos os povos, quer invasores, quer comerciantes, quer ocupantes, deixaram, de forma indelével, as suas marcas naquilo que é, hoje, o povo português.



ficam-se trocas e reinterpretações entre culturas várias, sendo certo que a cultura, enquanto aquisição humana, não é um dado adquirido e estático, mas sim um processo de evolução contínuo, entrelaçando o antigo e o novo, num processo de fecunda criação daquilo que entendemos ser a identidade portuguesa, na qual a diversidade constitui-se enquanto traço da sua singularidade. Ainda hoje, dispersos pelo mundo, evidenciamos a identidade e sentido de pertença, procurando o equilíbrio entre a diversidade e a unidade, tal como somos. Talvez este processo de agregação de culturas diversas, traduzindo um hibridismo cultural permanente, esteja na base do fundamento de uma cultura portuguesa assente na heterogeneidade e inclusão. Um “povo exceção”, como lhe chama Manuel Antunes, na sua obra emblemática *Repensar Portugal*, enaltecendo um pequeno grande povo que, apesar da sua pequenez territorial, conseguiu

alcançar tão grande obra.

Na verdade, conhecer o nosso passado, invulgarmente longo e rico, enquanto povo, e ter a capacidade de o exaltar, de forma enraizada, promovendo uma

intercompreensão do local e do global, ambos, simultaneamente, unos e diversos, tal como o Homem é, é viver o presente, de forma dilucidada, prospetando os desafios do futuro, no seio desta cultura-mundo, de crescente complexidade, em que vivemos.

* Artigo publicado no "Observador", em 26.09.2024.

** Socióloga. Investigadora do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta



Um herói de dois mundos: D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal*

Paulo Drumond Braga **

Foi imperador do Brasil com o nome de D. Pedro I e rei de Portugal com o de D. Pedro IV. Teve uma vida de quase 36 anos dividida entre os dois lados do Atlântico, sempre ao sabor das conjunturas políticas. Os dois países consideram-no um herói. Mas a verdade é bem outra.

D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal, imperador e rei, é uma das figuras mais controversas do século XIX. Quando nasceu em Queluz, em outubro de 1798, não estava destinado a reinar, já que os pais, os futuros reis D. João VI e D. Carlota Joaquina, tinham um outro varão mais velho, D. António Pio. A morte deste, em 1801, converteu D. Pedro de Alcântara em primogénito do herdeiro da Coroa. Em 1807, aos nove anos, acompanhou a restante família na transferência para o Brasil. Foi um dos momentos mais relevantes da sua vida. Rapidamente se tornou mais brasileiro do que português.

Acontecimentos como a primeira revolução liberal triunfante em Portugal (1820) e o regresso dos pais e irmãos a Lisboa (1821) foram determinantes na vida de D. Pedro. D. João VI deixou-o como regente do Brasil, e o jovem, já casado com Leopoldina, filha do imperador da Áustria, e pai de dois filhos – desse casamento viriam a nascer mais quatro – tornou-se uma peça chave do processo independentista, se bem que, como hoje se defende, não tenha sido o próprio a declarar a independência, em 7 de setembro de 1822, nas margens do Ipiranga, episódio que ele próprio mais tarde estabeleceu como momento fundador do Brasil. Aceitou tornar-se imperador do novo país sul-americano, com o nome de D. Pedro I, tendo sido aclamado no dia em que completou 24 anos e coroado em 1 de dezembro.

Fez então uma escolha clara entre Portugal e o Brasil. O mesmo aconteceu na Primavera de 1826, quando D. João VI morreu. Reconhecido pelas autoridades portuguesas como soberano luso – tornou-se então D. Pedro IV –, outorgou uma Carta Constitucional – que, com avanços e recuos, vigorou durante a maior parte do liberalismo monárquico português – e abdicou na sua filha mais velha, doravante rainha com o nome de D. Maria II. O Brasil receava cair de novo nas mãos de Portugal e D. Pedro escolheu, uma vez mais, a sua pátria de adoção em detrimento da de nascimento. E pouco ou nada fez quando a filha se viu, em 1828, afastada da Coroa lusa pelo tio D. Miguel.

Em 1831, circunstâncias políticas adversas forçaram D. Pedro a abdicar do trono brasileiro e a rumar à Europa, deixando em terras de Vera Cruz o filho mais novo, agora imperador D. Pedro II, e três filhas. Não mais os reveria. Com ele seguiram a segunda mulher, Amélia de Leuchtenberg, de quem viria a ter uma filha, e a primogénita, D. Maria II.

Só quando o Brasil lhe virou costas é que novamente se interessou pelo que passava em Portugal, mas, ainda assim, não da forma que posteriormente veio a surgir na narrativa liberal. Ou seja, longe de se ter empenhado desde logo em recolocar D. Maria II no trono, procurou

uma conciliação com D. Miguel, parecendo, ao mesmo tempo, não enjeitar a hipótese de recuperar para si próprio a Coroa a que renunciara em 1826. Só depois de muito pressionado é que se colocou à frente de um exército, atabalhoadamente formado em Inglaterra e em França, para afastar D. Miguel. Em julho de 1832, desembarcou numa praia dos arredores do Porto. Aqui, uma vez mais, a mitologia liberal distorceu a realidade: a praia foi a dos Ladrões, na Arnosa do Pampelido, e não a do Mindelo.



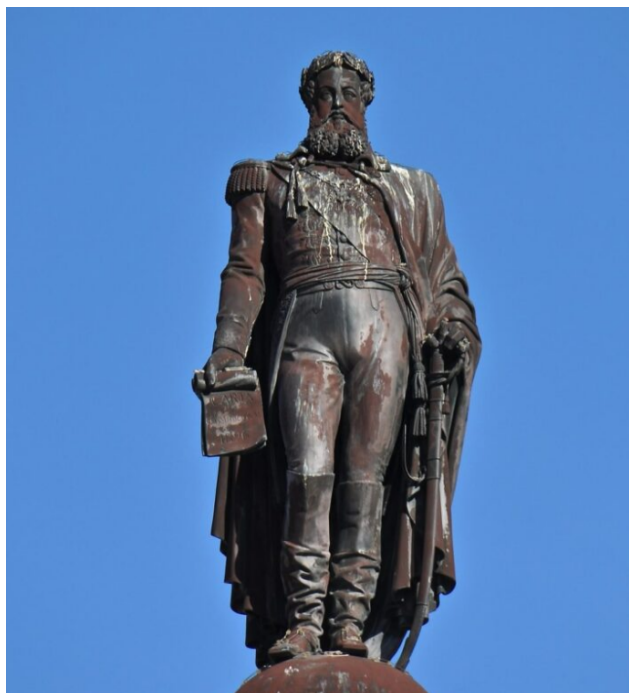
D. Pedro já não era imperador nem rei, usando o título de duque de Bragança, que, ainda que aparentemente simples, dele fazia chefe da família real lusa. Voltava, passado cerca de um quarto de século de ausência, a tocar solo português. A causa de D. Maria II triunfou em Lisboa, em julho de 1833, mas só em maio do ano seguinte é que D. Miguel se rendeu e rumou ao exílio. A vitória deveu-se menos ao empenho de D. Pedro do que ao dos demais senhores da guerra, os duques de Saldanha e da Terceira, o marquês de Sá da Bandeira e o almirante inglês Charles Napier.

O duque de Bragança assumiu a regência em nome da filha, ainda menor, mas problemas vários de saúde, que o

afligiam já há algum tempo – sofria de uma tuberculose ou de uma litíase renal – levaram-no a afastar-se da cena política. Morreu em 24 de setembro, a poucas semanas de completar 36 anos, no mesmo quarto do palácio de Queluz em que a mãe o dera à luz.

Rapidamente se tornou um herói de dois mundos:

Portugal, que o considerou, de forma algo imprecisa, o principal artífice pelo triunfo do Liberalismo, e o Brasil, que evidenciou o seu papel na independência, um pouco como os Estados Unidos da América fizeram com George Washington e vários países sul-americanos com Simon Bolívar.



Estátua de D. Pedro IV de Portugal, em Lisboa.

• • • •

As estátuas que evocam D. Pedro em Lisboa, no Porto e no Rio de Janeiro espelham esse culto prestado nos dois lados do Atlântico. O mesmo se pode dizer a respeito dos respetivos despojos mortais: o coração, que mandou que, depois da sua morte, fosse retirado do corpo e guardado na igreja da Lapa, no Porto, e o cadáver propriamente dito que, tendo sido depositado junto aos dos demais reis portugueses na igreja de S. Vicente de Fora, em Lisboa, foi, em 1972, entregue ao Brasil, jazendo desde então num sumptuoso monumento que, no Ipiranga (São Paulo), celebra a independência. Mais recentemente, quando passaram os duzentos anos dos

acontecimentos de 1822, de novo os dois países lembraram este homem controverso e tão cheio de contradições e o coração pôde viajar até ao Brasil. Tendo tido uma vida algo quixotesca, D. Pedro, que provavelmente padecia de hiperatividade, viveu constantemente com as emoções à flor da pele. À sua maneira, amou as duas mulheres que desposou por motivações político-diplomáticas, mas o apelo dos sentidos foi sempre mais forte, empurrando-o para constantes relações extramatrimoniais, a maior parte das quais ocasionais, tirando a exceção da marquesa de Santos. Amou todos os filhos, quer os legítimos, quer os bastardos, e lamentou sinceramente aqueles que teve a infelicidade de perder. De D. Pedro descendem os pretendentes aos tronos derrubados do Brasil e de Portugal e muitas outras individualidades que, à partida, não conotamos com sangue real, como é o caso de Francisco Pinto Balsemão.

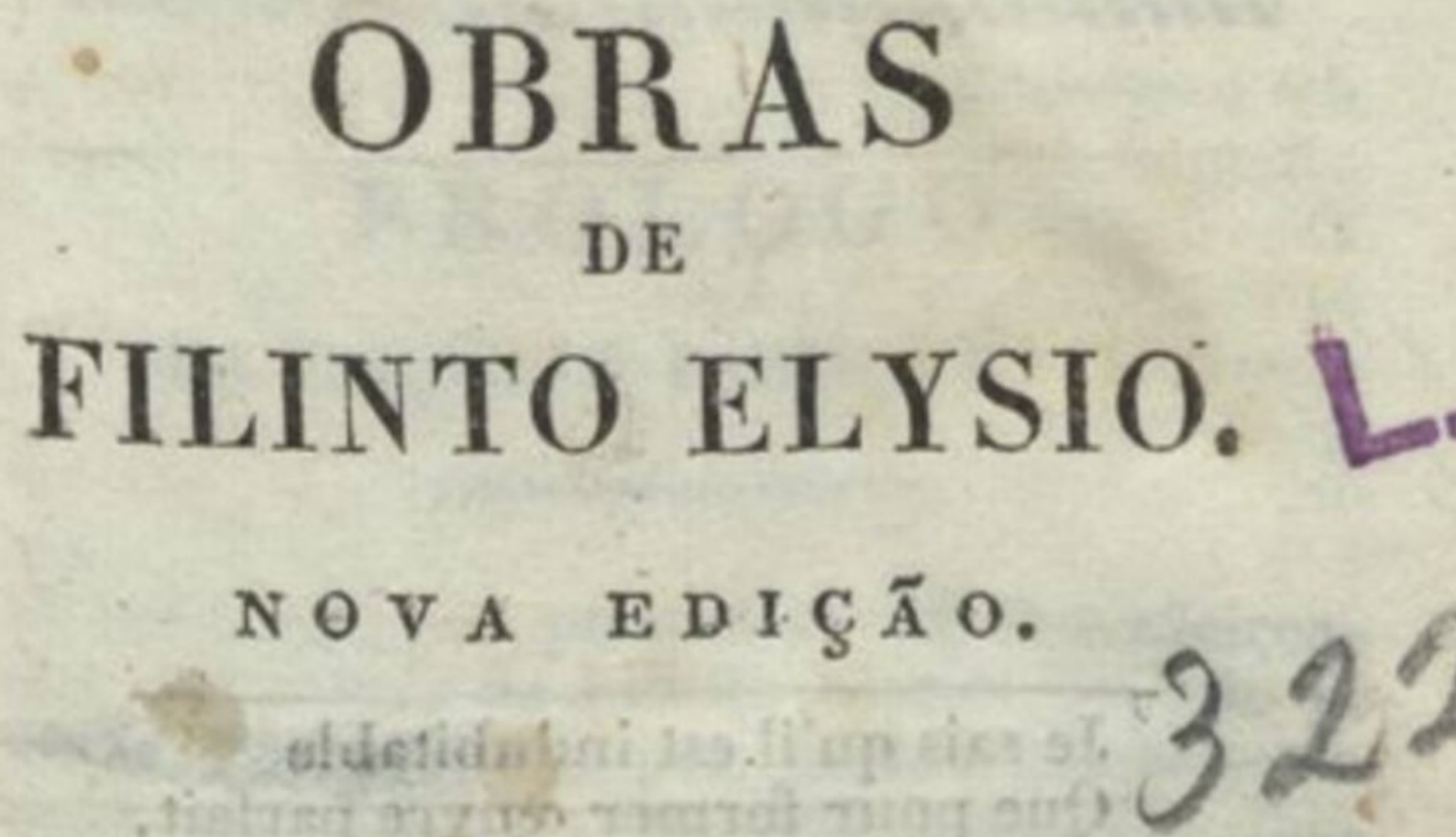


Estátua de D. Pedro I do Brasil, no Rio de Janeiro.

• • • •

* Artigo publicado no Observador, em 19.09.2024.

** Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta



Filinto Elísio: pátria, saudade e língua *

Fernando Torres Moreira **

Empurrado para fora da pátria, escrever na língua materna foi a ferramenta que Filinto Elísio encontrou para materializar o país que o viu nascer em tudo o que representava. Defender a língua materna das marcas de bastardia era defender a pátria.



Gravura de Filinto Elísio, aliás, Francisco Manuel do Nascimento

• • • •

Filinto Elísio, aliás, Francisco Manuel do Nascimento, conheceu em vida a glória literária mercê de um extenso rol de publicações, nas quais a sua vasta formação e erudição clássicas, a sua admiração por Horácio e pelos poetas portugueses de Quinhentos ressaltam de forma evidente. Cumulativamente, a sua obra, por méritos linguísticos indiscutíveis, foi também uma espécie de cartilha por onde se aprendia a bem falar e escrever português.

Filinto Elísio já quase não é lido, mas, por ter produzido uma obra muito significativamente orientada para a defesa da língua, guindou o país a parâmetros elevados e interessou figuras como Lamartine ou Ferdinand Denis para o conhecimento da cultura, literatura e língua portuguesas. O seu afastamento compulsivo de Portugal, a recusa em tornar-se num assimilado cultural e uma postura mental que sempre rejeitou o exílio e teimosamente “vivía” no seu país, fizeram com que Francisco Manuel, pela língua que tanto amou, se tornasse um dos mais representativos corifeus da saudade portuguesa. Face ao *aggiornamento* que atualmente a Europa conhece e à mundialização que os meios tecnológicos permitem, a luta deste poeta surge coberta de uma nova atualidade: a importância da língua e cultura na afirmação de um país.

Os clássicos greco-latinos e os escritores de Quinhentos – Camões, Barros, Ferreira, Lucena, etc. – foram por ele investidos como fiéis depositários da pureza da língua portuguesa, cujo prevailecimento como emblema nacional, após a sua emancipação e sobrevivência ao

reinado dos Filipes, se encontrava ameaçado por uma nova vaga: o ciclo da francesia. Acusado pelos críticos contemporâneos de usar nos seus textos “drogas de antigualha”, após o afastamento de Portugal, que seria definitivo, o poeta cristalizou a sua luta de forma perene em prol de uma língua pura, sem mácula de qualquer bastardia.

Cabe aqui fazer um reparo: o que começou por ser uma atitude de simples defesa da língua assumiu uma expressão mais lata com a saída da pátria-mãe: à pureza do falar português, Filinto associou a saudade da própria língua, que ouvia falar cada vez mais raramente e da qual circunstâncias do destino lhe foram retirando os suportes escritos de sua propriedade, e também a saudade de um país, de uma pátria, tomada metonimicamente como língua.

Num processo que encontra paralelismo em Camões, que aliás o próprio não enjeita, Filinto viveu e sentiu, no exílio, uma confusão de Babel e ansiava reiteradamente por uma Sião – pátria e língua – vivida nos seus primeiros 44 anos de vida. A luta pela verdadeira língua portuguesa consumou-se por um “verdadeiro furor vernáculo”, como afirmou Carlos Olavo, e a sua vivência em terra estranha, de uma pátria saudosa, vai ser expressão desse paraíso de heróis e bem-aventurados, a Elísia da qual tomou o nome.

No exílio, o autor elegeu como forma de compensar a ausência física do solo pátrio a recordação e consequente registo escrito da lembrança do português genuíno ouvido na sua infância às gentes do povo.

Simultaneamente, usa esta recordação como arma de arremesso contra os francesismos invasores de uma língua que, em tempos, conquistou o mundo. Se lhe faltavam palavras, lá estavam os clássicos latinos ou os escritores de Quinhentos nos quais encontrava, respetivamente, quer o vocábulo necessário, quer o reavivar de termos e expressões entretanto caídas em desuso. Não se infira daqui que Filinto entendia a língua como algo imutável; ao contrário, já que a criação de termos novos também fazia parte da sua estratégia de defesa da língua; simplesmente o latim era o laboratório de onde surgiam os neologismos e, numa impossibilidade erudita, usava como elemento norteador a autoridade linguística do povo. Era mais uma forma de enriquecer a língua que, como os outros, lhe trazia vitalidade e prestígio.

O poeta, desterrado da pátria, sente-lhe a ausência, porque cada vez mais raramente a língua portuguesa lhe soa aos ouvidos e os contactos com portugueses se vão tornando menos frequentes – o exílio tornava-se demasiado longo, apesar de, como afirmou Almeida Garrett, estar lá “com os olhos postos na pátria” ... As muitas traduções que fez talvez fossem (para além das óbvias necessidades de ordem económica) uma forma de presentificar essa língua, de a “ouvir falar”, de a ler, escrevendo-a. Nunca, como se apontou, Francisco

Manuel perdera de vista, no exílio, a terra onde nascera e onde sempre quis viver. O entusiasmo, quase religioso, com que se entregou à restauração e enriquecimento da língua portuguesa indicia a omnipresença da pátria, as saudades que o dilaceravam e as, cada vez menos ténues, esperanças de regresso. A paixão de Filinto pela língua materna confundia-se com o seu amor por Portugal e a luta movida contra os galicismos (“estrangeirismos desnecessários e absurdos”, segundo Lopes de Mendonça) é prova definitiva disso.



Capa de um dos muitos livros de Filinto Elísio.

• • •

Mas de que pátria tinha Filinto saudades? Que pátria lhe merecia labor em prol da língua? Conta Carlos Olavo que, no exílio, o espírito de Filinto se entranhara com os

problemas da liberdade. Os acontecimentos por si vividos em França alimentaram-lhe a ilusão de ver transpostos para a sua pátria os bons princípios da Revolução, com a liberdade à cabeça. Filinto desejava “Ver na Pátria, que maus hoje assoberbam / Com ignorante orgulho / Suceder a Justiça à Tirania”. Saudades da pátria sim, mas de uma pátria onde pudesse viver em liberdade, deleite de que apenas pôde gozar em terra estranha. Por isso, o discurso de Filinto surge recheado de termos que remetem, incontornavelmente, para um ambiente de liberdade, e será o uso deste vocabulário que fará dele um denunciador constante do fanatismo, da opressão, da tirania em que o país vivia. A sua poesia será veículo de denúncia dessa Elísia ultrajada para a qual, politicamente, propunha novos rumos. Os quase quarenta e um anos de exílio vividos por Francisco Manuel do Nascimento, na sua maioria em situação de miséria, fome e humilhação, foram também um período temporal de expressão de uma saudade da pátria manifestada, em especial, por uma luta contínua em prol da língua portuguesa, à qual a ausência de meios, longe de afrouxar, antes estimulou a coragem de um lutador que merece encômios pela exemplar lusitanidade de todo o conjunto da sua obra literária, traduções incluídas. Escrever foi para Filinto, nos tempos de maior dificuldade, um lenitivo, uma forma de sustento, um processo de exteriorização da saudade. Empurrado para fora da pátria, escrever na língua materna foi a ferramenta que encontrou para materializar o país que o viu nascer em tudo o que ele representava. Defender a língua materna das marcas de bastardia era defender a pátria: “Amor da Pátria, e desejos de que se não escureça inteiramente a glória, que nos granjearam entre as nações estranhas os bons Autores do nosso bom século literário, e não outro algum motivo, me incitaram a destruir (se me é possível) com as armas do ridículo, a seita do francesismo, que tanto desonra a clássica linguagem portuguesa. (...) amantes do bom Camões (...) derrotai-me esse exército ingrato, que se rebela contra a Pátria, e contra os que com as suas doudas penas a ilustraram”.

Se Fernando Pessoa pôde dizer “a minha pátria é a língua portuguesa”, Francisco Manuel do Nascimento, mais de um século antes, fez da língua uma pátria sempre desejada, porque expressão viva de uma saudade. Talvez melhor que ninguém Filinto tenha vivido a pátria (e na pátria) pelo uso da língua nacional.

* Artigo publicado no Observador, em 10.10.2024.

** Professor Catedrático de Cultura Portuguesa, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro



9 séculos depois... Portugal num capriccio *

Annabela Rita **

É esta vertigem de “imagens que passam pela retina” nas galerias da História que constitui a imensa e apertada malha de “razão e mistério” de Portugal

Numa altura em que se nos afigura difícil nascer, viver, envelhecer e morrer em Portugal, com as respectivas dificuldades patenteadas nos *media* em geral, e os olhares das novas gerações se fixam hipnoticamente na vida lá fora, desejando-a, o que é “ser-se português” (não falo da “Arte de Ser Português”, de Teixeira de Pascoaes)?

A resposta actual bebe nas teorias das “comunidades imaginadas” (Benedict Anderson) e afins, racionalizadoras, dessacralizadoras, assentes em dados “objectivos” e “materiais” comuns promotores de um sentimento de unidade, identidade: a soberania, a história, a língua, o território, os mapas, os museus, o hino, a Constituição... uma construção de séculos analisada em mesa de anatomia.

Ora, com isso, ouvimos estudantes universitários afirmarem que “se sentem mais europeus do que portugueses”, demonstrando um conhecimento circunscrito à sua conjuntura. Para eles, “o passado é um país distante” (Sérgio Godinho) e desconhecido.

Se os dados “objectivos” e “materiais” potenciam o desinteresse jovem, quando entramos na tessitura do nosso imaginário tradicional, a magia e o fascínio captam-nos progressivamente e nós, oradores (professores, conferencistas...), tornamo-nos novas Sheerazades: ficam emocionalmente suspensos por esse mundo outro e surpreendente, prodigioso (Joaquim Fernandes), quimérico, ocult(ad)o. Entre ambas as percepções, gera-se o excesso e/ou carência identitária (Eduardo Lourenço) desse “Ser e Representação” (tema de reflexão desde a Filosofia Portuguesa a Miguel Real) em “labirinto da saudade” (Eduardo Lourenço).

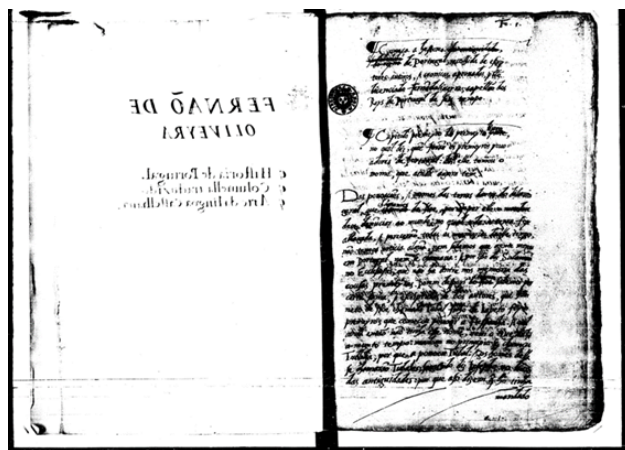
Deixo os historiadores e sociólogos ponderarem os dados factuais da longa construção identitária nacional e os mitólogos fazerem uma arqueologia dos seus mitos e lendas. Seja-me permitido um *capriccio* sem Frescobaldi, Paganini ou Tchaikovsky ao fundo, assinalando o modo como o nosso imaginário se conforma e se exprime...

De antes da fundação de Portugal

Tudo começa à saída do mundo mediterrânico, fechado sobre si e a sua história lenta (F. Braudel), mítica e legendariamente embebida. No Promontório Sacro...

Tubal, filho de Jafet, cumprindo directrizes de Noé após o Dilúvio, aportou em Setúbal, que povoou, e foi sepultado no Promontório Sacro (Sagres), cultuado por toda a Tubália, local posteriormente interditado aos homens no *notturmo* quotidiano, dedicado a Saturno e demais deidades, mas também a Hércules/Herácles.

Segue-se o rei Luso e a sua descendência e S. Vicente, que os corvos e o rei fundador trarão a Lisboa/Ulisseia, por onde passou Ulisses/Odisseu, que enlaçou Calipso (Santarém), de que resultou Ábidis (peninsular Moisés), e/ou a rainha-serpente Ofiússa, cujo movimento convulso criou as colinas de Lisboa.



Fac-simile dos primeiros fólhos da História de Portugal, de Fernão de Oliveira, escrita no século XVI, cuja narrativa começa no Dilúvio e factos imediatamente seguintes.

Desde a fundação de Portugal

O prodígio atravessa o território do Portus Cale expandido a rectângulo peninsular num tempo de cruzadas e cavalaria que o embebem de graállica hipótese... sob o adejar das “asas” dos Anjos entrevistados nas batalhas, homenageados com ordem militar-honorífica (de S. Miguel da Ala) e cronísticos. O rei fundador, descendente, quiçá, do Imperador Clarimundo, parente acreditado do prestigiado S. Bernardo, é miraculosamente curado da paralisia das pernas, auspiciosamente autoinvestido cavaleiro, visionariamente investido por Cristo numa missão régia nacional e universalizante e, em simultâneo, “alçado rei” pelo seu exército, tornando Ourique, o selo pátrio da vitória e da fundação, mas também da expansão marítima...

Sob esse signo, o imaginário nacional embeberá a sua monumentalidade: os Mosteiros de Sta. Maria (Alcobaça) e de Sta. Maria da Vitória (Batalha), de Sta. Cruz (Coimbra) e dos Jerónimos (Lisboa), o Convento de Cristo (Tomar) e o do Buçaco ensaiam uma composição em que se projecta o *chiaroscuro* do jogo de espelhos com *Os Lusíadas* e entre estes, a junqueira na *Pátria* (1896), *Mensagem* (1934), *Tocata para dois clarins* (1992), *Uma Viagem à Índia* (2010) ... tudo expositivamente sinalizado no “Mundo Português” (1940) e no Portugal dos Pequenitos (Coimbra), com os Painéis de S. Vicente, cindido pelo reflexo dourado entre uma mensagem e uma investidura de missão. A Estrela dos Reis Magos deslocara-se da oriental Belém para o Tejo, passando pela abóbada da Ínclita e graállica Geração (Batalha) e iluminando a expansão.



Adoração dos Magos, Grão Vasco (Museu Grão Vasco).

Na coreografia do Tejo, combinam-se a aventura e a prece. Almada Negreiros oferece-nos a sua história sinedóquica e simbólica nos painéis da “Nau Catrineta”, onde ecoa a popular e recolhida por Garrett, *memento* identitário de despedida e de acolhimento contra a eventual amnésia pela provação oceânica de Letes tingida.

E o Padrão dos Descobrimentos embebe a “Prece” (Fernando Pessoa) comunitária na ascensão dos heróis até à nau, símbolo, também, da existência. Prece acolhida e abraçada na outra margem do Tejo pelo Cristo-Rei, duplo do brasileiro, sinalizando esse cristianismo que insuflou e se inscreveu nas velas das caravelas alçadas por Neptuno no *Planisfério* de Almada, como por D. Manuel I na Carta Marina de Waldseemüller (1516) cavalcando triunfalmente um dos monstros fabulosos que ilustravam a cartografia da época.

Na “balança da Europa” (1830), Portugal reafirma, garrettianamente, a congénita “necessidade absoluta, forçosa, invencível” de ser livre que lhe cinzelou a acção desde a Nova Aliança fundacional, gravada no seu “Evangelho” (Fernão Lopes), retomada na Restauração, pluriartisticamente replicada.

Esse ADN nacional é simbolizado no signo-sinal do dragão no seu brasão inscrito a água em terra (ribeira de Odeleite), lusitano selo identitário (replicado do Cruzeiro de Vila Viçosa ao centro dos brasões no Palácio de Sintra, ao portal dos Jerónimos e à Sociedade Histórica, passando pelo elmo régio dos armoriais e no *tarot* português). E, nesse dragão fabuloso, espreitam as serpe(ente)s aladas sueva e celta e a de Moisés, insinuando a sucessão histórica, a fusão religiosa e a crística identificação nacional na literatura.

É esta vertigem de “imagens que passa[m] pela retina” (Camilo Pessanha) nas galerias da História – parcialmente evocadas por Júlio Dantas na longa convocatória através do Mosteiro da Batalha da sua conferência “Heroísmo” (1923) –, que constitui a imensa e apertada malha de “razão e mistério” de Portugal (António Quadros), *figurações* e *emblemática* de um *ser pátrio*, “S. Portugal em Ser”. É ela que identifica, afinal, o “(Des)conhecido” colectivo cujo túmulo se cultua: um Portugal na “balança da Europa” (1830) revisitado garrettianamente (1846), endoidecido de amnésia (Junqueiro), eruditamente consciencializado com António Quadros, emocionadamente psicanalizado por Eduardo Lourenço (1978), cenarizado em viagem de Saramago (1981) e luminosamente “morto” segundo Miguel Real (2008).

É esse “ser português” que devemos reanimar, *reencantar* contra o *Desencantamento do Mundo* (Marcel Gauchet), para sentirmos as mais profundas (des)razões que nos

constituem como comunidade. Porque é ele que nos une, emociona e motiva, entretecendo tempos, espaços e figuras, tornando compreensíveis acções e factos.

Assim devemos entender e assimilar os nexos da patrimonialidade (i)material nacional, vestígios do que fomos, estímulos do que poderemos vir a ser (“do que tem sido e do que ora lhe convém ser na Nova Ordem”, segundo Garrett).

E só essa clara noção da anterioridade legítima e potencia, também, a mudança, a transformação. Ou, a não ser assim, subimos para uma “jangada de pedra” em promontório de insuspeitada sacralidade, sem vela nem vento, sem motor nem remos, sem antes nem depois...



Padrão dos Descobrimentos



* Artigo publicado no Observador, em 03.10.2024.

** Professora aposentada da Universidade de Lisboa.



Nuno Álvares Pereira. Uma reflexão *

Luís Adão da Fonseca **



Dom Nuno Álvares Pereira (pormenor)

• • •

1

Nuno Álvares Pereira nasce em 24 de Junho de 1360, em lugar ainda não definitivamente esclarecido, sendo Cernache do Bonjardim e a Flor da Rosa as hipóteses mais geralmente aceites. É filho natural do Prior da Ordem do Hospital, D. Álvaro Gonçalves Pereira, e de Iria Gonçalves do Carvalhal, tendo sido, no ano seguinte, em 24 de Julho, legitimado por D. Pedro I. Os tempos em que vive - entre a segunda metade do século XIV e a primeira metade da centúria seguinte - não são fáceis. Na Europa, são anos de graves dificuldades económicas e sociais, de profundas transformações na vida política, de enfrentamentos bélicos quase permanentes (em que sobressai a chamada *Guerra dos Cem Anos*), de desajustamentos culturais e intelectuais, de funestas divisões no campo religioso, materializadas no *Cisma do Ocidente*, com duas sedes apostólicas, em Roma e em Avinhão, digladiando-se pela chefia da Cristandade (1378-1417). Portugal é afectado por tudo isto de forma

directa, não sendo poucos os domínios da nossa vida colectiva que não podem ser adequadamente compreendidos sem ter em conta o coevo panorama europeu. Nesta conjuntura, o reino lusitano vive a partir de meados do século XIV um clima de agitação e de guerra endémica. Subido ao trono em 1367, o rei D. Fernando, pressionado pela guerra europeia e pelos seus efeitos directos na Península Ibérica, protagoniza durante anos (1369-1382) sucessivas operações militares de intervenção em Castela, com resultados claramente negativos que deixaram um rasto de dor, desastres e dificuldades. No decorrer da chamada *terceira guerra fernandina*, em Julho de 1381, Portugal é invadido e a armada portuguesa é esmagada em Saltes. Entretanto, Lisboa é cercada pela frota castelhana, primeiro em Novembro de 1381 e depois em Março de 1382. Militar e politicamente derrotado, D. Fernando acaba por aceitar uma solução juridicamente compreensível mas politicamente desastrosa: mediante o tratado de paz de Salvaterra (em Abril de 1383), a sua única filha, D. Beatriz (criança de 10 anos de idade) casa com o rei de Castela João I, homem maduro e já viúvo. Em face da situação internacional, para Portugal, esta situação pode ser vista, a curto prazo, como uma segurança, embora, como é bem conhecido, represente também, a médio prazo, uma perigosa hipoteca. Mas, no momento, o benefício obtido parece justificar o preço. Assim se explica que, no final de 1382, tenha existido no País um certo consenso a favor desta solução: representa a única alternativa capaz de, no momento, oferecer a paz. No entanto, isso não diminui a delicadeza da situação, uma vez que se mantêm as difíceis e perigosas implicações deste acordo. Neste contexto, o monarca D. Fernando morre em Outubro de 1383, sem filhos varões, tendo entregado a regência à viúva, D. Leonor Teles, personagem estranha, de difícil compreensão ainda hoje. Enquanto o país se agita, a rainha, por razões pessoais e políticas, empenhada numa lógica de circunstância, envereda pelo caminho de uma atabalhoada defesa dos direitos da filha, criando as condições que vão dar origem a uma profunda divisão da sociedade portuguesa. Em muito pouco tempo, tais divisões saltam à luz do dia. A oposição à regente, liderada pelas cidades marítimas - com Lisboa à cabeça-, desce às ruas, e os acontecimentos sucedem-se a uma velocidade vertiginosa. O conde de Ourém (amante da rainha e conhecido agente dos interesses estrangeiros) é assassinado (em Dezembro de 1383), o infante D. João, filho de D. Pedro I e de Inês de Castro, refugiado em

Castela, aparece como alternativa nacional (o que explica a sua imediata prisão no reino vizinho), acabando o Mestre de Avis por encabeçar a oposição a D. Leonor Teles. Este é filho do mesmo rei D. Pedro I e de Teresa Lourenço, e aparece, no início, como representante do meio-irmão e homónimo, o já citado infante D. João, mas, depois, já actua como defensor do reino em nome próprio. Ou seja, em poucos meses alastra por todo o reino um clima de guerra civil. Para recorrer as palavras de FERNÃO LOPES, poder-se-á exclamar: *Oh, que forte coisa e mortal guerra [é] de ver uns portugueses quererem destruir os outros, e aqueles que um ventre gerou e uma terra deu criação desejarem de se matar de vontade e espargir o sangue dos seus divedos e parentes!* Em suma, as principais correntes da opinião e os correspondentes grupos de pressão portugueses dividem-se quanto à atitude a tomar. O partido anglófilo encontra franco apoio entre a burguesia das cidades marítimas. A aristocracia, por sua vez, divide-se: uns aceitam a amizade castelhana, a qual, através do casamento de D. Beatriz com João I de Castela, encerra duvidosas garantias para a nossa independência; outros defendem o recurso a uma solução nacional, concretizada na defesa da sucessão na linhagem de Inês de Castro.

No entanto, subjacentes a ambas as opções nobiliárquicas, existem factores comuns que importa ter em consideração: são os valores cavaleirescos do código de honra tantas vezes aludidos na bibliografia, são os condicionalismos derivados do relacionamento interno das famílias aristocráticas, e relativos tanto aos problemas sucessórios como aos aspectos militares, e são determinados interesses de tipo económico de carácter multiforme, como é o caso daqueles que estão relacionados com a interpenetração económica do interior português com o território castelhano. É mesmo possível que, para a alta nobreza portuguesa, a organização castelhana tenha eventualmente aparecido como um modelo atractivo a imitar. São aspectos insuficientemente conhecidos, e que importaria estudar com maior atenção. No meio, actuam elementos desestabilizadores de origem vária; é o caso do grupo de emigrados *emperegilados* (isto é, os emigrantes partidários do rei D. Pedro I de Castela, opostos à dinastia Trastâmara que então governava esse reino) que, controlando alguns lugares chave, se conduzem de forma ambígua, oscilando entre um certo *anglofilismo* e algum *castelhanofilismo* pouco claro. Finalmente, D. Leonor Teles, cada vez mais interessada na defesa de um poder pessoal, age ao sabor das circunstâncias. É evidente, finalmente, que a conjuntura da crise económica e social não é alheia a este ambiente político. Nas suas linhas gerais, é assunto bem conhecido. Como muitas vezes acontece em situações deste tipo, as explicações fáceis que dividem os bandos entre *patriotas* e *traidores* não satisfazem. A gravidade e dimensão dos problemas, as profundas implicações internas e externas

das opções em jogo, a interferência de factores múltiplos de ordem social, económico e estratégico, aconselham-nos a ser prudentes nos juízos. Nos anos 80 do século XIV, a Europa Ocidental, em geral, e a Península Ibérica, em particular, enfrentam uma situação delicada em que a ruptura dos equilíbrios entre os poderes tradicionais se expressa na dificuldade em lograr novas articulações políticas e diplomáticas que substituam com êxito as anteriores, que se tinham revelado inoperantes. Por outro lado, como já disse, o debate torna-se ainda mais agreste porque ambas as opções têm directas implicações externas. Assim, sem exagero, pode dizer-se que estão em jogo *diferentes futuros* para a sociedade portuguesa. É essa terrível possibilidade, da qual os protagonistas de ambos os lados têm perfeita consciência, que transforma um difícil problema de sucessão dinástica em embate aberto, gerador da guerra civil a que já fiz referência.



Frei Nuno de Santa Maria (pormenor)

2

É este, em breves palavras, o palco em que o Mestre de Avis e Nuno Álvares Pereira entram em cena. É este o panorama em que o último cresce e se afirma como figura decisiva na evolução dos acontecimentos. Como tem sido apontado, a sua biografia pode ser dividida em três fases, perfeitamente diferenciadas: a sua juventude

até à morte do rei D. Fernando, em 1383, os anos áureos da crise dinástica e da guerra com Castela até 1401 e, finalmente, o período caracterizado por um crescente alheamento da vida mundana e pela preponderância dos interesses religiosos. A primeira fase apresenta-nos um percurso, em linhas gerais, muito próximo do que é comum num cavaleiro nobre do seu tempo. Em 1373, é admitido na corte de D. Fernando e armado cavaleiro por D. Leonor Teles, casando muito jovem e, segundo parece, por pressão familiar, com D. Leonor Alvim (em 15 de Agosto de 1376). Este facto, referido na crónica em termos simplistas, pode ter tido um significado mais profundo. Como já se chamou a atenção, há uma antiga ligação da rainha ao pai de Nuno Álvares e, através dele, aos seus filhos. Por outro lado, importa não esquecer que a mãe do futuro Condestável é muito próxima de D. Leonor Teles. Assim, neste ano de 1376, em Maio, Nuno Álvares recebe a primeira doação por parte do rei D. Fernando. Do seu casamento, nascem três filhos: dois rapazes, que morrem ao nascer, e uma filha, de nome Beatriz. Esta virá a casar, em 1401, com D. Afonso, filho bastardo de D. João I. São ainda de assinalar as primeiras participações militares de Nuno Álvares no decorrer das guerras fernandinas com Castela: está na vanguarda do exército português que, em Julho de 1381, em Elvas, responde às incursões castelhanas no Alentejo, mas não chega a entrar em combate; desafia, em Novembro do mesmo ano, o filho do Mestre de Santiago, mas a lide não chega a ter lugar, e protagoniza escaramuças nos arrabaldes da Lisboa cercada. Durante a crise de 1383-1385, quando o reino se divide entre dois bandos, opta, contra a orientação dominante na família, pelo partido do Mestre de Avis, assumindo rapidamente um indiscutível protagonismo tanto no campo militar como no político.

Ainda em vida de D. Fernando, manifesta de forma violenta a sua discordância da solução política encontrada no tratado de Salvaterra (já citado). Em Maio de 1383, durante o banquete, em Elvas, onde se festeja a entrega da infanta portuguesa ao marido, derruba violentamente uma das mesas, abandona o local, e parte para o Minho, para junto da mulher. Lê-se na *Crónica do Condestável* que o monarca castelhano, depois de perguntar pela identidade do protagonista de tão insólita actuação, terá comentado: *Quem tal coisa cometia em tal lugar[...] que para mais seria o seu coração.*

É, nesses anos da juventude, destemido. É um jovem que acredita na veracidade dos cavaleiros da Távola Redonda, dizem-nos as fontes. Mas acredita verdadeiramente? Ou afirma-o como forma de contrastar com o ambiente em que vive? Elevar os cavaleiros da Távola Redonda a modelos de comportamento, naquele contexto, não terá sido um modo (um dos modos possíveis, então) de reforçar a sua recusa daquele mundo, antecipando a sua entrada para o Carmo, nessa altura como expressão da sua recusa do mundo? Se assim é, como creio, uma das

facetar transversais da biografia de Nuno Álvares terá sido a sua *forma mentis de homem que recusa*. No fundo, convenhamos que é algo que faz parte da condição de cristão.



in "*Crónica do Condestável de Portugal*" Dom Nuno Álvares Pereira

3

Conta ainda FERNÃO LOPES que terá sido o próprio Nuno Álvares quem, após o falecimento do rei português, e em face da instabilidade política crescente, terá formulado o plano de destruição da supremacia do Conde de Ourém, que estava coligado com a rainha D. Leonor Teles: assassinato do galego e apoio ao Mestre de Avis para encabeçar a reacção. Pessoalmente, custa-me um pouco a admitir esta versão. O futuro Condestável não é ainda figura com peso político suficiente para o fazer: tem apenas 23 anos e os seus créditos militares são ainda escassos.

É possível, no entanto, aceitar que tenha aderido ao plano dos conjurados, sendo, pelas suas ligações familiares, importante no estabelecimento de uma *ponte* com os irmãos (tendo o pai falecido, é então Prior do Hospital o seu irmão Pedro Álvares). Neste sentido, é significativo que, imediatamente, tenha Nuno Álvares

procurado o irmão, tentando aliciá-lo, sem êxito. Regressado a Lisboa, com a revolta a alastrar, a rainha viúva em fuga e o Mestre de Avis aclamado *regedor e defensor do reino*, Nuno Álvares passa a estar no núcleo central da facção que apoia o futuro D. João I. Em 30 de Dezembro de 1383, ocupa o castelo de Lisboa, e, logo após as Cortes de Coimbra aclamarem o Mestre de Avis como rei de Portugal, é nomeado Condestável do reino e mordomo-mor de D. João I. Na verdade, em toda a crise, não pode ainda ser minorizada a importância política da actuação de Nuno Álvares, manifestada em múltiplas circunstâncias. É o caso da sua presença nas referidas Cortes de Coimbra. Manifestando desde o seu início, em termos de grande radicalidade e veemência, o seu apoio à causa do Mestre, não deixa de constituir um *argumento* intimidatório de algum peso, ao lado dos argumentos políticos e jurídicos apresentados por outros. Com razão MARIA HELENA DA CRUZ COELHO escreve que esta *decisiva mutação do poder político deveu-se à contínua pressão de Nuno Álvares sobre a fidalguia, não poucas vezes com insinuações de possível recurso das armas, e ao muito saber e mestria jurídica e oratória de João das Regras. Dois homens fortes, duas pedras angulares, do Mestre e Rei de Avis, que se completavam*. São bem conhecidos os diferentes episódios desta sua actuação. Protagoniza, desde então, os principais momentos da guerra contra Castela, num desdobrar de iniciativas e confrontos bélicos que seria impossível resumir aqui. Em todos estes momentos, revela-se como excelente chefe militar, corajoso, dotado de permanente sentido do dever, de grande capacidade de decisão e de mobilização, exigente consigo e com os outros, capaz de intervenções rápidas, inegável capacidade de chefia no campo de batalha. Como escreve FERNÃO LOPES, *no movimento do arraial, ordenando suas batalhas como haviam de ir, queria-se muito temido como senhor, de guisa que nenhum não passasse do que ele mandava, ca de outra guisa tornava[-se] bravo como leão quando se algum desordenava no regimento que lhe era dado*. Não escrevera antes o mesmo cronista que, entre os seus, *mais haviam os homens reverência que temor?* Em pouco tempo, o jovem destemido da corte de D. Fernando cresce rapidamente. Como homem, está mais maduro, como militar, está mais confiante, como político, está mais estruturado. No conjunto de enfrentamentos militares protagonizados por Nuno Álvares nestes anos, Aljubarrota é o *acontecimento-chave*, onde confluem todos os problemas em debate desde anos atrás, onde o futuro do Reino se liberta dos obstáculos que o passado parecia ter tornado inultrapassáveis, onde se abrem possibilidades até então insuspeitáveis. Nesta ordem de ideias, Aljubarrota é acontecimento revelador. Já foi qualificado, na perspectiva da evolução da história castelhana, como *um erro*. Talvez o tenha sido. Mas, na perspectiva da história portuguesa, é um momento decisivo, em que, no *mare magnum* das questões com que

se debate a sociedade portuguesa de então, a opção que acaba por sair vencedora tem decisivas implicações para o Reino: condiciona a curto prazo as coordenadas políticas da sua inserção na Europa e na Península, determina o enquadramento dos seus canais de ligação económica externa, define o horizonte da estratégia de fronteira que vai inspirar uma parte significativa da futura política expansionista da monarquia lusitana. Em certa medida, ambas as opções dinásticas (de Beatriz e de João) são portadoras de *possibilidades legitimadoras*. Importa não esquecer que Beatriz era filha de D. Fernando e que João era irmão deste. O problema é outro, resulta de uma outra questão. Para Portugal, cada uma das opções dinásticas implica uma opção estratégica profundamente diferente. Por outras palavras, poder-se-á dizer que havia, no início da Crise de 1383-1385, várias *possibilidades realizáveis*, mas a evolução dos acontecimentos militares conduzirá à *única possibilidade que se torna realidade*. Neste sentido, o desfecho de Aljubarrota (em grande parte por mérito de Nuno Álvares) representa o acontecimento militar que viabiliza a opção política desenhada nas Cortes de Coimbra. Este é o seu significado político. Viúvo desde Janeiro de 1388, não volta a casar. Desfrutando de uma posição de inegável destaque na sociedade portuguesa da época (por exemplo, está, desde 1391, encarregado da educação do Infante D. Afonso, o primogénito de D. João I, que virá a falecer alguns anos mais tarde), reconhecido como um dos mais significativos responsáveis pela vitória de D. João I contra a opção política representada pelo rei de Castela, Nuno Álvares Pereira é objecto de inúmeras doações e benesses que, em pouco tempo, o transformam no homem mais poderoso do reino. Sem as pretender referir todas, destaquem-se a dos condados de Ourém, Arraiolos e Barcelos, assim como do senhorio de inúmeras vilas e terras espalhadas de norte a sul do país. Como aponta o cronista FERNÃO LOPES, ele era *o segundo braço da defesa do reino*, o que terá provocado bastantes incompreensões. Esta circunstância não será alheia aos desentendimentos que surgirão dentro de pouco tempo. Tendo Nuno Álvares sido porta-voz das reivindicações da nobreza nas cortes de Braga que tiveram lugar em finais de 1387, isso não foi bem acolhido pelo rei. Este, depois da generosidade com que nos tempos difíceis presenteara os seus partidários (entre eles o Condestável), decide recuperar parte do património doado, propondo-lhes a respectiva compra. Nuno Álvares reage violentamente. Em finais de 1393, por insistência de João das Regras e de outros conselheiros régios, o problema voltará a ser colocado, tendo o Condestável sido convocado para uma reunião, juntamente com outros membros da aristocracia. Também aqui sem resultados, e o mesmo vai-se repetir nos anos seguintes. Trata-se de uma situação que vai estar na base da ida para Castela de vários membros da nobreza portuguesa, a partir de 1396. Com efeito, apesar

de se ter chegado a um acordo, o problema de fundo manter-se-á na medida em que o caminho propugnado pelo rei e pelos seus conselheiros, anunciado já futuras políticas de centralização régia, põe em causa muitos interesses estabelecidos.

Mais tarde, está ainda documentada a sua adesão à política de expansão lusitana em Marrocos. Participa na expedição a Ceuta em 1415 e, em 1425, quando se projecta a expedição de socorro a esta praça africana, manifesta a sua disposição em ir. Mas, para ele, são projectos que já não representam preocupações fundamentais na sua vida.



Convento do Carmo

• • • •

4

Há anos que o Condestável está orientado por outro tipo de interesses. Desde 1386, manifesta um crescente propósito de promoção da Ordem Carmelita. Fundada por um cruzado calabrês em 1156, reformada em meados do século XIII como ordem mendicante, está presente em Portugal desde a segunda metade desta centúria, instalando-se em Moura, num edifício inicialmente construído pelos cavaleiros do Hospital. A tradição tem considerado ser esta ligação do Condestável à Ordem do Carmo fruto de um voto feito nos campos de batalha (segundo uns, de Aljubarrota, segundo outros, de Valverde).

É possível, mas não há nada que o documento. De qualquer modo, como é sabido, a espiritualidade carmelita caracteriza-se por uma forte componente mariana. Por isso, parece mais sensato admitir que a devoção à Virgem de Nuno Álvares represente um agradecimento por graças e benefícios recebidos. Aliás, são vários os lugares com templos e capelas dedicados à Virgem que ele mandou edificar: Vila Viçosa, Camarate, Sousel, Portel, Monsaraz, Mourão, Évora, Aljubarrota, Estremoz, e Lisboa, onde fundou o Convento do Carmo. Assim, obtidas as respectivas licenças do Papa e do rei, e

iniciadas as obras do Carmelo em Lisboa em finais dos anos 80, estando concluída já em 1397 uma parte significativa do convento, Nuno Álvares oferece-o aos Carmelitas de Moura, convento que ele visitava com frequência, durante as suas campanhas no Alentejo. A construção, erguida no chamado monte da Pedreira, só será concluída em 1422. Nesse ano, Nuno Álvares doa vários dos seus bens, distribuindo-os pelos familiares e vai residir para o Carmelo por ele fundado.

No ano seguinte (em 28 de Julho), doa-o à Ordem do Carmo, onde professa em 15 de Agosto do mesmo ano, como simples irmão donato. De acordo com as Constituições do Carmelo, seria um *semi-frater*, ou seja, um “meio frade” que exerce as funções mais humildes do convento, sem mesmo usar hábito (limitando-se a uma túnica e capa de fazenda grossa, castanha escura). Reza a tradição da Ordem que, despojado de todos os bens temporais e vivendo numa minúscula cela que mais parecia de ermitão, multiplicava as penitências, o cuidado dos pobres e dos doentes. Segundo se conta (e não há fundamento para duvidar da sua veracidade), à porta do convento, distribuía esmolas e alimentos cozinhados numa caldeira de cobre que teria servido, para idênticos fins, na hoste do Condestável em Aljubarrota. A ponto de que os pobres, agradecidos, lhe cantavam trovas, como esta: *O grande condestabre / Em o seu mosteiro / Dá-nos a sua sopa, / Mais a sua roupa, / Mais o seu dinheiro.*

5

Morre em 1 de Abril de 1431. Reza a tradição que, em face do infausto acontecimento, se teria queixado D. Duarte que *perdera o seu maior amigo*, e D. João I, seu pai, teria declarado que o Condestável sempre fora *um dos seus olhos*. A data do seu falecimento tem algum significado. Desde que, em 1383, na sequência do falecimento do rei D. Fernando, se abrem as hostilidades com Castela, a despeito de sucessivas tréguas, assinadas em diferentes momentos, nunca foi acordado um verdadeiro tratado de paz entre as duas monarquias. Podem ser apontadas várias explicações de carácter circunstancial para este adiamento (todas elas com maior ou menor fundamento). No entanto, desde que tinha sido assinada a última trégua (em 1411), não se encontra uma razão de peso que o explique. A não ser um facto, a meu ver, fulcral: D. Beatriz, a filha de D. Fernando e D. Leonor Teles, viúva do monarca castelhano João I - e cuja pessoa tinha sido, no fundo, o *ponto de partida* para o conflito -, continua viva, em Tordesillas.

Compreende-se, assim, que Castela não possa assinar um tratado formal de paz; fazê-lo em vida da rainha viúva significaria colocar em causa todo um passado da monarquia castelhana e implicaria abdicar de alguém que, pelo facto de existir, constituiria sempre um importante *argumento* de pressão sobre Portugal. Não

sabemos exactamente quando faleceu D. Beatriz, mas as investigações mais recentes apontam para os anos à volta de 1420. Neste contexto, falecida a princesa portuguesa, e sendo então favorável a conjuntura europeia, já nada impede que a paz formal seja acordada. Assinado em Medina dei Campo, em 30 de Outubro de 1431 (será ratificado, pela parte portuguesa, em Almeirim, a 27 de Janeiro de 1432), é um documento fundamental na história das relações diplomáticas entre os dois reinos peninsulares na Baixa Idade Média. Encerra um longo período de hostilidades que remontam aos anos 80 do século XIV e constitui, simultaneamente, um ponto de partida para um novo ciclo no decorrer do qual, porque, entretanto, surgiram novos problemas, surgiu a necessidade de se negociarem e assinarem novos tratados (o de 1479-1480 e o de 1494). Em ambas as situações, o tratado de 1431 funcionou como texto inspirador. Neste sentido, a circunstância de Nuno Álvares Pereira, figura emblemática na conjuntura difícil que sucede à morte de D. Fernando, ter falecido em 1431 e, neste mesmo ano, ter sido assinado o tratado de paz que formalmente encerra décadas de hostilidades, não deixa de ser interessante. Trata-se, evidentemente, de uma pura coincidência. No entanto, não deixa de ser uma coincidência significativa.



Pormenor do portal da Igreja do Santo Condestável (Lisboa)

6

Tendo vivido muitas, diferentes e contraditórias experiências ao longo da sua vida, todas as fontes são unânimes no acentuarem ter sido ele homem de profunda piedade, que em todo o momento praticou de forma excelsa as virtudes cristãs. Recordando as suas palavras - aquelas que as fontes nos transmitiram, muito provavelmente reorganizando um discurso cujo sentido mais profundo terão certamente mantido -, encontramos um esquema coerentemente assente em poucos mas fundamentais pilares: o sentido da transcendência associado à preocupação pela defesa do rei e do reino (na sua boca, é a obra de Deus que se quer lembrar do reino de Portugal, e entendido o reino como a terra que me criou), a lealdade aos amigos e companheiros, o espírito militar inspirado na cavalaria típica da Baixa Idade Média (Galaaz e os cavaleiros da Távola Redonda seriam o seu modelo, segundo ele próprio declara). No final da sua vida, acentua-se o desprendimento, o sentido da pobreza. Mas sempre está presente o espírito de oração, a devoção mariana, o sentido da renúncia, da castidade e da família. Encontramos nas crónicas de FERNÃO LOPES abundantes exemplos destas qualidades. Sendo impossível referi-las todas no espaço limitado deste texto, limito-me a indicar apenas dois. Em Abril de 1384, perto da vila de Fronteira, esperando o avanço castelhano, no que seria a vitória dos Atoleiros, Nuno Álvares proclama aos seus, pedindo-lhe que, na refrega que se aproxima, se lembrem de quatro coisas: A primeira, que se encomendassem a Deus e à Virgem Maria, Sua Mãe, que os quisesse ajudar contra seus inimigos, pois que justa querela tinham contra eles, e que tivessem firme fé que assim havia de ser. A segunda, como vinham ali por defender a si e suas casas e bens, e se tirarem da sujeição em que os el-rei de Castela queria pôr contra razão e direito. A terceira, como eram ali por servir seu senhor e alcançar grande honra que a Deus prazeria de lhe dar muito cedo. A quarta, que fimassem em seus entendimentos de sofrer todo trabalho e porfiar na peleja, não uma hora, mas um dia se mester fosse. No ano seguinte, nas vésperas de Aljubarrota, numa reunião que teve lugar em Abrantes, quando D. João I parece ceder à opinião de alguns que, perante a diferença de tamanho dos dois exércitos, defendiam o adiamento do embate, declara em termos brutais não estar disposto a ceder: [isto] disse a el-rei meu senhor que aqui está, quando lhe em Guimarães primeiramente veio recado que el-rei de Castela queria entrar no reino. E neste acordo ficámos então, e sempre lhe tal desejo senti, mas se [o] vós agora mudais de seu propósito bom e vos ele quer seguir vontade, pode fazer o que sua mercê for, mas nunca me entendo mudar do meu; e daqui em diante fazei como quiserdes, porque eu não cuido em vos nisso mais de falar.

Expressão de tudo isto é o seu estandarte. FERNÃO

LOPES descreve-o assim: com o campo branco e uma cruz vermelha no meio, ficava dividido em quatro quartos; em cima, de um lado, está a imagem de Cristo crucificado, com a Virgem e S. João; no outro lado, a Virgem com o seu Filho ao colo; nos dois quartos de baixo, no primeiro, S. Jorge ajoelhado com as mãos juntas, e, no outro, Santiago na mesma posição. Ao primeiro olhar, saltam duas realidades; espiritualidade mariana, em cima, e inspiração cavaleiresca, em baixo. Aqui estão, lado a lado, S. Jorge e Santiago. Este é o tradicional patrono da guerra contra o infiel na Península Medieval. Mas aquele, embora conhecido em Portugal desde há tempo, só durante a crise de finais do século XIV será incorporado na cultura portuguesa enquanto símbolo do Reino. A origem é claramente inglesa. No entanto, permito-me acrescentar que, nesta situação, a presença de S. Jorge é um símbolo muito mais complexo. Recordo que, nas Cortes de Coimbra, de 1385, os próprios procuradores declaram que os valores por eles defendidos se pautam pelo modelo inglês: com efeito, a abrir o primeiro capítulo geral, e ao indicarem que tipo de relação deve o rei manter com os seus conselheiros, esclarecem: *porque assim se costuma fazer pelos Reis de Inglaterra, e por isto são louvados em todas as partes do mundo*. Quer dizer, há, a partir de 1385, uma dimensão ideológica na posição dos apoiantes do Mestre de Avis que se traduz numa opção estratégica e diplomática a favor da Inglaterra (que vai conduzir ao tratado de Windsor e ao casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre), e que o Condestável assume em termos simbólicos no seu estandarte. Terá interesse, a este respeito, recordar que o Papa Bento XVI, no discurso pronunciado em Roma, na cerimónia da canonização que teve lugar em 26 de Abril de 2009, chamou precisamente a atenção para este aspecto. São estas as palavras do Sumo Pontífice: *Sinto-me feliz por apontar à Igreja inteira esta figura exemplar nomeadamente pela presença duma vida de fé e oração em contextos aparentemente pouco favoráveis à mesma, sendo a prova de que em qualquer situação, mesmo de carácter militar e bélico, é possível actuar e realizar os valores e princípios da vida cristã, sobretudo se esta é colocada ao serviço do bem comum e da glória de Deus*. Temos notícias de uma antiga e continuada devoção popular, de que constituem relevante expressão a crença nos seus milagres, testemunhada em compilações quatrocentistas que os descrevem abundantemente (uma delas relata 221 situações). A este respeito, é interessante assinalar que o primeiro vestígio do seu culto na liturgia data da segunda metade do século XV. A partir de um breviário carmelita que se encontra em Parma, em Itália, e da análise das festas litúrgicas aí assinaladas, foi possível determinar duas circunstâncias interessantes: que terá sido redigido entre 1456 e 1478, e que se trata muito provavelmente de um breviário dos Carmelitas de Lisboa. Ou seja, que a festa de Nuno

Álvares Pereira aí assinalada em 1 de Abril (dia do seu falecimento) revela, por um lado, a existência do culto desde muito cedo e, por outro, a sua raiz na Ordem religiosa a que tão fortemente esteve ligado. Com efeito, desde muito cedo, a monarquia portuguesa fez as primeiras diligências no sentido da sua canonização. Reza a tradição que D. Duarte deu ordem que uma lâmpada de prata ardesse permanentemente na campa do Condestável. No sumário que, em data incerta (entre 1432 e 1433) o Infante redigiu para ser pregado o sermão sobre Nuno Álvares, assim como numa carta que o mesmo enviou em Julho de 1437 a Frei Gomes, o abade do mosteiro florentino de Santa Maria, já está perfeitamente claro este propósito. Nesta missiva, o monarca queixa-se de ainda não ter recebido o *desembargo que saiu do canonizamento do Santo Condestabre per que se tire a inquirição que sobre isto se costuma fazer*. E, tanto quanto se sabe através de testemunhos indirectos, idêntica convicção se encontra nas seguintes gerações da família real de Avis. É especialmente interessante o caso do Infante D. Pedro, irmão de D. Duarte, autor de um breve elogio de Nuno Álvares, onde escreve: *Modelo de príncipes, exemplo de senhores, espelho de contemplativos és tu, bem-aventurado Nuno! Tu foste firme e forte em combate, humilde e apiedado na vitória, justo e misericordioso na paz, obediente e devoto no claustro!*.

Posteriormente, foram feitas várias tentativas, renovadas em 1641, 1674, e 1894, mas só em 1917, como resultado das diligências iniciadas em 1914 pelo Patriarca de Lisboa, foi pela Santa Sé reconhecida a antiguidade da devoção à sua pessoa, sendo o decreto de beatificação datado de 15 de Janeiro de 1918. No ano seguinte, foi autorizado o culto público em Portugal. É, aliás, no decorrer do século XX, nomeadamente na primeira metade desta centúria, que tem lugar a crescente presença da figura de Nuno Álvares no espaço público, quer através das numerosas instituições que o tomaram como padroeiro (é o caso da Arma de Infantaria), quer como eco dos movimentos ligados à Cruzada Nacional Nun'Álvares (1918-1938), ou, finalmente, através da atribuição do seu nome com finalidade de identificação institucional ou toponímica. As comemorações do centenário da sua morte, em 1931, e do seu nascimento, em 1960, podem constituir outros exemplos deste fenómeno. Entretanto, já em 18 de Novembro de 1940, o Patriarca de Lisboa solicita ao papa Pio XII a canonização do Condestável, multiplicando-se a partir de então os textos publicados em Portugal que debatem esta questão. Retomado nestes anos o processo de canonização, agora claramente inspirada a partir da hierarquia eclesiástica, só o seria formalmente a partir de Julho de 2003, com o desfecho positivo em 2008 (em 3 de Julho deste ano, o Vaticano reconhece as virtudes heroicas do Condestável, assim como a sua intervenção numa cura milagrosa). Anunciada a canonização, em 21

de Fevereiro de 2009 pelo Papa Bento XVI, teve esta lugar em Roma no dia 26 de Abril do mesmo ano.

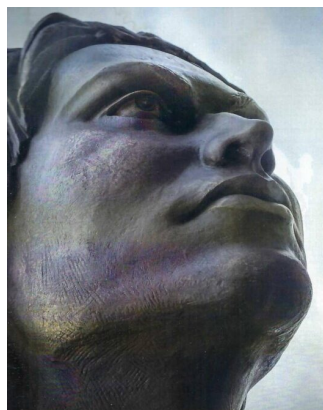


Santo Condestável. Pormenor do Arco da Rua Augusta (Lisboa)

7

Objecto de atenção já no século XV, através de dois textos que são fontes indispensáveis para o conhecimento da sua figura (a *Crónica de D. João I* de FERNÃO LOPES e a *Crónica do Condestabre*, texto anónimo), referido por CAMÕES, que (no canto IV de *Os Lusíadas*) coloca na sua boca palavras reveladoras de grande capacidade de chefia, Nuno Álvares Pereira será no século XVII objecto de crescente atenção, valorizado enquanto topos de uma afirmação autonomista no quadro da dinastia filipina. Para isso terá contribuído a publicação, em 1610, do poema épico de RODRIGUES LOBO, *O Condestabre de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. Neste contexto, a circunstância de Nuno Álvares ser antepassado directo da dinastia Bragança favorece, naturalmente, esta apropriação, frequentemente visível na parenética e em vários textos publicados ao longo do século XVII. Não se pode dizer que, nas duas centúrias seguintes, a figura do Condestável tenha sido de objecto de uma atenção digna de ser assinalada - para além de algumas reedições de textos anteriormente publicados e de alguma obra literária, como *O Alfageme de Santarém* de ALMEIDA GARRETT (publicado em 1841) -. Mas vai ser com *A Vida de Nun'Álvares* de OLIVEIRA MARTINS, dada à estampa em 1893, que o panorama se altera. Texto de

grande qualidade literária, é ainda hoje de consulta fundamental; durante décadas, vai influenciar de forma decisiva o retrato dominante do personagem. Deixa, no entanto, no leitor alguma insatisfação por revelar, da parte do autor, uma excessiva retro-projectão da política portuguesa contemporânea. Em carta que lhe dirige em 26 de Abril de 1894, EÇA DE QUEIROZ faz-lhe um grande elogio (*têm sido os Filhos de D. João I e agora o Nun'Álvares que me têm feito patriota*, escreve), mas, de modo pertinente, não deixa de realçar quanto manifesta a experiência pessoal e política do autor no Portugal do século XIX: [...] *haveria a discutir se não lhe meteste na alma muita coisa que é só do nosso século, quase só destes últimos cinquenta ou sessenta anos*. Aliás, numa passagem anterior, tinha comentado: *E aí está o que é um grande historiador chafurdar em Política: insensivelmente transporta para os homens do passado a ironia ou o desdém que lhe inspiraram os homens na véspera - e desabafa nas costas dos mortos*. Ao longo do século XX, o Condestável será objecto de atenção frequente por parte de poetas, sendo inúmeros os estudos dedicados à sua pessoa, actuação e espiritualidade, de qualidade e dimensão diversa, assim como trabalhos dispersos onde se abordam questões de pormenor ou complementares. Figura emblemática da história portuguesa no final da Idade Média, Nuno Álvares Pereira é protagonista de muitos dos momentos decisivos daqueles anos. Ligado desde sempre ao rei D. João I e ao seu percurso biográfico, constitui uma figura fundamental para a compreensão do seu tempo. Sem ele, muito provavelmente a história de Portugal teria sido diferente. Personalidade muito vincada, desde cedo adquire um carácter exemplar pelo seu percurso de vida, visível tanto nos feitos que lhe são atribuídos como na profunda vivência religiosa que sempre o acompanhou. Recentemente canonizado, adquiriu por isso mesmo uma dimensão universal. Recordando as palavras do papa Bento XVI, atrás citadas, tal se deve aos valores que incarnou: *vida de fé e oração; em qualquer situação, é possível actuar e realizar os valores e princípios da vida cristã*. Foi por estes valores que Nuno Álvares Pereira, filho do prior do Hospital, Condestável de Portugal, protagonista de tempos difíceis, foi santificado.

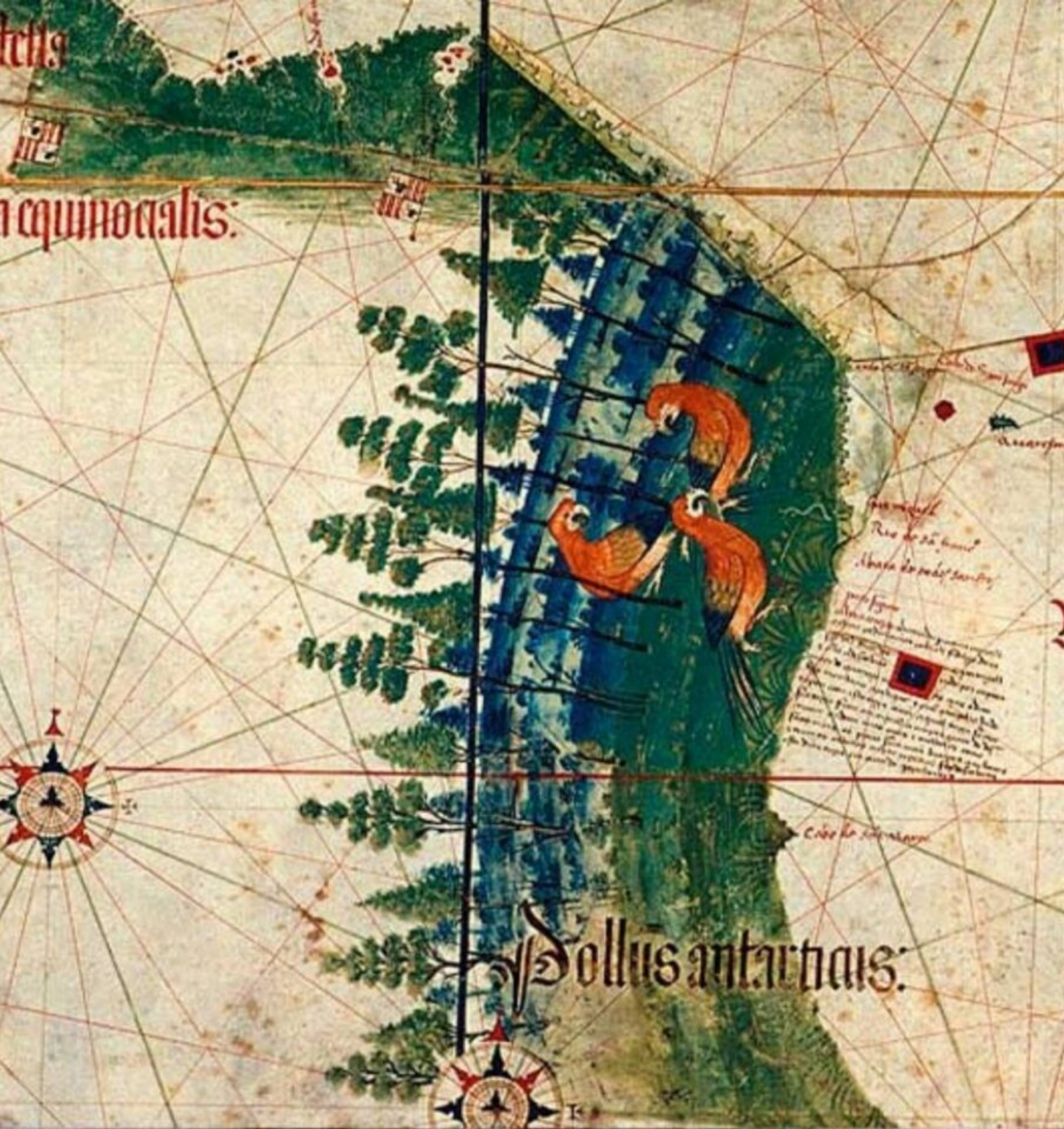


D. Nuno Álvares Pereira (pormenor)



* Texto publicado no opúsculo aquando da inauguração da estátua de homenagem a Dom Nuno Álvares Pereira, a 6 de Novembro de 2016, no Jardim Ducla Soares, no topo da Avenida da Torre de Belém.

** Universidade Lusíada do Porto.



A Restauração e o Brasil *

Herlander Alves Machado **

Quis a indulgência e bonomia do Sr. Dr. Álvaro Reis Gomes, ilustre membro da Direcção da Sociedade Histórica da Independência, advogado de mérito e prestigioso director da Escola Comercial de Veiga Beirão, trazer-me aqui, para uma conferência perante este auditório distinto que costuma honrar com a sua presença as realizações desta patriótica instituição.

Tal facto, acarretando-me embora responsabilidades aparentemente insuperáveis, pela carência de tempo disponível que caracteriza os meus dias, estimulou-me a tal ponto, com uma tão irresistível força encorajadora, que não pude deixar de corresponder à gentileza do convite e aqui estou perante Vossas Excelências, afirmando: PRESENTE.

O tema que escolhi é um dos capítulos mais belos e representativos da nossa História Pátria. Falar da Restauração da Independência de Portugal é redobrar os nossos sentimentos patrióticos, encarecer o valor dos nossos antepassados, cair em profunda admiração pelos homens que lutaram e deram realidade aos mais puros ideais do NACIONALISMO.

Não foi triunfo fácil o nosso. A vitória final foi conseguida depois de vinte e oito anos de lutas em que a sorte das armas foi por fim fagueira aos anseios dos melhores portugueses. Mas não foi obtida sem grande dificuldade.

Uma visão superficial pode levar à crença de que o triunfo adveio de forma miraculosa e que este logo ficou a vislumbrar-se depois do famoso acto de excitação em que se atirou com Miguel de Vasconcelos pela janela do Paço. Porém, esse êxito foi conquistado gradualmente, sofreu as vicissitudes da guerra e derivou, afinal, da prevalência dos verdadeiros interesses nacionais. Lenta e gradualmente, a vitória foi tornando vulto mercê da remoção dos inúmeros obstáculos da condução hábil e firme da diplomacia e dos cuidados postos na organização das hostes militares.

Seria estultícia afirmar que na Restauração não houve aspectos negativos, facetas obscuras, obliteração do entusiasmo dos primeiros tempos. Evidentemente que há aspectos positivos e aspectos negativos. Não podia deixar de ser assim - a menos que ao povo português fosse dado o usufruto das perfeições mais ideais, mais transcendentais. Mas o triunfo da causa nacional assentou na sobreposição dos aspectos positivos, resultando, assim, mais brilhante e significativo, porquanto do exame das dificuldades e da análise imparcial dos desmandos e tergiversações, verificáveis em alguns sectores, deriva uma valorização do patriotismo e da tenacidade dos que conseguiram a, materialização da, desejada, INDEPENDÊNCIA.

A Restauração é acima de tudo um acto de vontade, de vontade férrea - entenda-se - porquanto a nação sentia bem o peso da sua infelicidade progressiva, sofria por tabela os infortúnios que vinham corroendo o poderio da Espanha e não perdera, através desses longos 60 anos de submissão aos Filipes, o sentimento nacional que edificara um passado pleno de gloriosas tradições. Factores materiais e factores espirituais conjugavam-se para a criação de um ambiente gerador de rebeldia. De um lado, os ataques sucessivos dirigidos ao nosso património ultramarino pelos inimigos de Espanha tornados inimigos de Portugal. Do outro, os excessos tributários que à nação, depauperada e desiludida, eram impostos por exigência das lutas que exauriam o erário régio de Espanha.

Ciosa da Independência, das prerrogativas e reivindicações que lhe haviam sido prometidas nas

Cortes de Tomar, a nação sente o ulular das vozes de um patriotismo que não fenecera, que no mais íntimo de si própria sempre havia sabido guardar e ao desespero segue-se a reacção voluntariosa que tudo vence, que tudo derruba de quanto se opõe à força portentosa do seu querer.

Os homens que empreenderam o movimento restauracionista estavam dispostos a empregar todos os meios para a consecução da independência. Porém, sendo o Duque de Bragança o esteio das suas esperanças, não admira que desde cedo se apodere deles um desanimo desorientado pela esquiva de D. João aos apelos que secretamente lhe eram dirigidos. Em aparência «observava-se que o Duque não descobria outra inclinação mais que o exercício da caça, que nas alterações de Évora não só desprezava as ofertas que repetidamente lhe fizeram os povos, persuadindo-o muitos da nobreza que aceitasse». (Conde da Ericeira - História de Portugal Restaurado).



Capa da obra "D. Duarte de Bragança" de Rocha Martins, da colecção "Heroes, Santos e Mártires da Pátria"

• • •

Por estas razões, os conspiradores quase se desorientavam. Onde só havia prudência e cálculo, onde

só existia uma consciência do perigo e uma preocupação de evitar acções precipitadas, os exaltados e fervorosos patriotas da conjura «começaram todos - segundo as próprias palavras do Conde da Ericeira - a discorrer sobre o remédio de tantos males como o reino padecia, e a queixarem-se do Duque de Bragança, que era a causa de tanta ruína, não querendo aceitar a coroa que lhe ofereciam» (idem, obra citada).

Perante a recusa do Duque pensam os conjurados em convidar seu irmão - D. Duarte «composto de excelentes virtudes em quem reconheciam espíritos militares que abraçam facilmente empresas dificultosas». (Obra citada).

Também D. Duarte deixa os conjurados perplexos e quando estes lhe pediam para não sair do País, em 1638, nem por isso ele deixou de partir para o centro da Europa onde continuou a praticar grandes feitos ao serviço de Francisco II e de Fernando III. E afinal para não mais poder regressar à Pátria.

Entretanto os conjurados, porque o seu animo era forte, encaram a formação de uma REPÚBLICA «trazendo por exemplo Veneza, Génova, e Holanda, onde sendo as utilidades comuns e os ricos iguais - são as próprias palavras de Ericeira - se conservava a união incontrastável». (Obra citada)

Judicioso e convicto, logo o autor da História de Portugal Restaurado diz que então se considerou «a diferença, das nações e o defeito que os portugueses padecem na dificuldade da união, sentindo ordinariamente mais que a desgraça própria a fortuna alheia - desconcerto que totalmente, destrói todos os fins de uma república». (Obra citada)

Neste passo transcrito, o Conde da Ericeira denuncia uma consciência exacta de que *nesse momento* era bem verdade ser a solução monárquica a solução nacional. Nestas delongas ia crescendo a desorientação dos conjurados, chegando o próprio João Pinto Ribeiro a propor que se aclamasse o Duque sem seu consentimento «porque vendo-se metido no empenho, antes havia de querer ser Rei do que vassalo suspeito». (Obra citada)

O certo é que o Duque de Bragança não se movia da sua atitude prudente apesar de repetidas vezes solicitado, desde a revolta do Manuelinho de Évora. Direta ou indirecta, a própria missão do Embaixador de França, Sain Pé, em 1638, não lograra conduzir o Duque à atitude por que ansiavam os conspiradores. E, no entanto, Luís XIV fazia valiosos promettimentos militares e instruiu o seu embaixador para que mostrasse aos portugueses «em seguida, a sinceridade da França, tão grande para os portugueses, que, se eles quiserem libertar-se do domínio da Espanha, ela nada mais pretende que a glória dos socorrer». (Roma do Bocage - Subsídios para a História das Relações Exteriores de Portugal)

Estamos em 1640 quando a Junta dos Nobres resolve apelar de novo para o Duque de Bragança. Sabia-se bem

que o momento era oportuno «porque, ainda que a empresa era grande, parece que a facilitava a guerra de França e as revoluções da Catalunha, repartindo-se de sorte o poder dos castelhanos que seria fácil desbaratar o que trouxessem à oposição do intento proposto». (Hist. Port. Rest.)

O Duque vai finalmente tomar a atitude decisiva dando prova eloquente do seu patriotismo verdadeiro quando o seu secretário António Pais Vieira lhe pergunta se ele, Duque, «se acaso os portugueses formassem república» tomaria o partido do rei Espanhol ou o de Portugal.

Então o Duque de Bragança afirma categoricamente «que sempre estivera deliberado a se não apartar do comum consentimento do reino e qualquer perigo a que se arriscasse por defesa da Pátria teria por muito suave». (Hist. Port. Rest., 1.º vol., pág. 110)

A decisão do Duque não podia, pois, ser diferente da que então depois se verificou. «Se pela pátria se resolvia a arriscar a vida sendo vassalo de uma República, quanto mais glorioso e quanto mais conveniente era empenhá-la sendo Rei de um reino que lhe pertencia». (Hist. Port. Restaurado)

E a partir desse momento, D. João de Bragança não é já o hesitante que fizera amargar o fervor dos conjurados. Vemo-lo decidido mesmo quando à última hora os conspiradores se arreceiam e vacilam. Nesse momento o Duque mostra a força do seu querer, a constância da sua decisão, a confiança consciente no triunfo da sua causa, a temeridade de que parecera não ser capaz.

Não me parece haver fortes motivos para negar que o Duque de Bragança se decidiu à Empresa no momento oportuno, garantindo assim o êxito verificado. De contrário, certamente se teria comprometido o triunfo, por precipitação, por gesto irreflectido ou por menos clarividência.

Não defendemos um condicionalismo na História, pois sabemos quão problemática é a inclusão da palavra SE em qualquer estudo histórico. Mas não podemos deixar de pensar por vezes no que sucederia se o Duque se tivesse decidido logo após o Manuelinho de Évora, quando as primeiras sondagens lhe foram feitas. Não entrarei em conjecturas architectando um edifício sem solidez. Mas penso, de mim para mim, que D. João de Bragança agiu no momento oportuno, depois de ter quedado um pouco as desconfianças que pudessem surgir em Espanha sobre a sua fidelidade de vassalo. Talvez que a própria nomeação do Duque para general das Armas do Reino tivesse um duplo objectivo para os espanhóis: fazer com que os portugueses vissem em D. João um servidor de D. Filipe III em quem o monarca espanhol tinha toda a confiança - o que equivaleria à desconfiança dos portugueses - e dar-lhe uma oportunidade (certamente condicionado) para num acto precipitado utilizar as forças cujo comando lhe era entregue. Não podemos afirmar, no entanto, que assim tivesse sido, pois tal conjectura carece de provas que não

sejam a simples insinuação do Conde da Ericeira. Decerto sabemos que D. João continuou agindo inteligentemente nestas circunstâncias, sem se pronunciar, enquanto «sondava os corações de todos sem se declarar com algum deles», (in História de Portugal Restaurado)

No desempenho das funções de Governador das Armas em que o Duque é investido, por ser previsto - segundo se disse - um ataque da armada francesa a Portugal, veio D. João a Lisboa para visitar a Duquesa de Mântua. Aparentemente, pois, a fidelidade do Duque de Bragança era perfeita.

Em Junho de 1640, a revolta da Catalunha veio trazer novos rumos ao andamento da conjuração portuguesa, não tardando que o Conde Duque de Olivares viesse a enveredar por um caminho que mais acirrou o ânimo dos portugueses.

Novos impostos sobre a nação foram encarados e, como se tal não chegara, decidiu-se desviar para a Catalunha algumas tropas portuguesas.

Esta medida, contrária sem dúvida ao que fora capitulado nas cortes de Tomar, tinha uma dupla vantagem para a Espanha: Diminuir a vitalidade bélica de Portugal e reforçar o poderio de Espanha contra a Catalunha rebelada.

Os impostos projectados eram outro motivo de reacção por parte dos portugueses, como se depreende da leitura do célebre sermão do Padre Lourenço Vivas, pronunciado pouco depois de consumado o golpe de 1640.

Dele recordamos uma passagem:

- «Pergunto: há mais tributos para este pobre Reino? Respondo: ainda lá vinham mais, se não amanhecera Sábado, primeiro de Dezembro de 1640».

E o orador enumera seguidamente os vários tributos que os Espanhóis pensavam decretar terminando assim essa parte da sua entusiástica oração: «que há-de pagar cada casa oito vinténs cada ano de ter chaminé». (in História de Portugal, dirigida por Damião Peres)

Temos, pois, visto que os impostos então encarados pelo conde-duque de Olivares e a revolta da Catalunha vieram ter efeitos importantes na disposição dos portugueses para a revolta. Demais pretendia-se retirar de Portugal o Duque de Bragança que era consequentemente convocado para ir cooperar na Campanha da Catalunha. Nesse momento em que as atenções de Espanha se dividiam por vários campos de luta agravavam-se os problemas de Olivares, formando-se um jogo de circunstâncias que favoreciam as nossas pretensões.

É nesse momento que a têmpera de D. João de Bragança se revela totalmente, mostrando, enfim, que aderiria abertamente, sem mais delongas, sem mais um momento de hesitação. E quando se ultimam os preparativos e se verificam algumas hesitações nos conspiradores que não atinavam com o MODUS FACIENDI nem com o momento azado para a empresa é D. João quem decide

que o golpe parta de Lisboa para não deixar ganhar tempo à Duquesa de Mântua.

Então a sua atitude é firme a ponto a se mostrar resolvido a operar sozinho no Alentejo se em Lisboa não se resolvessem a actuar com a celeridade aconselhável. (Gregorio Almeida in Rest. Port. Prodigiosa)

Neste meio tempo, quando os conjurados procuravam aliciar à sua causa um dos homens mais estimados na época, D. João da Costa, este salienta prudentemente a carência em que se estava dos 4 elementos necessários para um corpo de guerra: - *gente, armas, dinheiro e cavalos*. Com que contavam?

Esperavam um milagre?

Este reparo quase faz desorientar os conjurados tendo então João Pinto Ribeiro mandado um emissário a Vila Viçosa para que ficasse adiada a revolta. Afinal, pouco depois enviará novo aviso mantendo a data de 1 de Dezembro para a rebelião.

Aliciados o Juiz do Povo e os 24 dos mesteres, falou-se em seguida ao Arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, o qual, segundo o testemunho coevo do Dr. António de Sousa Macedo, expresso na *LUSITÂNIA LIBERATA*, lhes disse «que o reino de Portugal fora injustamente usurpado por Filipe II, mas que pertencia, sem dúvida alguma, ao Duque de Bragança e que quem lutasse por este defenderia a Justiça».



Arcebispo D. Rodrigo da Cunha

• • • •

Nas vésperas da Restauração contava-se pois, com o Arcebispo de Lisboa, com o Juiz do Povo, com a mais representativa Nobreza do Reino e com a Casa dos 24. Eram poucos os senhores do segredo? Talvez. Mas contava-se com o Povo, esse povo português sempre

disposto a dar a vida pela pátria, agora cerceada na autonomia que nas Cortes de Tomar lhe fora reconhecida. Aceitara-se uma monarquia dualista em que de comum só se reconhecia o Rei. Olivares esqueceu ou pretendeu fazer esquecer as actas de Tomar. Esse foi, porventura, o seu maior erro em relação a Portugal. Sem reboço podemos afirmar que o sentimento nacional continuava vivo. E a comprová-lo temos a corrente de SEBASTIANISMO, a crença na vinda do Rei natural português que salvaria a pátria das humilhações que vinha sofrendo.



Retrato de D. João, Duque de Bragança (1630)

São felizmente extremamente conhecidos e venerados os sucessos ocorridos naquela manhã de sábado primeiro de Dezembro de 1640. Porém nem sempre se atenta de modo, completo na reacção do Povo.

Em primeiro exame choca-nos que o povo não viesse logo para a rua para ajudar na empresa. «O estrondo, a confusão e a incerteza - diz o Conde da Ericeira - havia obrigado os moradores da cidade a se recolherem a suas casas, e, por esse respeito, não acharam os confederados junta a gente que supunham, de que se afligiram muito».

(Hist. Por. Restaurado 1.º Vol. pág. 123)

Parece-me que, afinal, esta atitude do povo é determinada pela ignorância do que se passava e não por amolecimento patriótico. Nada disso. É preciso não esquecer que a conspiração havia sido feita em segredo cuidadoso. Como poderia o povo saber as determinantes do alarido?

O certo é que, uma vez sabedor do que se passava «concorreu todo o povo a aclamar com grande afecto o novo Rei». E temos nesse momento a população na rua, enfileirando no desfile que se fazia com a bandeira da cidade e com a presença do arcebispo D. Rodrigo da Cunha.

Vibrante, confiado nos destinos da Pátria, fervoroso na crença de uma protecção divina ao reino de Portugal, eis pouco depois, esse mesmo povo voluntarioso, a clamar em atitude quase mística, dando rédeas soltas à sua imaginação, e credence incondicional - pois vira que «uma imagem de Cristo crucificado despregara o braço direito».

Então «gritou o povo prostrado por terra, que era milagre, e todos cobraram invencível confiança de que Deus aprovava a gloriosa deliberação». E «em toda a cidade não soavam mais que vivas aclamações ao novo Príncipe». (in História Portugal Restaurado)

Estava consumada a Restauração de Portugal. D. João IV que, ainda antes de saber o resultado obtido em Lisboa, já se dirigira em 2 de Dezembro, como soberano, por carta régia datada de Vila Viçosa, à Câmara de Évora, (António Francisco Barata in *Évora Antiga*) vai chegar a Lisboa a 6 de Dezembro para iniciar o seu governo. E como o caminho a seguir era o da organização de todas as forças para o embate que fatalmente viria a dar-se, logo inicia uma série de medidas adequadas.

Assim, resolve criar em 11 de Dezembro o CONSELHO DE GUERRA para prover em todos os assuntos relativos ao exército. Vem a seguir a JUNTA DAS FRONTEIRAS que haveria de cuidar das fortalezas fronteiriças, da defesa de Lisboa, das guarnições e dos portos de mar. Vem, ainda em Dezembro de 41, a criação da TENÊNCIA para assegurar o artilhamento das fortalezas, com o produto das TERÇAS dos concelhos.

Depois são restabelecidas as LEIS MILITARES DE D. SEBASTIÃO, visando reorganizar o exército. E, a par de tudo isto, desenvolve-se uma intensa actividade diplomática, que muitos benefícios trará ao país. Entretanto, pelas cortes de 1641 fora resolvido instituir a JUNTA DOS TRÊS ESTADOS, com o objectivo de assegurar as receitas necessárias às despesas da guerra. Em relação às terras do Império, registaram-se também - cuidados especiais consubstanciados, afinal, na criação do CONSELHO ULTRAMARINO que por decreto de 1642 irá ocupar-se de todos os assuntos relativos às colónias, bem como à regularização e provimento das

armadas da Índia e demais parcelas do Império Português. (Marcelo Caetano)

Como ficou patente, procurava-se organizar a defesa no nosso património, antevendo a longa duração das lutas que iam seguir.

Durante os 16 anos do seu reinado D. João IV agiu sempre com prudência na resolução dos mais espinhosos problemas. A prudência que o acoimou de irresoluto foi, afinal, uma das suas melhores armas na defesa dos interesses do país. Por isso não se decide a fazer a guerra ofensiva contra os espanhóis, apesar das censuras que lhe são feitas por Luís XIV. Jant, o embaixador francês, fará ver ao Rei de Portugal que «não era justo que enquanto ele», rei de França, «não poupava nem a vida nem a fazenda dos seus vassalos, colhesse D. João IV o benefício com ser um mero espectador».

A prudência do nosso Rei mais uma vez nos prestava bom serviço, pois não correria riscos sem que a França firmasse connosco uma LIGA OFENSIVA e DEFENSIVA pela qual tivéssemos a garantia de que o Rei francês não faria uma paz em separado com a Espanha - facto que afinal veio a dar-se em 1659, com a Paz dos Pirenéus, já sob a regência de D. Luísa de Gusmão.

Linhas de Elvas (1659), Ameixial (1663), Castelo Rodrigo (1664) e Montes Claros (1665) são as vitórias alcançadas depois da Paz dos Pirenéus que tinha conduzido a Guerra com a Espanha à sua fase mais aguda.

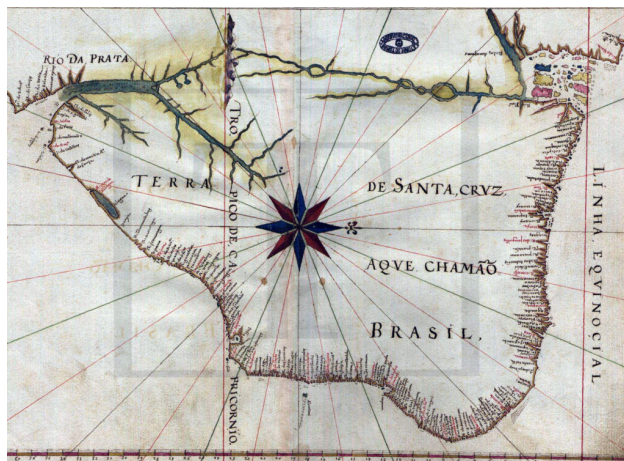
Para a execução destes triunfos teve, entretanto, que se multiplicar a actividade organizadora, primeiro sob a vigilância da Rainha Mãe, depois pelos cuidados do Conde de Castelo Melhor. E por medidas sucessivas, obrigou-se o povo já exausto de lutas a colaborar na defesa do país, perseguiram-se os desertores, recrutaram-se soldados e, a cada crise, correspondeu um cuidadoso trabalho de refazimento das forças do exército, pondo cobro aos desmandos e à indisciplina. Não devemos admirar-nos de que houvesse então necessidade de perseguir desertores, porque sempre os encontramos em qualquer história. Os desertores portugueses dessa época fugiam das fileiras em parte devido a «duas desesperações» - no dizer do autor da Arte de Furtar - «uma de provimento, porque quem serve o merece; outra de liberdade, porque nenhuma nação do mundo os obriga mais que a tempo limitado». E em verdade os nossos soldados não podiam ser rendidos periodicamente como convinha.

Também a falta de provimento levou alguns à criminoso prática de venderem as próprias armas de fogo aos ferreiros e aos serralheiros que as desfaziam na fundição, quando tanta falta delas havia para a defesa do reino. Por isso D. Luísa de Gusmão mandou publicar em 25 de Setembro de 1660, um alvará que encontrei inédito nos Reservados da Biblioteca Nacional e que publiquei na Revista MUNDO em Dezembro do ano passado. Com ele proibia-se aos ferreiros a compra dessas armas «ainda

que quebradas sejam».

Através do que ficou dito patenteia-se claramente que se conseguiram vitórias tão importantes sobre os espanhóis foi porque uma vez mais se verificou a sobreposição dos valores positivos da nação ao lado negativo representado pelos que se desviaram dos interesses da GREI.

Em complemento dos aspectos focados, visaremos seguidamente apreciar o que, entretanto, ocorreu num dos mais ricos domínios ultramarinos do sec. XVII - O BRASIL.



Mapa do Brasil, do Atlas de João Teixeira de Albernaz de 1640

No momento da Restauração a economia do Brasil havia deixado já o período a que podemos chamar CICLO DO PAU BRASIL, para entrar numa nova fase, mais rendosa e de estrutura mais sólida, a que se pode aplicar o nome de CÍCLO DO AÇÚCAR.

Evidentemente que não queremos afirmar com esta modificação de terminologia que o pau brasil tivesse então deixado de representar qualquer interesse económico. O que se passa é bem diferente. Há apenas uma potencialidade económica maior advinda da exploração dos engenhos de açúcar.

O pau brasil, agora diminuído no seu valor económico, perdera o monopólio das atenções porquanto estas se concentravam na exploração do açúcar. No entanto, havia ocupado um lugar de tal modo importante que o próprio nome de Santa Cruz ou de Vera Cruz, inicialmente dado às terras portuguesas da América do Sul, cedeu perante o uso do nome que afinal vingou: - BRASIL, isto é terra do pau brasil.

Parafraseando uma nota da edição portuguesa de «LE BRÉSIL» de Maurice Le Lannou, deu-se na mesma designação de Brasil uma «sugestiva vitória do lucro sobre o Evangelho».

Passado o período inicial de exploração incipiente, em que o Brasil atravessou uma época mítica que deu ensejo às histórias legendárias do CARAMURU e de João Ramalho, novos rumos foram dados àquele território português.

Em verdade - e sem que nisso haja concordância com as diatribes feitas pelo historiador brasileiro JOÃO RIBEIRO - o Brasil continuava por explorar até ao fim do reinado de D. Manuel I e ficara entregue à cobiça dos aventureiros e ao estágio pré-histórico dos indígenas TUPIS, GUARANIS, TAPUIAS, NU-ARUAQUES, etc.

A Portugal, pequeno país, de fraca densidade populacional, seria difícil tomar uma atitude diferente da que tomou nessa época. Os lucros da Índia eram mais vantajosos e quem arriscava a vida nas naus, ou investia no seu provimento grossos cabedais, aspirava muito naturalmente a colher benefícios. E estes estavam mais ao alcance no Oriente.

Creio que não podemos com justiça desligar os interesses espirituais - que os havia sem dúvida - dos interesses materiais. Há que evitar uma visão unilateral dos factos para não sermos injustos.

Quando aumentou o perigo do assédio de estrangeiros ao Brasil, D. João III logo enviou uma esquadra com fins de protecção ao litoral e também com o fito de fomentar o seu povoamento. Comandada por Cristóvão Jacques, essa esquadra partiu em 1526.

Daí por diante o interesse pelo Brasil irá aumentar progressivamente, evidenciando-se em várias disposições régias uma preocupação de salvaguardar os direitos portugueses no Brasil, em consequência do conhecimento dos seus recursos e talvez na previsão do seu valor futuro.

Já Martim Afonso - em 1530 - levava a incumbência de defender, alargar, explorar e colonizar as terras de Além Atlântico. Já em 1532, ao instituir as capitanias e entregando-as aos donatários que haveriam de levar «gente e navios à sua custa em certo tempo», D. João III demonstrara a sua intenção de não deixar perder esses domínios. Não admira, pois, que esse mesmo Rei, sempre em busca da melhor fórmula e tirando ilações conscientes de toda a experiência passada, venha a instituir em 1548 o Governo Geral do Brasil, para cercear os males provindos da forma neo-feudal das capitanias que conduzia ao particularismo e egoísmo dos seus donatários. (Diário de Pero Lopes de Sousa in Jaime Cortesão)

Entretanto, já Martim Afonso havia instalado no Brasil o primeiro engenho de açúcar, primeiro passo para a grandeza futura da colónia. Efectivamente, a cultura da cana do açúcar viria a desempenhar um papel importantíssimo na economia brasileira, entrando então o Brasil no CICLO DO AÇÚCAR.

A proliferação dos engenhos do açúcar andam ligados aos problemas da escravatura dos índios, a qual irá dar ensejo ao desenvolvimento de um papel extremamente

relevante por parte dos JESUÍTAS. Estes entrarão a opor-se tenazmente aos abusos dos colonos. Porém, é certo que aos engenhos era necessária a mão de obra escrava. Daí deriva o desenvolvimento atingido pelo comércio escravagista que utilizará os mercados da Guiné e de Angola.

Na protecção aos índios, os Jesuítas representam nesta fase o elemento moral da colónia. Do outro lado, por vezes em oposição violenta, está o interesse material dos colonos.

O crescente desenvolvimento da cultura do açúcar vem, assim, emprestar extrema acuidade à PROBLEMÁTICA ESCLAVAGISTA e ao mesmo tempo trazer ao Brasil um florescimento notável. Embora menos valioso que o da Madeira, o açúcar brasileiro atingirá uma tal importância que DIOGO DE MENESES, então governador geral, escreverá em 1609 para o reino:

«Cria-me Vossa Magestade, as verdadeiras minas são de açúcar e pau brasil». (in História de Portugal, dirigida por Damião Peres, Lúcio de Azevedo, vol. V pág. 314) Também é elucidativo o facto de nesse mesmo ano existirem no Brasil 363 engenhos de açúcar, segundo a informação do códice de Castel Melhor a que PEDRO CALMON faz referência no Estudo o BRASIL, POLITICO - MILITAR.

As perspectivas económicas do Brasil eram pois muito mais impressionantes no começo do sec. XVII. A exploração do pau brasil, a sucessão das «entradas» e das «bandeiras» em perigosíssimas infiltrações pelo interior, foram etapas gloriosas da construção de um Brasil portentoso.

Também aqui houve desmandos, é certo. Se atentarmos nas entradas dos colonos para escravizarem os índios e recordarmos as querelas havidas entre os Jesuítas humanitários e os colonos gulosos de lucro, temos de concluir que nem tudo é louvável na acção portuguesa. Não obstante escreveram-se no Brasil páginas de verdadeira epopeia, havendo muito de esforço e de corajosa perseverança. Teremos de reconhecer que assim é se nos lembramos dos riscos enfrentados por esses exploradores do território brasileiro e da morte encontrada por tanto deles, frente aos índios selvagens que ainda praticavam a antropofagia. Da sucessão de esforços, da laboriosa busca de riqueza, saíram as zonas económicas em que assentou o edifício brasileiro. Surge a zona agrícola, estendida pelo litoral. Abre-se a zona da criação, rasgando os caminhos do norte. Busca-se a zona das minas, possibilitando o conhecimento do interior meridional...

E na cúpula de todo este esforço depõe-se a pregação, a brandura, a catequese dos Jesuítas, protetora dos indígenas.

É este o Brasil que vamos encontrar na hora da Restauração.



Engenhos de açúcar - Mapa de João Teixeira de Albernaz de 1640

Quando em 1640 se deu o movimento que nos assegurou a Independência estava o nosso império ultramarino notoriamente desmantelado e reduzido. Dele restavam, no entanto, dois blocos muito importantes: - o do Atlântico, englobando o Brasil e Angola e o, do Oriente, constituído pelo território de Moçambique, pela Índia e pelas parcelas do extremo asiático.

Já deixámos antever que o Brasil era a parte mais importante desse bloco atlântico, não nos causando admiração que sobre ele tivessem incidido os olhares dos franceses, dos holandeses e dos ingleses.

Sucedem-se desde muito cedo as tentativas dos estrangeiros para se fixarem no litoral brasileiro, notando-se desde D. João III uma preocupação de defesa, em face dos repetidos actos de pirataria que colocavam em sobressalto constante as capitânias. Mas, se inicialmente apenas se tinham verificado os ataques dos corsários, isolados e sem conseguirem uma tentativa séria de ocupação do território, com NICOLAU DE VILLEGAGNON a situação da colónia portuguesa torna-se mais gravosa. Este ataque francês ao Rio de Janeiro tinha já intuítos de colonização, com o objectivo de assegurar um refúgio aos calvinistas perseguidos na pátria nessa turbulenta época de lutas religiosas. Instalados na Ilha de Sergipe, os franceses lançam-se em acções de pirataria que põem em desassossego permanente os colonos portugueses.

Contando com a captação do gentio a exemplo do que conseguira Villegagnon, os Bretões e os Normandos, mesmo depois da sua expulsão do Rio de Janeiro, não deixam de continuar as tentativas para o estabelecimento, no Brasil, de uma NOVA FRANÇA. (Mem de Sá - Estácio de Sá).

Tais desígnios são, no entanto, fortemente contrariados pelos portugueses que lutam com esforçadas energias contra os franceses e os índios potiguaros tornados seus

aliados. Nas chamadas Jornadas do Norte reflecte-se o incommensurável desejo dos portugueses de expulsarem o intruso, o herege calvinista - vindo, afinal, a reflectir-se nestas lutas, pela 1.^a vez no Brasil, não só o fervor patriótico, mas o efeito das lutas político-religiosas que ensanguentavam a Europa.

Franceses, ingleses e holandeses não deixam de rondar o território brasileiro, espreitando oportunidades para o saque. Os assaltantes são autênticos piratas, impunes, apoiados por sociedades que livremente se constituíam, invocando perante os governos a sua intenção de lutar contra a Espanha e de pugnar pela consecução da liberdade do comércio.

O tipo-padrão desse corsário é o inglês CAVENDISH que realizou nos mares sucessivas rapinas a que emprestava, no entanto, uma cor cavalheiresca que o popularizou e tornou aplaudido, quando não passava de um aventureiro sem escrúpulos. Lancastre é outro corsário inglês que conhece a celebridade nessa época. No entanto...

... Foi da Holanda que partiu o maior perigo para a colónia portuguesa do Brasil.

Depois de verem fracassar as suas primeiras tentativas para ocupação da Baía, empreendidas em 1598 e em 1599, os holandeses procuraram organizar-se melhor para a consecução desses desígnios, criando, em 1621, a Companhia das Índias Ocidentais. Dela dirá Oliveira Martins com toda subtileza do seu espírito crítico: - «Era um Estado constituído em Companhia de piratas». Com a formação da Companhia das Índias Ocidentais coincide o plano para a ocupação da Baía que logo é posto em prática em 1624 e coroado de êxito.

Apesar dos esforços dos portugueses, entre os quais cumpre destacar o Bispo D. Marcos Teixeira que dirigiu a subsequente tentativa de expulsão dos holandeses, estes só serão expulsos mercê da armada de socorro enviada no ano seguinte por Filipe III que, afinal, revela nesta medida um louvável interesse pela colónia portuguesa fazendo incorporar na armada libertadora 38 navios espanhóis.

Expulsos da Baía, os holandeses empreenderam sem êxito novas tentativas para se fixarem nessa região, volvendo por fim os seus olhares para o território de Pernambuco, também notavelmente interessante sob o ponto de vista económico.

E Pernambuco é já domínio holandês em 1630, pertencendo a sua exploração à Companhia das Índias Ocidentais que se via, finalmente, de posse de uma das mais importantes parcelas do território brasileiro. Tem se pretendido em aceitação das doutrinas expressas por GROTIUS num livro célebre - MARE LIBERUM - que os holandeses lutavam pela liberdade do comércio e contra o monopólio defendido por portugueses e espanhóis. A obra de GROTIUS, editada pela Companhia

das Índias Ocidentais, pretendeu em verdade servir os interesses da mesma. A doutrina jurídica era assim colocada ao serviço dos interesses da Companhia que, afinal, lutava também por um monopólio - O SEU. Mercê do seu estabelecimento em Pernambuco, o poder holandês no Brasil vai aumentando rapidamente sobretudo a partir de 1637, com a ida do Conde Maurício de Nassau para o Brasil, onde exerceu poderosa acção para enraizar a supremacia holandesa.

A Companhia soubera escolher o chefe mais apetrechado para o florescimento dos territórios conquistados. Efectivamente, o Príncipe Maurício de Nassau, gozando de reputação invulgar, irá desenvolver em Pernambuco uma actividade inteligente que tornou avassalador o domínio holandês.

Mais uma vez Filipe III irá procurar impedir a expansão holandesa no Brasil, enviando o Conde da Torre como governador Geral, em fins de 1638, e formando uma poderosa esquadra, composta de navios portugueses e espanhóis, que coloca à disposição do Conde da Torre. Todavia, as hesitações e delongas só permitem o ataque luso-espanhol a Pernambuco em Janeiro de 1640, dando, assim, tempo de sobra a Maurício de Nassau para organizar a defesa. Não é, pois, de estranhar que a expedição haja fracassado, vindo o Conde da Torre, sob prisão, para Lisboa...

Chegamos assim ao momento em que o Marquês de Montalvão é designado para governar o Brasil, com o título, nunca usado até então, de VICE-REI do BRASIL. Pedro Calmon apreciará este facto nos termos seguintes, fazendo alusão ao padre António Vieira:

«Vieira não deixou escapar a ocasião da ironia: lembrava-lhe, a honraria aplicada a uma província arruinada, a «que depois de morta foi rainha».

Mas... «porquê Vice-Rei? A explicação é simples. Quisera Filipe IV opor ao governo do Brasil holandês, entregue a um príncipe de sangue, uma autoridade mais qualificada que os antigos governadores. Mostrava interesse maior pela preservação da colónia; reforçava-lhe a dignidade, na ordem militar e administrativa...»

Na ironia do Padre António Vieira, que transcrevemos de Pedro Calmon, expressa-se bem a situação do Brasil nesse ano de 1640.

Chegada ao Brasil a notícia fagueira da aclamação de D. João IV, o Marquês de Montalvão conseguiu conduzir os acontecimentos de modo a ser aprisionada a guarnição espanhola e secundado no Brasil o movimento restauracionista.

Se os holandeses tinham invocado a guerra contra a Espanha como justificativa dos seus ataques contra os domínios ultramarinos dos portugueses, parecia, agora, com a Restauração da nossa autonomia, que havia cessado o motivo para nos hostilizarem.

Tal não acontece, porém. Os ataques dos neerlandeses

continuam a dirigir-se contra os nossos domínios. E é já depois da restauração que a Holanda nos usurpa Sergipe e o Maranhão, - em fins 1641 - no Brasil, e ocupa em Angola e Guiné os pontos nevrálgicos do comércio escravagista (Agosto 1641).



Hugo Grotius (1583-1645)

Não obstante, o embaixador português TRISTÃO DE MENDONÇA FURTADO tinha assinado em 12 de Junho de 1541, na Haia, um tratado de tréguas por dez anos. Assim, assistimos nesta época a uma situação inusitada: - a de Portugal estar em paz com a Holanda na Europa e ser até seu aliado contra a Espanha e permanecer em guerra com os Estados Gerais nas restantes partes do globo. Não deixa de ser insólito o facto de os holandeses virem pacificamente a Setúbal abastecer-se do SAL, que lhes era indispensável, ao mesmo tempo que nos guerreavam no Oriente e no Atlântico. Tal situação, no entanto, será mantida durante 20 anos.

De facto, assinado o primeiro tratado em 1661, já sob a regência de D. Luísa de Gusmão, será assinado o acordo definitivo. Este, no entanto, não deixará de ser demasiado humilhante para os portugueses. Efectivamente, pelo tratado de 1661, Portugal devia pagar à Holanda 4 milhões de cruzados, como indemnização pela perda do território brasileiro que a Companhia das Índias Ocidentais nos tinha usurpado e que, *palmo a palmo*, havia sido reconquistado entretanto pelos

patriotas do Brasil.

Muito embora as condições impostas pela Holanda sejam pouco lisonjeiras para nós, temos de reconhecer que só foi possível salvaguardar o nosso património brasileiro mercê da assinatura desse tratado: Morosas, as negociações que a ele conduziram atravessaram momentos críticos, tendo-se chegado à situação de guerra declarada.

Nesse momento crucial, o governo da regência de D. Luísa de Gusmão publica um manifesto em que se comenta o malogro das negociações diplomáticas, nos seguintes termos finais:

«DISSIMULOU-SE A OFENSA QUANTO FOI DECENTE OFERECEU-SE PELA PAZ QUANTO FOI POSSÍVEL E O CONTRÁRIO MOSTRA-SE SURDO À JUSTIÇA». (in Anais Acad. História - Artur Guimarães Araújo Jorge)

As negociações que culminaram com a assinatura do tratado de 1661 e do que o confirmou em 1668 foram seguidas pelo país com o maior interesse, a ponto do Padre António Vieira dar conhecimento ao embaixador português na Holanda, Francisco Sousa Coutinho, que «não havia conservação, tenda nem taverna em que se não discorresse sobre as tristes capitulações e seus autores». E o mesmo António Vieira, quando chega a encarar a entrega aos holandeses do território de Pernambuco, afinal a condição *sine qua non* para a paz, diria desassombradamente, no célebre PAPEL FORTE: «se Portugal e Castela juntos não puderam resistir à Holanda, como há-de resistir Portugal só à Holanda e Castela? (Araújo Jorge Anais Acad. Hist, Vol, VII) Vê-se, pois, que o tratado de 1661 não deixou de representar uma conquista, embora cara, na medida em que salvou o Brasil da usurpação holandesa. Mas para que tal fosse possibilitado foi necessária a exemplar conduta dos portugueses do Brasil em seguida à Restauração, secundada embora pelas diligências diplomáticas efectuadas logo de início à ordem de D. João IV e pela atitude diligente do Conselho Ultramarino, criado pelo mesmo Rei.

Da luta empreendida do Brasil ressalta suficiente brilho e fervor patriótico para nos orgulharmos desses portugueses de então. As duas batalhas de GUARARAPES (1648 e 1649), são rudes golpes dirigidos contra as pretensões dos Estados Gerais. As vitórias que ali alcançámos, contra um exército triplamente superior, são decisivas para a definitiva expulsão dos holandeses do Brasil. Francisco Barreto, André de Vidal Negreiros, Martim Soares Moreno e tantos outros patriotas obram prodígios de valor e argúcia militar.

Também a reconquista de Angola, levada a efeito por Salvador Correia de Sá, mercê de uma expedição que com o apoio de D. João IV e do Conselho Ultramarino, fora organizar ao Brasil, veio contribuir para que os holandeses vissem bem a força do nosso querer e da nossa decisão.

Uma vez mais ficou patente a ligação natural que tornava complementares o Brasil e Angola, do ponto de vista económico e político. Já o holandês Maurício de Nassau o visionara quando resolveu conquistar Luanda. Já o Padre António Vieira havia escrito com a visão clara que o caracterizou: - «sem negros não há Pernambuco e sem Angola não há negros».

O poder português ficava restabelecido na costa ocidental continuando a afirmar-se no Brasil quando no Recife se consegue obrigar os holandeses à capitulação, em 1654.

As armas e a diplomacia tinham conjugado os esforços para salvar grandes parcelas do nosso império. O tacto diplomático dos nossos embaixadores, entre os quais cumpre salientar D. Francisco de Sousa Coutinho foi precioso aliado dos revoltosos de Pernambuco.

De 1643 a 1650, o embaixador D. Francisco de Sousa Coutinho foi o mais valioso aliado dos pernambucanos. Prolongando negociações, dilatando prazos estabelecidos para um acordo, aliciando boas vontades, porventura corrompendo consciências, o hábil diplomata utilizou ardis e tergiversações, a ponto de conseguir evitar que a Holanda enviasse ao Brasil, com a rapidez acessível aos seus enormes recursos, uma esquadra poderosa que certamente lhe permitiria voltar à posse dos territórios que lhe iam sendo reconquistados progressivamente.

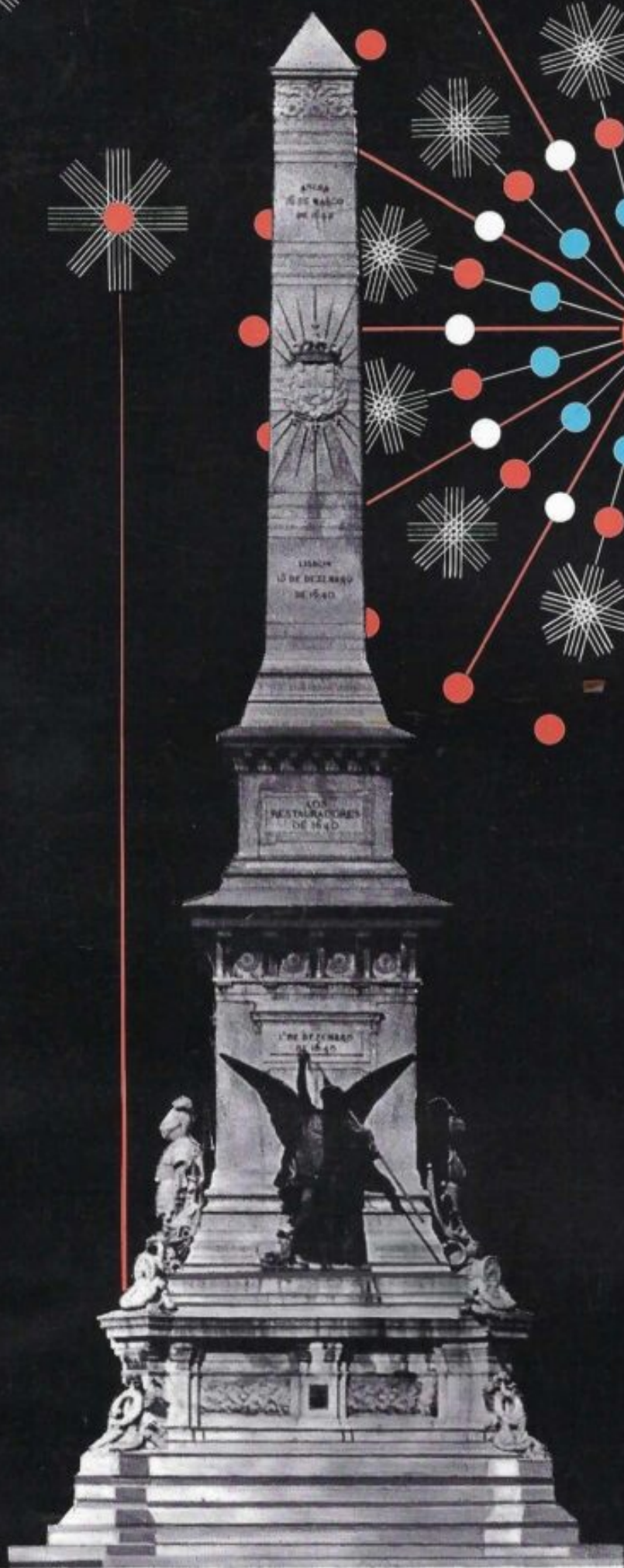
A actividade diplomática que se seguiu evitou a represália holandesa que se temia, e, embora pagando bom preço, garantiu a manutenção da bandeira lusitana em terras brasileiras, onde - como diz Silva Rego - «Cessara de existir a NOVA HOLANDA e continuava apenas o NOVO PORTUGAL». Em verdade tal só fora possibilitado graças ao querer da colónia portuguesa do Brasil que - contando embora com o auxílio da Corte - se mostrara disposta a empreender por si a expulsão dos Holandeses.

E, esse Brasil português, palpitante ardoroso, símbolo de LUSITANIDADE, irá ceder o lugar ao Brasil dos brasileiros, orgulho da nossa raça, espelho em que se remira a Pátria progenitora que contemplando esse filho emancipado, além, no Atlântico, tem razões para lembrar esse decantado verso do Poeta:

Ditosa Pátria que tais filhos tem.

* Conferência realizada no Palácio da Independência a 16 de Abril de 1958.

** Licenciado em Letras pela Universidade de Lisboa.



foi
assim
em
1886

Foi assim em 1886 – 100 anos do monumento dos Restauradores *

Luísa Almeida e Sousa e Mário Gouveia

1. Do Passeio à Avenida, uma Avenida no Passeio

No dia 24 de Agosto de 1879 inauguraram-se solenemente os trabalhos de abertura da Avenida da Liberdade.

Iam já decorridos vinte anos desde que, em 1859, o vereador Júlio Máximo Pimentel sugerira à Câmara a abertura de uma larga artéria do Passeio do Rossio a S. Sebastião da Pedreira.

Embora estivesse ainda longe dos derradeiros momentos, o Passeio Público de Lisboa iniciava o final de uma elegante existência. Cento e cinco anos após a sua construção, esta verdadeira joia do lazer que os arquitectos pombalinos da reconstrução legaram à cidade prometia dar, ainda, muito que falar. Construído, a partir de 1764, nas antigas Hortas de Cera, o Passeio foi traço do arquitecto Reinaldo Manuel e conheceu durante os seus cento e dezoito anos de vida duas épocas claramente distintas. Na primeira, em que não passou de um espaço modesto e sem animação, tinha como disse Júlio de Castilho (1) «Ruas muito sombrias, banquetas de buxo simetricamente dispostas, pedestais com vasos e estátuas, em suma, um ar de quinta nobre que era uma delícia». Pouco concorrido, porém, o clássico Jardim Pombalino não resistiu às novas eras. Em 1834, no advento da era liberal, ele cede lugar a um novo espaço. É o Passeio da Lisboa romântica de D. Fernando II. Sob o risco do arquitecto Malaquias Leal, assessorado por uma comissão especial da Câmara, o Passeio Público renova-se: lagos, cascatas, estatuárias diversas povoam-no. Os antigos muros foram derrubados e em seu lugar construído um gradeamento.

Os melhoramentos, iniciados em 1836, concluíram-se dois anos mais tarde. Inauguraram-se no dia 4 de Abril de 1838, aniversário da Rainha D. Maria II.

É a época de ouro do Jardim Municipal. Ficaram célebres os bailes animados pelo professor Justino Soares, os concertos de Madame Aman e os fogos de artifício do pirotécnico José Rodrigues.

Mas a cidade romântica entrou em decadência e a sua expansão ao Norte chocava, naturalmente, com a manutenção do Jardim Público. Mais não restava para o Município do que demoli-lo.

Assim se abalançou a Câmara numa das obras de maior envergadura, mas também das mais polémicas jamais

levados da cabo na Cidade.

Mal se aventou a hipótese e logo «choveram» no Município protestos de toda a parte (2). Fialho de Almeida escreveu a propósito (3). «Apenas se falou em deitar abaixo as grades do Passeio, primeiro foi uma fúria, depois foi uma guerra, depois foi uma troça, (...) uns por causa do ripanço, outros por causa das sopeiras, outros por causa da música, o certo é que ninguém queria consentir no sacrifício do Passeio à Avenida.» Não opinou assim o Município. A 20 de Maio de 1863, decidiu a Vereação reunir-se à porta do Passeio para, com numeroso grupo de técnicos, dar início aos projectos do «boulevard».

Na sessão camarária de 3 de Junho de 1869 o Presidente, Visconde de Vila Maior, insistia para que rapidamente se desse início à obra.

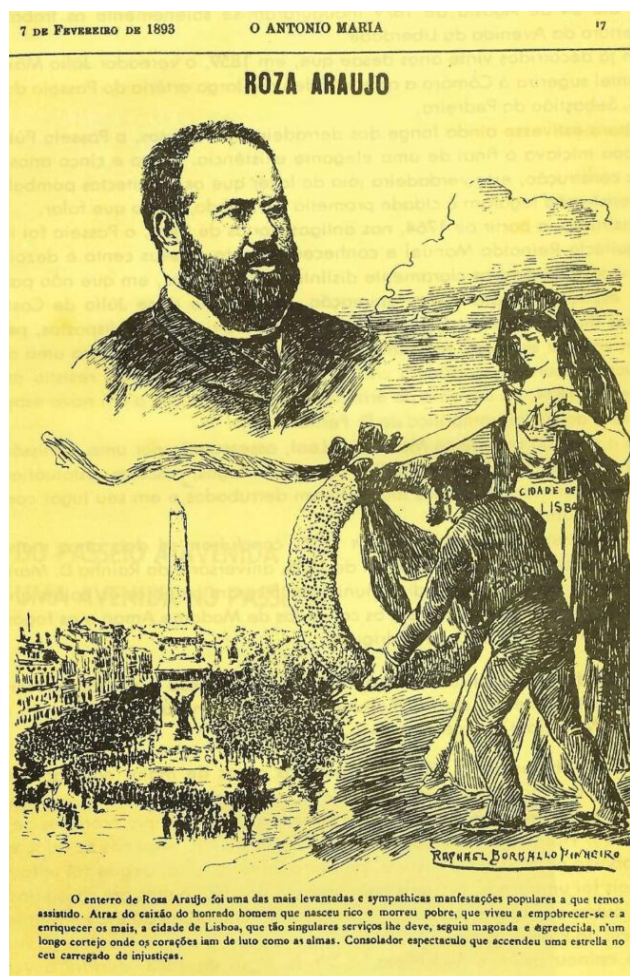
Um ano mais tarde, em 1870, o engenheiro Bartolomeu Dejanete apresentava o 1.º projecto. Quatro anos depois, novo plano era delineado, desta vez pelo arquitecto Domingos Parente. É, aliás, sobre este último que se vai desenvolver o projecto definitivo da nova artéria.

Durante os anos que mediam a apresentação do primeiro plano e o início das obras, pugnou o Município pela supressão dos inúmeros problemas com que deparou para a execução das suas decisões. De entre elas as expropriações a fazer, sobretudo a Norte do Passeio Público, eram os mais preocupantes. A grande quantidade de propriedades rústicas e urbanas a adquirir colidiam naturalmente com os poucos recursos do orçamento municipal.

No aspecto legal não houve grandes dificuldades, pois, a solicitação da Câmara acedeu o Governo fazendo aprovar uma nova lei de expropriações. O mesmo não aconteceu do ponto de vista financeiro. Como o dinheiro da edilidade não cobria os elevados gastos, não hesitou Rosa Araújo, numa atitude muito própria e sem antecedentes, em custeá-los dos seus próprios fundos (4).

Vinte e dois contos de réis ficou a Cidade a dever ao seu enérgico cidadão que, desde 1876, presidia aos destinos da Capital. E se a obra da Avenida se lhe não deve totalmente, não restam dúvidas que ao seu empenho se pode agradecer a execução de tão arrojado

empreendimento.



O Enterro do Rosa Araújo - Rafael Bordalo Pinheiro

Mas voltemos ao Passeio Público.

Em 1878, iniciaram-se as demolições no topo Norte, exterior ao Passeio. Ali se situavam, na Rua do Salitre, dois dos mais reputados espaços de divertimento da Capital: os circos do Salitre e Price.

O primeiro inaugurou-se a 27 de Novembro de 1782 e nele se estrearam nomes como Joaquim de Almeida e António Pedro. O segundo abriu as suas portas a 11 de Novembro de 1860 e divertia o público com exposições de feras e zarzuelas.

Foi, rigorosamente, pelo circo Price que se iniciaram as expropriações e as demolições que, com um ou outro contratempo, prosseguiram em ritmo que se pode considerar satisfatório.

Desde 1875 erguia-se, ainda no interior do jardim, o monumento que a Comissão 1.º de Dezembro construía em homenagem aos heróis da Restauração de 1640. Em 1882, como a construção estivesse já adiantada, começou a Comissão a pressionar a Câmara para que esta demolisse o Passeio. A ideia era dar início às obras

de aformosamento da nova praça que no projecto do «boulevard» o antecedia e no centro da qual deveria ficar o Monumento.

Assim o entendeu o Município, pois, na sua sessão de 7 de Dezembro daquele ano, determinou que se apeasse o que restava do Jardim. A acção, porém, não foi pacífica. A sociedade lisboeta envolveu-se, então, em calorosas discussões sobre o assunto, de que a imprensa, sempre atenta, não deixou de se fazer eco. A verdade é que, se muitos não questionavam as vantagens da decisão municipal de construir a Avenida, nem todos corroboravam dela. Na própria Vereação a questão foi alvo de empoladas dissertações.

E se nunca se chegou a duvidar do empenho da Câmara em dar execução aos projectos, certo é que alguns Vereadores menos resolutos se mantinham numa atitude algo céptica, protelando até ao último momento possível a demolição do Passeio. Tal atitude foi decerto influenciada pelos inúmeros abaixo-assinados recebidos na Câmara, alguns dos quais com mais de duas mil assinaturas, entre as quais se encontravam as de conhecidos homens das letras e das artes portuguesas. Assim, a questão apaixonava a opinião pública, não podendo a Vereação alhear-se de tão dividido estado de espírito.

Nada, no entanto, demoveu o Município, da sua decisão. Num dia frio de Outubro de 1882, iniciou-se, enfim, a demolição do Passeio. Alguns grupos de opinião menos conformados ainda fizeram uma última tentativa de o impedir. Num curioso artigo publicado, em 1946, na Revista Municipal, conta-nos Jesuíno Ganhado que dirigiu os trabalhos da remoção do Jardim:

«Começamos o trabalho: os canteiros desconjuntando os lemes de espiga, as cábricas a armar-se, os cadernais a aplicar-se às cábricas e a juntar-lhe os cabos, etc. O arranque dos portões começou. Outros canteiros atacaram a demolição do lago sul da rua central a fim de se preparar o terreno para a construção do monumento aos Restauradores.

O trabalho ia seguindo, quando, subitamente, comecei a ouvir um certo ruído de vozes que se aproximava. O céu turvara-se e a tempestade começava. Eram manifestantes de punhos grossos, cerrados, que se dirigiam para mim. Tremi e recuei. Gritavam: - Vândalos sem consideração pelas nossas regalias, pelo nosso bem-estar: derrubar este encanto! Eram cada vez maiores os protestos; afastei-me, disse algumas palavras em voz alta: que estava a cumprir ordens, que era mandado! Uma voz salvadora se levantou e disse: - Não lhe façam mal, que ele, coitado, é mandado; não tem culpa. E a multidão invadiu o Passeio, ocupando os seus lugares habituais.» (5)

Para evitar mais conflitos o arvoredo era derrubado de noite e as maiores pernadas colocadas nas covas que se abriam. Dava assim aos transeuntes a impressão de que as árvores continuavam a existir. E só, quando não se

pode protelar por mais tempo a ilusão é que tudo foi transportado.

Para onde, foi assunto sobre o qual muitos historiadores se têm debruçado. Procuraremos esclarecer alguns dos factos.

A maior parte dos materiais do Passeio foram vendidos. Isso mesmo o atesta um orçamento, elaborado pela Repartição Técnica da Câmara, em que o engenheiro Ressano Garcia garante como fonte de financiamento da obra da Avenida os fundos provenientes, entre outros, das demolições do Passeio.

Porém, nem todos tiveram este destino. Parte dos vasos e dos bancos foram espalhados pelos jardins da Cidade. Os cisnes de pedra do lago Norte foram enviados para o Jardim da Estrela e os candeeiros da rua central para Setúbal.

O topo Norte do Passeio era rematado por uma magnífica cascata, obra ali colocada segundo o plano de melhoramentos de Malaquias Leal. Tratava-se de um pavilhão de pedra ladeado por duas escadarias que conduziam ao terraço. Sob este, na fachada interior, abriam-se três grutas cobertas de folhagem e plantas aquáticas. Na do centro podia admirar-se uma estátua da Deusa Anfitrite, obra do escultor Alexandre Gomes, famoso discípulo de Machado de Castro. Frente às grutas, num lago circular, havia dois cisnes, também de pedra e do mesmo autor, que pareciam nadar.

A cascata foi, talvez pelo seu volume, a última peça a abandonar o Passeio. Aliás, a sua demolição revestiu-se de alguns episódios que vale a pena recordar.

Na sessão camarária de 13 de Março de 1884, apresentou o Visconde de Corriche, Vereador do Pelouro dos Passeios e Arvoredos, um ofício, participando que o encarregado das obras da Avenida solicitava indicações acerca do destino a dar à cascata, bem como às estátuas do Tejo e do Douro. O assunto foi entregue aos cuidados da Repartição Técnica do Município. Na sessão de 3 de Abril, como aquela repartição não tivesse ainda respondido à solicitação, foi esta reforçada por proposta do Vereador Andrade. O texto desta sessão não deixa qualquer dúvida de que a cascata se mantinha ainda no

seu local original bem como as estátuas alegóricas atrás mencionadas.

Finalmente, na sessão de 24 de Abril, o Presidente apresentou um projecto de melhoramentos na Avenida, proposta pela Repartição Técnica. Nele se aventava a ideia de que as estátuas se deveriam manter no mesmo local, passando a fazer parte da nova artéria. Quanto à cascata, decidiu a Vereação, em votação nominal, que a mesma seria vendida em praça, bem como todos os acessórios que a compunham (terraço, escadas, urnas, estátuas e cisnes) pelo preço de cinco contos de réis, obrigando-se o arrematante a proceder à sua demolição. O concurso foi aberto a 26 de Maio de 1884, mas ninguém nele se mostrou interessado. Face à situação, determinou a Comissão de Obras e Melhoramentos da Capital que a Câmara procedesse a suas expensas à demolição da cascata (6). Assim se fez. Por proposta do Vereador Andrade, decidiu-se, na sessão de 19 de Junho, que tal demolição se fizesse «com o maior cuidado possível, para não estragar nenhuma das peças daquela construção».

Tudo foi, então, removido para a Abegoaria, à excepção das grades do terraço que, por proposta do Vereador Leça da Veiga, se aproveitaram, para resguardar a escola Froebel, recém-inaugurada no Passeio da Estrela.

Quanto às estátuas alegóricas do Tejo e do Douro, como já se referiu, ficaram na Avenida. Desse parecer foi também a Comissão de Obras e Melhoramentos que, em 4 de Agosto, aprovou o «Plano Estético da Avenida» em que aquelas se incluíam (7).

Do destino dado às pedras da cascata nada se sabe. A confiarmos no testemunho de Jesuíno Ganhado terão sido utilizadas na construção das sarjetas da Cidade (8). A demolição do Passeio Público deu lugar à construção da Avenida. Como atrás referimos, o projecto previu, desde muito cedo, que a nova artéria principiaria por uma praça. Segundo alguns historiadores a ideia ter-se-ia baseado na Praça da Concórdia dos Champs Elisées de Paris.

Daí, a escolha do local para erguer o obelisco dos Restauradores.

2. A Praça dos Restauradores - cem anos de história



A Praça dos Restauradores nos primeiros anos do Séc. XX.

• • • •

Ainda hoje a Praça dos Restauradores nos aparece como um prolongamento natural da Avenida da Liberdade.

Este facto era muito mais notório no século passado quando as placas arborizadas do «boulevard» se entendiam pela Praça.

Quando as «charrettes» subiam e desciam a Avenida, o Monumento dos Restauradores era, ainda, ladeado por quatro largas placas repletas de vegetação. Formava-se, assim, à volta do obelisco uma pequena Rotunda que nos anos imediatos à sua inauguração se destinou apenas à circulação de peões. Não faltavam os tradicionais quiosques e os bancos ali colocados permitiam gozar o aprazível arvoredado.

No dealbar do nosso século, porém, tudo se transformou: a construção da Avenida e o desenvolvimento da Cidade para Norte ligaram a velha urbe às povoações da sua periferia. Este facto teve como consequência o desenvolvimento dos transportes e não tardou que a Cidade se visse coberta por inúmeras redes de «tramway» da Carris que lhe iam alterando a imagem. Em 1905, obteve a companhia autorização da Câmara para instalar nos Restauradores o terminal da sua carreira de eléctricos até Benfica.

Desapareceram, então, as placas arborizadas substituídas por passeios, artisticamente empedrados com o tradicional mosaico português.

À volta do Monumento foi também executado um empedrado de grande beleza.

Com a retirada do arvoredado a Praça apresentou-se então, como um grandioso espaço aberto com o seu piso repleto de carris. Em 1927, segundo informa Eduardo Martins Bairrada, no seu livro «Empedrados Artísticos», houve ideia de construir placas com um empedrado

alusivo à Restauração de 1640, mas o projecto não foi avante.

O aumento substancial do tráfego, verificado a partir dos anos 40, e a introdução das carreiras de autocarros levaram a Câmara a permitir, de forma algo anárquica, a instalação de áreas de estacionamento em volta do Monumento, enchendo-se a Praça de viaturas que lhe alteraram um pouco a fisionomia.

Nos finais dos anos 50 ela tomava um novo aspecto, em consequência das obras do Metropolitano. Do lado ocidental, abriu-se um enorme «buraco» para permitir a construção das galerias e estação que, na 1.^a fase de funcionamento do Metropolitano, seria o terminal da linha construída, Sete-Rios/Restauradores.

Quando as obras se concluíram tudo se modificou: desapareceram os passeios empedrados, e, em seu lugar, construiu-se uma comprida e estreita placa que servia, simultaneamente, de passeio e de estacionamento.

No lado oriental, subsistiram ainda por alguns anos as placas empedradas. Mas, em Abril de 1971, o Município iniciou no local a construção de um parque de estacionamento subterrâneo.

Inaugurado em Dezembro de 1972, possui este dois pisos e encontra-se ligado com a estação do Metropolitano que lhe fica contígua.

A construção deste parque permitiu libertar, à superfície, todo o espaço central da Praça. Decidiu, então, a Câmara ali colocar uma nova placa onde se repusesse o tradicional empedrado. Não o antigo modelo, mas um novo, elaborado a partir do desenho de João Abel Manta, vencedor do concurso público aberto para o efeito.

A sua concretização valorizou amplamente o Monumento, pois, a retirada do estacionamento permite uma visualização do obelisco, em toda a sua grandeza, de todos os ângulos da Praça.

Mas, o antigo empedrado não se perdeu totalmente. Os seus modelos foram utilizados, recentemente, na reposição dos passeios artísticos em volta do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, na Avenida da Liberdade.

Se subir a Avenida da Liberdade, detenha-se um pouco na sua sala de visitas a que chamaram Praça dos Restauradores.

Em 1886, aquando da inauguração do Monumento aos Restauradores o espaço que o circundava apresentava já a configuração da nova Praça.

No decorrer de um século de existência, gerações de Lisboa ali viram aparecer e desaparecer, teatros, garagens, restaurantes e clubes, concorridas pastelarias e mesmo os primeiros cinemas da Capital.

Dos edifícios já construídos à data da inauguração do obelisco salientam-se dois: o Palácio Castelo-Melhor (Palácio Foz), ocupando toda a face Ocidental, e o

Palácio Anjos (edifício C.T.T.).



O Palácio Foz no início do séc. XX.

• • • •

O primeiro, embora com diversas modificações, chegou até aos nossos dias, como um verdadeiro ex-libris da Praça. Deve a sua edificação aos Marqueses de Castelo-Melhor, cuja residência ruiu no terramoto de 1775. A nova residência, sobranceira ao Passeio Público, foi edificada a partir de 1777, sob o risco do arquitecto italiano Fabri. Falecido este, em 1801, o seu projecto foi executado e terminado em 1811.

Em 1889, porém, o edifício foi vendido. Adquiriu-o o Marquês da Foz que, sob projecto do arquitecto José António Gaspar e do decorador Leandro Braga, lhe introduziu importantes modificações. Procedeu-se, então, ao alteamento da fachada, construindo-se uma mansarda e, sobre os dois grandes pórticos, duas balaustradas com esculturas de Simões de Almeida. Os seus salões foram luxuosamente decorados em estilo francês. Algumas paredes receberam magníficos azulejos trazidos da antiga Fábrica da Pólvora. Desde 1858, existia na esquina com a Calçada da Glória, a Capela de Nossa Senhora da Pureza. Era uma pequena capela do Palácio dos Castelo-Melhor em que o Marquês da Foz introduziu importantes melhoramentos.

Em 1901, quando por decadência da casa Foz o Marquês vendeu o Palácio o novo proprietário, Manuel da Silva (9), demoliu a capela. Salvou-se unicamente a imagem de Nossa Senhora da Pureza, transportada, a 5 de Fevereiro de 1902, para propriedade dos Castelo-Melhor, à Costa do Castelo. Hoje está na posse do Município de Lisboa que adquiriu aquela propriedade denominada Palácio da Rosa.

No local da antiga capela, em 1907, o empresário Raul

Lopes inaugurou o Salão Foz, um dos primeiros salões cinematográficos da Capital. Vendeu-o, no ano seguinte, para abrir no mesmo local, o famoso Salão Central. O Salão Foz ardeu no dia 29 de Janeiro de 1929 e o incêndio pôs em grande risco o Palácio. Em 1908, José Nunes Erára inaugurou, no primeiro andar do edifício, o Clube Restaurante Maxime's, também conhecido por Clube dos Restauradores, que ali existiu até finais dos anos 30. O Palácio, hipotecado, foi adquirido pelo Conde de Sucena, em 1914.

A fachada do primeiro piso sofreu profundas alterações, de acordo com o polémico projecto do arquitecto Resende Carvalheira, quando, em 1916, ali se instalou o Café-Restaurante Abadia. Esta decoração arte-nova resistiu até aos anos 30, podendo-se ver em fotografias de época a enquadrar a entrada da Pastelaria Foz, um elegante salão de chá, importante ponto de encontro da Lisboa dos anos 20.

No passeio que lhe ficava defronte existiu um magnífico empedrado, também arte-nova, datado de 1916, relativo àquela Pastelaria e que, embora já desaparecido, se pode admirar no projecto existente na colecção de empedrados do Arquivo Municipal (10).

Mas tudo isto desapareceu quando, em 1935, o Estado decidiu fazer no Palácio amplas obras de restauro para nele instalar o Secretariado da Propaganda Nacional criado, em 1933, por António Ferro.

Entre 1935 e 1948, o edifício sofreu importantes remodelações no interior e na fachada que retomou um pouco da traça oitocentista da mansão dos Marquizes da Foz.

Os antigos salões transformaram-se em amplas salas de exposições onde, nos anos 40, se realizam as célebres exposições de arte moderna promovidas pelo então Secretariado Nacional de Informação (S.N.I.).

Extinto o S.N.I., em 1974, ali passou a funcionar a Secretaria de Estado da Comunicação Social, para além de outros serviços governamentais da área do Turismo. Nos jardins da antiga residência palaciana, em 1902, projectou Mimon Anahory a construção de um teatro ao ar livre (11), mas, em 1906, no lugar das cavalariças dos Castelo-Melhor construiu-se a Garagem Beauvalet. Era um enorme hangar em ferro que o comerciante Albert Beauvalet mandara erguer sobre a galeria dos jardins, sobranceira à Praça dos Restauradores. Destinava-se ao comércio de automóveis, mas durou apenas três anos. Em 1909, o comerciante Beauvalet transferiu o seu estabelecimento para os baixos da Avenida Palace. A antiga garagem transformou-se, então, em teatro de Variedades que também não durou muito tempo, pois, em 1914 iniciou-se a construção do primeiro Eden-Teatro. Edificado por iniciativa de Luís Galhardo, inaugurou-se com a opereta «O burro do Sr. Alcaide», de Gervásio Lobato, e nela se apresentaram nomes como Palmira Bastos, José Ricardo e Ângela Pinto.

Apesar de se tratar de uma bonita construção, não

resistiu às condenações que lhe foram impostas pela Direcção-Geral de Espectáculos, segundo cremos, por motivos de segurança. A sua demolição ocorreu em 1930. Pouco tempo depois iniciou o 2.º Conde de Sucena, proprietário de todo o quarteirão, a edificação de uma nova sala de espectáculos, hipotecando para tal as suas propriedades. Dificuldades de vária ordem fizeram arrastar a construção por sete anos, demora que levou o Conde de Sucena à ruína, mas não impediu que o novo Eden se erguesse (12).

O edifício conheceu três projectos, dois assinados pelo arquitecto Cassiano Branco e o terceiro por Carlos Dias que viria, aliás, a ser o projecto executado. Apesar de subsistirem dúvidas, é convicção de muitos investigadores que também este se deve a Cassiano Branco que, por qualquer razão, viria a abandonar a obra, sendo, então, esta terminada, com algumas alterações, pelo arquitecto Carlos Dias.

Esta nova sala inaugurou-se, no dia 1 de Abril de 1937, com a peça «Bocage», cujos principais papéis estiveram a cargo de Estêvão Amarante e Emília das Neves. Mas a crise do teatro nos anos 40 levou o Eden, como muitos dos seus congéneres, a mudar de rumo.

Pouco tempo depois de inaugurado, o Eden-Teatro passou a Eden-Cinema.

No piso térreo, junto ao corredor que o separa do Palácio Foz, funcionou, durante vários anos, o cinema Restauradores, salão de sessões cinematográficas. Esta sala e a livraria Clássica-Editora que existiam já no primeiro Eden resistiram à sua demolição. Reabriram as suas portas no novo edifício, tendo o cinema desaparecido nos finais dos anos 30.

No corredor que atrás mencionámos existiu durante vários anos uma esquadra, depois transferida para a Praça da Alegria. Por ali se fez, também, o acesso ao Anuário Comercial Português que, desde o início do século até aos finais da década de 1930, esteve instalado no Palácio Foz.

Depois de construído o Teatro, este espaço ficou a dar-lhe serventia, como ainda hoje acontece.

Ainda na face Ocidental da Praça, entre o Eden e o Hotel Palace, existe um prédio sem grande nota de realce. Mais não é, com efeito, do que um bloco com janelas onde se alojam inúmeros escritórios de diversas empresas. Uma autêntica «vila», como lhe chamou Norberto Araújo nas suas «Peregrinações». Não fosse o emaranhado publicitário dos seus estabelecimentos comerciais a dar um toque colorido aquele local, este canto da Praça não seria notado. Neste mesmo local existiu, em tempos, o Circo Whyttoyne. Inaugurado em 1875, era propriedade do conhecido palhaço Henry Whyttoyne, animador das sessões dos circos Price e Salitre. O circo ardeu, em 1881, e foi transformado em coliseu de recreios. Desapareceu, definitivamente, em 1887, a fim de dar passagem ao caminho de ferro e permitir a construção da Gare do Rossio. Descrita a face Ocidental da Praça dos

Restauradores passamos à face Sul. Pouco edificada, já que é ocupada na sua maioria pelo começo da Rua 1.º de Dezembro e pela muralha da Rua do Jardim do Regedor. O único edifício construído deste lado é o Hotel Avenida Palace. Datado de 1891, é projecto do arquitecto José Luís Monteiro. A sua construção precedeu em um ano a da sua vizinha Estação Central também traço do mestre Monteiro. Inicialmente, destinava-se a dar apoio à estação como restaurante e hotel, o que, no entanto, não veio a acontecer. Propriedade da Companhia Portuguesa de Wagons-Lits foi adquirido, nos finais do século passado, pela Companhia Portuguesa de Hotéis, também proprietária do extinto Hotel Inglaterra que lhe ficava defronte.

Em 1910 o edifício foi ampliado, construindo-se, então, a mansarda. Esta alteração verificou-se de uma forma cuidada, pelo que não desequilibrou muito o edifício. Até 1912 o acesso ao hotel fazia-se pela Praça dos Restauradores. Uma passagem entre as colunas da fachada dava acesso a um pátio interior. Quando a passagem se fechou o acesso do edifício passou a fazer-se, como ainda hoje, pelo pequeno pátio que o separa da gare do Rossio, isto é, pela Rua 1.º de Dezembro.

Do lado oposto ao Hotel Avenida Palace, situa-se a rua do Jardim do Regedor. Esta velha artéria encontra-se num plano desnivelado em relação à Praça dos Restauradores, como, aliás, já acontecia com o antigo largo do Passeio Público. Por tal motivo ali construiu a Câmara, em 1863, uma muralha de suporte.

Em 1922, esta propriedade municipal foi alugada ao comerciante José Augusto que encomendou ao Arq.º João Antunes um projecto para o aproveitamento da muralha (13).

Decidiu-se, então, construir um pavilhão sobre aquela, intenção que o Arq.º João Antunes materializou, apresentando um magnífico projecto.

Este previa, para além da construção, o aproveitamento interior da muralha, construindo-se uma sala que, de início, se encontrava ligada ao piso superior por uma escada interna.

Esta propriedade municipal, vulgarmente conhecida por Quiosque dos Restauradores, está actualmente ocupada pela Agência de Bilhetes para Espectáculos Públicos (ABEP) que a explora desde 1962, ano em que a Sociedade Avenida Café Lda. ali deixou de funcionar. Quando este aluguer se efectuou foi retirada a escada interna, ficando este espaço transformado em duas propriedades distintas reservando a Câmara para si o piso inferior, onde instalou um posto de Turismo.



O Pavilhão dos Restauradores, vulgarmente designado por "Quiosque dos Restauradores" (Agência ABEP), em 1967.



Destina-se à venda de bilhetes para espectáculos pelo que se encontra rodeada de toldos e cartazes que lhe retiram a imagem da sua bonita decoração. Uma situação «quiçá» a rever pelo Município.

De referir ainda que esta construção foi a primeira efectuada, em Portugal, em betão armado, juntamente com o do Teatro Ginásio, aliás da mesma autoria e época.

No pináculo de remate da muralha existiu até à década de 1940 um bonito candeeiro, desenhado pelo Arq.º Alexandre Soares. Em 1942, a pretexto de que o referido candeeiro já não era funcional, os serviços municipais mandaram-no retirar, desconhecendo-se o destino que lhe terão dado. Tratava-se de uma excelente obra em ferro e, pena é que ela já não exista, pois, poder-se-ia repor no seu local original.

A face Oriental da Praça é constituída por dois quarteirões de prédios. O primeiro situado entre a Rua do Jardim do Regedor e a travessa de Santo Antão, não

merece grande nota de referência, a não ser a de que as suas edificações necessitam urgente limpeza.

O segundo bloco merece-nos já alguma atenção. No espaço por ele ocupado foi, até ao terramoto de 1755, o Palácio dos Condes da Ericeira.

Tornejando com a travessa de Santo Antão, encontramos o edifício dos Correios. Quem contemplar a sua fachada ainda pode imaginar traços da antiga residência da família Anjos, sua antecessora.

Em 1938, o antigo Palácio desta família de industriais e comerciantes foi adquirido pelo Estado que nele instalou a sede da Companhia de Telégrafos e Telefones (C.T.T.) Mandou proceder, então, a diversas alterações de que se destaca o alteamento da fachada, projecto do arquitecto Adelino Nunes. De notar ainda o painel de azulejos que decora o átrio. É uma representação da mala-posta e deve-se a mestre Almada Negreiros.

O prédio n.º 47 tornou-se há cerca de 40 anos bastante movimentado, quando, em 1947, a firma Indústrias Reunidas de Bolachas e Confeitarias ali inaugurou a Pastelaria Riviera. Era um amplo salão de chá, muito concorrido e cuja decoração se deve ao arquitecto Raul Tojal.

Quem dedicar algum tempo aos projectos verificará a semelhança entre este estabelecimento e o Café Paladium que lhe ficava quase defronte. Também este é obra do mesmo arquitecto e data de 1932.

A Pastelaria Riviera encerrou em 1957. No seu lugar instalou-se um novo estabelecimento e os seus proprietários introduziram importantes alterações na fachada, entregando o projecto ao arquitecto Manuel Tojal.

Não poderíamos terminar esta viagem à volta da Praça dos Restauradores sem falar do edifício número 37. É o último prédio e remata a Praça de uma forma elegante. A sua construção data de 1909-1910 e substituiu um outro que ali se achava edificado. Conheceu dois projectos ambos do arquitecto Francisco Vilaça. No segundo o seu autor introduziu-lhe o decorativo cunhal que faz o torneamento com a Rua dos Condes e que dá ao edifício uma imagem muito curiosa, realçada recentemente com o restauro de que foi alvo.

3. O Monumento aos Restauradores de 1640



Praça dos Restauradores.

A iniciativa da erecção de um monumento à memória dos Restauradores da Independência coube à Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640.

O seu primeiro manifesto data de 25 de Agosto de 1861, e nele se delineavam as intenções e objectivos deste grupo de cidadãos (14).

Manifestava-se assim o propósito da Comissão em homenagear os heróis da Restauração de 1640 e, nomeadamente, erguer um monumento que perpetuasse a memória destes patrióticos portugueses.

A ideia original era levantar um pequeno padrão comemorativo no largo fronteiro ao Palácio dos Condes de Almada para o que se chegou mesmo a preparar o terreno.

Razões diversas fizeram abortar o propósito (15).

Uma circular da Comissão, datada de 30 de Setembro de 1861, confirmo-no-lo, quando no programa das comemorações do 1.º de Dezembro daquele ano nos diz: «- Que nesse dia, e na frente do Palácio dos Condes de Almada, onde se reuniram os conspiradores se levante um padrão em que se gravem e perpetuem os seus nomes... »

A morte de D. Pedro V, em Novembro de 1861, adiou as festividades.

No ano seguinte as comemorações tiveram lugar, mas do monumento não mais se falou.

Entre 1862 e 1864 a Comissão interrompeu o seu

trabalho. Neste último ano, no entanto, retomou e a ideia da colocação do obelisco.

Em 1871, o Dr. Francisco Manuel Mendonça (Barão de Mendonça) que exercia simultaneamente os cargos de Presidente da Comissão Central e de Vereador da Câmara Municipal, informou aquela de que o Município, decidira mandar ajardinar o largo fronteiro ao Palácio Almada para ali se colocar o monumento.

Em Setembro daquele ano, em sessão da Comissão declarou o Comendador Francisco da Fonseca que possuía um esboço do monumento que encomendara a um seu amigo. A Comissão, depois de o apreciar, concordou, que após a apresentação daquele projecto, nada impedia que a obra tivesse o seu início. Em Novembro de 1871, começou o nivelamento do largo, mas, logo a 14, decidiu-se adiar os trabalhos.

Pensou-se, então, que seria possível incorporar no Monumento monólito de Montes-Claros, o que a efectivar-se lhe aumentaria a altura e, assim sendo, tornaria acanhado o espaço inicialmente previsto para a sua colocação. Começou-se, então, a pensar noutro local, decidindo-se que no Palácio Almada se colocaria apenas uma lápide comemorativa do feito de 1640. Autorizada inicialmente pelos Condes de Almada, retiraram estes posteriormente o seu «agrément», por razões que continuam pouco esclarecidas. Por isso a referida lápide não foi colocado.

Mas voltemos ao Monumento.

Em 1873, como vimos, encontrava-se este sem localização designada.

Porém, à margem deste contratempo ia decorrendo, com grande aceitação a subscrição pública, nomeadamente no Brasil, de onde chegavam avultadas quantias. Em Portugal, a subcomissão que, sob a presidência do Marquês de Sá da Bandeira, se encarregara da tarefa, ia também desenvolvendo a sua acção por todo o País. Na sessão da Comissão de 13 de Outubro de 1875, tratou-se do local do obelisco.

Ficou, então, decidido que o espaço mais indicado para se erguer o monumento era o largo sul do Passeio Público, onde, de acordo com o projecto do «boulevard», se antevia a construção de uma praça.

Em sessão extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia seguinte, 14 de Outubro, a edilidade recebeu da Comissão a proposta aprovada no dia anterior.

Declarou, então, o presidente que a Câmara não só concordava com o local, como prometia todo o apoio à Comissão no seu patriótico propósito.

Assim, e apesar da discordância da Comissão de Obras e Melhoramentos da Capital que entendia como locais mais apropriados o largo D. Luís I ou o Campo de Santa Ana, a proposta da Comissão foi aprovada, e assim,

marcou-se para o dia 1 de Dezembro de 1875 o lançamento da 1.ª pedra.

Na data aprazada tudo decorreu conforme o determinara a Comissão. À cerimónia compareceram muitas altas individualidades, além, naturalmente, do Rei D. Luís e da família real.

A pedra fundamental foi transportada numa padiola pelo Marquês de Penalva, pelo Visconde de Sagres, por Fernando Teles da Silva e pelo presidente da Câmara de Lisboa, conforme consta do respectivo auto. Deste, encerrado num cofre de ouro que se colocou nos caboucos, tiraram-se duas cópias: uma para o Governo e outra para a Câmara Municipal de Lisboa (1).

Estava, assim, concluída a primeira fase desta epopeia. Mas a fase que se seguiu não foi menos atribulada que a primeira.

Dos candidatos aos dois concursos públicos abertos pela Comissão para a apresentação de projectos nenhum logrou satisfazer as condições de qualidade exigidas.

Esgotada, assim, esta modalidade, decidiu-se entregar a elaboração do projecto final ao professor de Belas-Artes, António Tomás da Fonseca.

Na sua sessão de 7 de Julho de 1877, a Comissão aprovou não só o trabalho apresentado por Tomás da Fonseca, mas também a entrega da empreitada de construção a Sérgio Augusto de Barros pelo preço de vinte e cinco contos de réis.

Em finais de 1881, o Monumento encontrava-se praticamente pronto. Faltavam-lhe apenas as duas estátuas alegóricas que ornaram as faces Norte e Sul do obelisco que se concluíam, por oferta do Governo, no Arsenal do Exército.

Na sessão de 4 de Novembro de 1882, como as estátuas estivessem quase prontas, a Comissão decidiu marcar a inauguração do Monumento. Escolheu para tal o dia 13 de Fevereiro de 1883, aniversário do tratado de paz com a Espanha.

Estrondosamente saudada pela Imprensa a festa não viria, porém, a efectuar-se.

A visita dos Reis portugueses ao país vizinho e o atraso da Câmara nas obras de embelezamento em volta do monumento foram as principais razões do adiamento. A Câmara, no entanto, fazia o que podia. É que o aformosamento da praça implicava o apeamento das grades do Passeio. Mas tal decisão teve forte oposição na opinião pública e alguma hesitação interna. O Município decidiu, entretanto, oferecer à Comissão os oito candeeiros que deveriam circundar o Monumento, adjudicados por dois contos de réis à Empresa Industrial Portuguesa.

Em 1883, o Monumento ficou finalmente concluído. A 16 de Agosto, foram colocadas as estátuas, nada impedindo, portanto, a inauguração, exceptuando a indecisão que continuava a reinar na Câmara. Além disso, entendeu o Município exigir a colocação de uma grade em redor do Monumento. Com alguma dificuldade foi a mesma

conseguida com a ajuda do Governo.

Em sessão de 30 de Agosto de 1884, marcou-se nova data para a cerimónia. Desta vez a escolha recaiu sobre o dia 20 de Março de 1885, nomeando-se uma subcomissão para preparar os festejos.

Desconhecemos as razões, mas a verdade é que aqueles só viriam a realizar-se quase um ano depois, a 28 de Abril de 1886.

O «Diário do Governo» n.º 92 de 27 de Abril de 1886, inseria, finalmente o decreto que determinava a data da inauguração do Monumento. Aprovava também o programa das cerimónias constituído por uma a realizar-se na Praça dos Restauradores e outras no Teatro D. Maria II.

Tudo decorreu conforme o programado.

Às quatro horas da tarde de 28 de Abril, chegou à Praça dos Restauradores a família Real. Recebeu-a o Cardeal-Patriarca de Lisboa, o ministério (16), a Câmara Municipal de Lisboa e a Comissão Central do 1.º de Dezembro, Além da corte e demais individualidades. Depois das recepções, a Comissão Central do 1.º de Dezembro apresentou o autor do obelisco, Tomás da Fonseca, e os das duas estátuas alegóricas, Simões de Almeida e Alberto Nunes.

Findos os discursos, procedeu-se ao descerramento do Monumento, tendo o Rei D. Luís desvelado a estátua da Independência e o Príncipe Real D. Carlos a da Victória. Terminada a cerimónia a Família Real dirigiu-se para a tribuna que a Câmara Municipal mandara levantar junto ao Monumento. Ali, procedeu-se à assinatura do auto de inauguração de cujo original, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, se tiraram duas cópias: uma para a Comissão e outra para a Câmara Municipal de Lisboa.

Logo após a inauguração do Monumento, uma bateria estacionada na Praça do Comércio fez soar uma salva de 21 tiros, no que foi correspondida pelas fortalezas e navios do Tejo.

À noite, para além das iluminações que se fizeram no Monumento, no Palácio dos Condes de Almada e no Teatro D. Maria II, houve, neste último, a representação do drama «Os Portugueses de 1640», oferecido à Comissão pelo seu vogal Miguel Osório Cabral, a que assistiram diversas individualidades convidadas. Estava inaugurado o Monumento aos Restauradores da Independência de 1640.

O Monumento



Monumento aos Restauradores, revista Ocidente, 1886.

• • • •

O Monumento, projecto de António Tomás da Fonseca, é constituído de envasamento quadrangular com os

cantos salientes, decorado com pilastras e coroas; assenta em dois degraus e tem quatro faces cortadas ao centro por festões de louro e hera.

O pedestal é ornado com duas estátuas: na face Sul o «Génio da Independência», obra do escultor Alberto Nunes, e na face Norte a «Victório», escultura de Simões de Almeida. As faces laterais são ornadas com troféus de armas. Em todas as quatro faces foram esculpidas as datas mais gloriosas da Restauração de 1640.

Sobre o pedestal assenta o ótico, em cujas quatro faces se vêm também algumas datas de vários feitos históricos. Daí nasce o obelisco que na face Norte tem o escudo do Município de Lisboa e na do Sul as armas nacionais. Na face inferior do envasamento, do lado Sul, foi posta a dedicatória do Monumento pela Comissão Central 1.º de Dezembro.

A altura total do Monumento é de quase 30 metros. A sua concepção e construção couberam inteiramente a artistas e artífices portugueses. O seu custo foi de 45 contos de réis. As estátuas foram oferecidas pelo Governo, bem como a grade resguardo. A Câmara de Lisboa colaborou de diversas formas, nomeadamente, com o transporte para os materiais, além da oferta dos oito candeeiros colocados em volta do monumento. Nas festas de inauguração despenderam-se cerca de 3 mil réis.

Notas:

- (1) Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, vol. X, Lisboa 1888, p. 144.
- (2) O Município recebeu diversos abaixo-assinados. De todos o de maior significado possuía cerca de 2000 assinaturas e de entre elas, a de Alexandre Herculano.
- (3) Os Gatos, Fialho de Almeida.
- (4) Muito do dinheiro empregue na obra foi proveniente da venda de materiais demolidos do Passeio Público.
- (5) Jesuíno Ganhado, «O Passeio Público», *Revista Municipal*, Lisboa (30-31), 3.º-4.º trimestre, 1946, pp. 29-30.
- (6) Existe no Arquivo Municipal um levantamento da cascata com todas as pedras devidamente numeradas.
- (7) Parecer n.º 1385 da Comissão de Obras e Melhoramentos da Capital. 4 de Agosto de 1884, *Arquivo Municipal*, 1884, p. 550.
- (8) Jesuíno Ganhado, «O Passeio Público», *Revista Municipal*, Lisboa (30-31), 3.º-4.º trimestre, 1946, pp. 29-30.
- (9) Proprietário do *Anuário Comercial Português*.
- (10) Coleção de desenhos de empedrados, n.º 40.
- (11) Este projecto consta do processo do edifício e por ser aguarelado tem grande interesse artístico.
- (12) O Conde de Sucena era grande proprietário, quer na Praça dos Restauradores, quer na Avenida. Como não pode satisfazer os seus compromissos com a Caixa Geral de Depósitos, esta procedeu ao leilão daquelas propriedades o que deixou o Conde de Sucena praticamente arruinado.
- (13) O Arquitecto João Antunes foi, desde 1918 até à sua aposentação, funcionário Municipal.
- (14) O manifesto aprovado na sessão da Comissão realizada nos Paços do Concelho de Lisboa era assinado entre outros por Alexandre Herculano, Anselmo Braancamp Freire, Condes de Almada, etc.
- (15) Muitos autores defendem que tal facto se ficou a dever a uma contenda entre a Comissão e os Condes de Almada. Pensamos, porém, que tal se ficou a dever às alterações introduzidas ao 1.º projecto. As contendas a existirem terão aparecido mais tarde.
- (16) O ministério era chefiado pelo Progressista José Luciano de Castro.

* Artigo publicado no catálogo da Exposição Comemorativa dos 100 Anos do Monumento aos Restauradores de 1640 (1886-1986), organizada pela Câmara Municipal de Lisboa e ocorrida no Palácio Galveias em Dezembro de 1986.



Contracapa